

# INTERESSE NACIONAL

ANO 11 • NÚMERO 43 • OUTUBRO – DEZEMBRO 2018 • R\$ 30,00  
www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

**Estatismo, Obscurantismo ou Retomada da Dignidade?**

Luiz Felipe d'Avila

**Novo Ciclo Eleitoral?**

Marcio Pochmann

**Duas Vertentes de Centro-Esquerda no Brasil:  
Sete Diferenças entre o PT e o PDT**

Roberto Mangabeira Unger

**As Eleições Longe dos Fatos**

Eugênio Bucci

**Novo Presidente Encontrará Desordem Global**

Cláudia Trevisan

**Corrupção Continuará como Principal  
Angústia dos Brasileiros?**

Roberto Livianu

**Perspectivas para o Combate à Corrupção  
no Brasil Pós-Eleições**

Júlio Marcelo de Oliveira

**Os Desafios da Implementação de Reformas  
Anticorrupção no Brasil**

Fabiano Angélico

Ana Luiza Aranha

Michael Freitas Mohallem

**Choque Cultural: um Filósofo Desembarca na Corte**

Claudio de Moura Castro

ISSN 1982-8497





# INTERESSE NACIONAL



A **Revista Interesse Nacional** oferece o seu conteúdo impresso na plataforma tablet. Essa inovação digital beneficia o leitor, pois permite o acesso aos artigos com total mobilidade e interatividade.

A atualização no formato é necessária para acompanhar nossos leitores onde eles estiverem. Para nós, o importante é a qualidade do conteúdo, sem descuidar dos recursos visuais inovadores.

# INTERESSE NACIONAL

Ano 11 • Número 43 • Outubro–Dezembro de 2018

Editora

Maria Helena Tachinardi

Editor Responsável

Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	José Luis Fiori
Carlos Eduardo Lins da Silva	Leda Paulani
Cláudio Lembo	Luis Fernando Figueiredo
Claudio de Moura Castro	Luiz Bernardo Pericás
Cláudio R. Barbosa	Luiz Carlos Bresser-Pereira
Daniel Feffer	Miguel Lago
Demétrio Magnoli	Raymundo Magliano
Eugênio Bucci	Renato Janine Ribeiro
Fernão Bracher	Ricardo Carneiro
Gabriel Cohn	Ricardo Santiago
João Geraldo Piquet Carneiro	Ronaldo Bianchi
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Gregori	Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates  
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.  
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B  
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil  
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

CIRCULAÇÃO

DPA Cons. Editorial Ltda.  
dpacon@uol.com.br • Tel. (11) 3935-5524

ASSINATURAS

Brand Member Marketing Direto  
editorial@interessenacional.com • Tel. (11) 3971-4372

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA

Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora

PUBLICIDADE



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

Printed in Brazil 2018

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.sxc.hu

# Sumário

ANO 11 • NÚMERO 43 • OUTUBRO–DEZEMBRO DE 2018

## 6 Apresentação

### ARTIGOS

## 9 Estatismo, Obscurantismo ou Retomada da Dignidade?

LUIZ FELIPE D'AVILA

*O Brasil terá de dar conta de uma agenda de reformas inadiável. As reestruturações devem ser feitas nas áreas previdenciária, tributária e de gestão do Estado, além de aperfeiçoar os avanços já promovidos na alçada trabalhista. Só assim será possível criar as condições para que a expansão econômica ocorra em níveis de 4% a 5% ao ano, situação ideal para amplificar o leque de oportunidades para todos os brasileiros. O primeiro dever a ser cumprido é restaurar a confiança no País, etapa completamente dependente da política, diz o autor, assessor do presidencialismo do PSDB.*

## 23 Novo Ciclo Eleitoral?

MARCIO POCHMANN

*O artigo especula a respeito da possibilidade de abertura de um novo ciclo eleitoral a partir da hipótese do comprometimento democrático imposto às ba-*

*ses políticas geradoras do período político da Nova República (1985-2016). “Também se considera que, diante da desagregação da ordem democrática, assaltada que foi desde 2016 pela imposição de política autoritária, econômica neoliberal e conservadora nos costumes, coube ao Partido dos Trabalhadores impulsionar seu reposicionamento estratégico de maior importância como maior agremiação do espectro de esquerda nacional”, destaca o assessor econômico do PT.*

## 35 Duas Vertentes de Centro-Esquerda no Brasil: Sete Diferenças entre o PT e o PDT

ROBERTO MANGABEIRA UNGER

*Segundo o autor, que é conselheiro do presidencialismo de Ciro Gomes (PDT), na visão do PDT, o modelo de desenvolvimento que interessa passa por democratização da economia do lado da produção e da oferta, não apenas do lado do consumo e da demanda. O PT nunca compartilhou dessa preocupação, diz. No poder, contentou-se em usar estímulos keynesianos sem conter a desindustrialização do país em favor de um nacional-consumismo, acrescenta.*

### 43 As Eleições Longe dos Fatos

EUGÊNIO BUCCI

*O articulista embasa seu texto em torno de duas perguntas: 1) Como vão se comportar as urnas em tempos de “pós-verdade” e “fake news”? 2) A televisão e o rádio, na propaganda eleitoral gratuita, terão mais peso que as redes sociais para formar a opinião dos eleitores? Uma novidade é que para combater as “fake news” existem agora projetos como o Comprova, que reúne redações de diferentes empresas (Editora Abril, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Globo, entre outras), para desmontar boatos maliciosos, vindos dos políticos ou de origens incertas e não sabidas. Além disso, organizações como Lupa, Aos fatos, Truco e outras dedicam-se a desbaratar invencionices e manipulações mal-intencionadas de dados.*

### 51 Novo Presidente Encontrará Desordem Global

CLÁUDIA TREVISAN

*Não bastasse a crise doméstica que herdará, o novo ocupante do Palácio do Planalto enfrentará o mais imprevisível e turbulento cenário internacional já encontrado por um líder no Brasil – e no mundo – desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O desafio mais imediato do novo presidente será administrar os efeitos de uma possível aceleração do aumento da taxa de juros nos EUA, em um contexto de aversão ao risco e crise em mercados emergentes.*

### 69 Corrupção Continuará como Principal Angústia dos Brasileiros?

ROBERTO LIVIANU

*Para o articulista, eleitos os novos representantes em janeiro de 2019, é absolutamente imprescindível que a sociedade exija a retomada das discussões sobre medidas de controle da corrupção. “Que sejam apresentadas as 70 novas medidas ao Congresso (o maior pacote já elaborado no mundo), construindo-se uma discussão adulta, madura, transparente, envolvendo parlamentares e sociedade, para que possamos aprimorar nosso sistema anticorrupção, sendo necessário ter claro que não basta a operação Lava Jato para um controle eficiente.”*

### 77 Perspectivas para o Combate à Corrupção no Brasil Pós-Eleições

JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA

*A corrupção no Brasil destruiu a confiança não apenas em certos indivíduos ou grupos políticos, mas atingiu a credibilidade de toda a classe política, de todas as instituições e da própria democracia. É preciso resgatar a democracia brasileira, sequestrada pela corrupção, sob pena de pôr-se em risco a própria sobrevivência da democracia. É preciso renovar, apesar de todas as dificuldades, a política e suas práticas. É preciso exigir de instituições como o Ministério Público e o Poder Judiciário postura de intolerância com a corrupção, afirma o autor. Segundo ele, já não há lugar na consciência brasi-*

*leira para uma volta ao teatro de ilusões em que a sociedade brasileira vivia, em que se sabia ou se presumia que alguma corrupção havia, mas não se imaginava quão extensa, disseminada e deletéria era na vida da nação.*

69 Os Desafios da Implementação de Reformas Anticorrupção no Brasil

FABIANO ANGÉLICO

ANA LUIZA ARANHA

MICHAEL FREITAS MOHALLEM

*A concertação política que vier a conduzir o Brasil a partir de janeiro de 2019 deve ter, na prevenção e no combate à corrupção, uma de suas agendas centrais. Caso mobilize capital político no esforço de aprovação de um pacote de reformas anticorrupção, o novo governo terá apoio popular na empreitada, além de contar com um conjunto já mobilizado de especialistas e entidades da sociedade civil que poderão fornecer subsídios ao debate no Parlamento, destacam os autores.*

69 Choque Cultural: um Filósofo Desembarca na Corte  
(Resenha de R. Janine, “A Pátria Educadora em Colapso”)

CLAUDIO DE MOURA CASTRO

*O professor titular de ética e filosofia política da USP, Renato Janine Ribeiro, conselheiro desta Revista, foi ministro da Educação, por um curto período de tempo, no auge da crise do governo de Dilma Rousseff, que tinha por lema na área “Pátria Educadora”. Ele lançou, neste ano, o livro “A Pátria Educadora em Colapso” pela Editora Três Estrelas. Neste número da Interesse Nacional, o também conselheiro da Revista, Claudio de Moura Castro, especialista em educação, faz uma resenha do livro. “Ao contrário de muitos ministros que aterrissaram jejunos de conhecimentos sobre educação, Janine chega com visões essencialmente corretas. Mas, não é um estudioso ou pesquisador desses assuntos. Não conhece os resultados das boas pesquisas e os meandros da implementação”, diz.*

# Apresentação



O Brasil vive a sua oitava eleição presidencial após a redemocratização. Nesse período, o País passou pelo impeachment de dois presidentes, dois grandes escândalos envolvendo organizações criminosas – o mensalão e o petrolão – a maior operação de todos os tempos contra a corrupção – a Lava Jato –, que condenou e prendeu um ex-presidente da República, políticos e empresários de alto escalão, a mais profunda recessão – dois anos seguidos (2015 e 2016) de queda do PIB, 13 milhões de desempregados, quase 28 milhões de trabalhadores subutilizados e 4,6 milhões de pessoas que desistiram de procurar trabalho, os desalentados, segundo o IBGE.

Esses fatos, por si só, provam que não é mera retórica afirmar que as eleições deste ano são as mais importantes e desafiadoras dos últimos 20 anos. Além de um cenário interno catastrófico, do ponto de vista econômico e social, com queda de investimentos, atraso comprometedor no desenvolvimento da infraestrutura, necessidade urgente de crescimento para absorção de uma massa de desempregados e para a geração de renda, situação alarmante do déficit fiscal e da Previdência, o contexto internacio-

nal é dos mais preocupantes, sobretudo diante de conflitos comerciais entre as duas maiores potências econômicas – EUA e China – e seus reflexos na ordem internacional, que extrapolam fluxos de mercadorias e afetam as relações políticas internacionais, panorama que requer um posicionamento estratégico do Brasil de difícil equilíbrio, sendo imperativo responder à pergunta: quais interesses nacionais contam, de fato, na elaboração de políticas públicas para a condução dos destinos do Brasil nos próximos quatro anos?

Diante desse quadro, o Conselho Editorial da Interesse Nacional decidiu que o último número da Revista, em 2018, que circulará com data de outubro a dezembro, fosse dedicado ao exame do significado das eleições e ao tema da corrupção, já entronizado na vida nacional e que tem interface importante com a votação.

Sobre o primeiro bloco, escrevem assessores dos presidenciáveis do PSDB, Luiz Felipe d’Avila, cientista político e fundador do Centro de Liderança Pública (CLP); Marcio Pochmann, formulador do programa econômico do PT, professor do Instituto de Economia da Unicamp; Roberto Mangabeira Unger, filósofo, conselheiro do PDT e

professor na Universidade Harvard; Eugênio Bucci, jornalista, professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e membro do Conselho Editorial desta Revista, que escreve sobre eleições e as *fake news*; Cláudia Trevisan, jornalista, correspondente internacional de vários jornais brasileiros e atualmente mestranda da School of Advanced International Studies (SAIS) da Universidade Johns Hopkins. Ela analisa os principais problemas internacionais que serão enfrentados pelo novo presidente do Brasil.

O segundo bloco conta com a colaboração de especialistas em corrupção: Roberto Livianu, promotor de justiça em São Paulo e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção; Júlio Marcelo de Oliveira, presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas – Ampcon; Fabiano Angélico, consultor sênior da Transparência Internacional no Brasil, Ana Luiza Aranha, professora na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e colaboradora de institutos de pesquisa internacionais, como a Transparency International (Alemanha) e International Anti-Corruption Academy (Áustria); Michael Freitas Mohallem, coordenador do Centro de Justiça e Sociedade e professor na FGV Direito Rio.

O texto que fecha a edição é a resenha do livro “A Pátria Educadora em Colapso”, do filósofo e ex-ministro da Educação (gestão Dilma Rousseff), Renato Janine Ribeiro, conselheiro desta Revista. Os comentários sobre a obra são de autoria do também conselheiro da Interesse Nacional, Claudio de Moura Castro, mestre por Yale e Ph.D.

em Economia pela Universidade de Vanderbilt, pesquisador em educação e articulista da revista Veja.

O primeiro dever a ser cumprido é restaurar a confiança no País, etapa completamente dependente da política, escreve d’Avila, assessor de Geraldo Alckmin (PSDB). “A pauta é extensa e será, em muitos casos, delicada: encaminhamento das reformas, enfrentamento da violência na cidade e no campo, combate à corrupção, requalificação da educação pública e da saúde primária e preventiva, implementação da eficiência como pilar central da gestão estatal, simplificação e desburocratização do dia a dia dos cidadãos e de quem deseja empreender e inovar, e abertura da economia brasileira para o mundo”, diz.

Marcio Pochmann, do PT, afirma que, “diante do contexto de esgotamento do ciclo político da Nova República em meio ao processo golpista, coube ao PT o seu mais novo reposicionamento. A constituição do Plano de Governo Lula presidente mais audacioso para as eleições de 2018 impõe tanto a revisão das medidas institucionais tomadas pelo governo golpista como a instalação de uma constituinte soberana para a efetivação do conjunto de reformas, como a tributária, a político-eleitoral, a dos meios de comunicação, a do sistema bancário, entre outras”.

Roberto Mangabeira Unger, assessor de Ciro Gomes, escreve sobre as sete diferenças entre o PT e o PDT, duas vertentes de centro-esquerda no Brasil. “Na visão do PDT, o modelo de desenvolvimento que nos interessa passa por democratização da economia do lado da produção e da oferta, não apenas do lado do consumo e da de-

manda. Pode-se democratizar a economia do lado da demanda só com dinheiro. Democratizá-la do lado da oferta exige inovação institucional”, diz.

No artigo “As eleições longe dos fatos”, Eugênio Bucci, professor da ECA-USP, examina o atualíssimo tema das “fake news” e reafirma a importância da liberdade de expressão e do direito à informação, escrevendo que só ambos, “garantidos em sua mais cortante radicalidade, conseguem conter a mentira na democracia”. O autor lança duas perguntas: como vão se comportar as urnas em tempos de “pós-verdade” e “fake news”? A TV e o rádio, na propaganda eleitoral gratuita, terão mais peso que as redes sociais para formar a opinião dos eleitores?

**C**láudia Trevisan escreve que “o desafio mais imediato do novo presidente será administrar os efeitos de uma possível aceleração do aumento da taxa de juros nos EUA, em um contexto de aversão ao risco e crise em mercados emergentes”. Segundo a jornalista baseada em Washington, “o novo ocupante do Palácio do Planalto enfrentará o mais imprevisível e turbulento cenário internacional já encontrado por um líder no Brasil – e no mundo – desde o fim da Segunda Guerra Mundial”.

Roberto Livianu, do Instituto Não Aceito Corrupção, lista o progresso ocorrido no País com diversas iniciativas de combate à corrupção. Mas, só isso não basta. “Precisamos de uma nova representação política que tenha sensibilidade em relação a estas necessidades dos brasileiros, com a retomada do diálogo, fazendo os ajustes necessários nas leis, especialmente a reforma política e o pacote de 70 novas medidas anticorrupção, com a pre-

missa elementar de todos se submeterem ao império da lei”, diz.

Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU, fala das mudanças em curso no País. “Condenações de personalidades que muito recentemente eram vistas como todo-poderosas, como a do ex-presidente da República, ex-presidentes da Câmara dos Deputados e ex-governadores, demonstram que a aplicação da lei, de forma republicana para todos, é não só factível, como também o único caminho aceitável para edificar um país decente”, destaca.

Fabiano Angélico, Ana Luiza Aranha e Michael Freitas Mohallem apresentam experiências de reforma anticorrupção na Grécia, no Iraque, México, na Ucrânia e União Europeia. Também falam das Novas Medidas contra a Corrupção, pacote de 70 propostas construídas por diversos profissionais no Brasil, pessoas e entidades com distintas visões e formações. Destacam, ainda, possíveis estratégias para impulsionar a discussão dessa reforma anticorrupção no Congresso Nacional.

Encerramos a edição com comentários de Claudio de Moura Castro sobre a obra de Renato Janine Ribeiro, que foi ministro da Educação por um breve período de tempo na gestão de Dilma Rousseff (PT). “É um livro escrito por um intelectual, guindado subitamente a uma posição que não esperava. Levou para lá sua inteligência, sua cultura filosófica e nas humanidades. Mas, embarcou para Brasília ignorante dos bastidores do poder. Independentemente de outros méritos, impõe-se a honestidade e a espontaneidade da sua descrição de como funciona Brasília”.

OS EDITORES

# Estatismo, Obscurantismo ou Retomada da Dignidade?

.....  
**LUIZ FELIPE D'AVILA**

O País realiza em outubro as eleições mais importantes dos últimos 20 anos. Em meio a uma conjuntura que combina os efeitos provocados por uma crise profunda nos âmbitos político, econômico e ético, não é difícil entender o porquê. Há muitos interesses em jogo e o mais notável é, certamente, o desejo premente de ver a economia destravada e, como consequência, a população ser beneficiada progressivamente pela geração de

empregos e renda. Apenas quatro números são suficientes para entender o peso da desesperança suportada pela sociedade brasileira, ao mesmo tempo que revelam a dimensão dos desafios que terão de ser enfrentados: 27,7 milhões de trabalhadores subutilizados, 13 milhões de desempregados, 6,2 milhões de subocupados e 4,6 milhões de pessoas que desistiram de procurar trabalho, sintomaticamente chamados de desalentados pelo IBGE.

O desequilíbrio e a necessidade de prosperidade são de tal ordem dramática que fazem surgir na cena eleitoral alternativas suspeitas, capazes de apequenar e confundir o debate democrático com bandeiras populistas, oportunistas e estatizantes. As balelas apresentam nuances que bailam da extrema direita à esquerda delirante e da truculência à pieguice, todas sempre misticantes e irresponsáveis. Não falta nem quem sugira, a sério, o retorno de um lastimável regime de exceção, uma ditadura militar, arroubo que é, para dizer o mínimo, inconsequente. Impossível esquecer que, quando prevalece a opção por “salvadores da pátria”, as principais variáveis econômicas pioram e o setor público é invariavelmente contaminado pelo fisiologismo, que ocupa o vazio criado pela ausência de liderança, e transformado em balcão de negó-

.....  
LUIZ FELIPE D'AVILA é cientista político e fundador do Centro de Liderança Pública (CLP), organização sem fins lucrativos dedicada à formação de lideranças públicas engajadas em promover mudanças transformadoras na política brasileira. Em quase dez anos de existência, o CLP formou aproximadamente 5,5 mil líderes públicos e trabalhou em mais de 100 cidades e 20 governos estaduais em projetos de formação de lideranças e de melhoria da gestão pública. Foi editorialista dos jornais *Gazeta Mercantil* e *O Estado de S. Paulo*. Foi comentarista político das redes de televisão Manchete e Record. Em 1996, fundou a Editora D'Avila, responsável pela publicação das revistas *República*, de política, e *Bravo!*, que foi a maior revista cultural do país e que depois foi vendida para a Editora Abril, onde Luiz Felipe tornou-se diretor superintendente (2002-2006). É autor de vários livros de história e política, com destaque para *Dona Veridiana: a trajetória de uma dinastia paulista*, *Os virtuosos: os estadistas que fundaram a República brasileira*, *Caráter e liderança: nove estadistas que construíram a democracia brasileira* e *Os 10 Mandamentos, do país que somos para o Brasil que queremos*. É formado em Ciências Políticas pela Universidade Americana de Paris (França) e tem mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School (Estados Unidos).

cios, prática criminosa que atropela o bem comum e acarreta anos – décadas, por vezes – de estagnação e retrocesso.

Não há espaço para aventuras, imprevistos e erros, pois, como predisse William Shakespeare, o ilustre bardo inglês, “uma desventura vai sempre pisando o vestido de outra, tão próximas caminham”. A fim de reconquistar sua marcha de crescimento sustentável, o Brasil terá de dar conta de uma agenda de reformas inadiável. As reestruturações devem ser feitas nas áreas previdenciária, tributária e de gestão do Estado, além de aperfeiçoar os avanços já promovidos na alçada trabalhista. Só assim será possível criar as condições para que a expansão econômica ocorra em níveis de 4% a 5% ao ano, situação ideal para amplificar o leque de oportunidades para todos os brasileiros.

## Confiança

O primeiro dever a ser cumprido é res-  
taurar a confiança no País, etapa completamente dependente da política. A escolha de um presidente da República por meio do mais significativo ato democrático, o voto direto, é, nesse contexto, a convocação imprescindível para o início de um amplo e salutar processo de entendimento entre os poderes e todas as instituições públicas e privadas. Sem isso, não haverá condições de governabilidade plena. A carga de votos entregue pela população ao presidente é veemente para legitimá-lo frente ao Congresso Nacional e aos partidos e, portanto, extremamente oportuna para ratificar junto ao Legislativo a urgência e a inevitabilidade das grandes propostas de interesse republicano que terão de ser aprovadas. Isso é muito, mas não é só. Previsibilidade

das regras, obediência às leis e garantia de segurança jurídica são outros elementos essenciais para recompor a confiabilidade e o ambiente favorável aos investimentos.

Geraldo Alckmin, candidato à Presidência pelo PSDB, é a opção mais capacitada a oferecer o indispensável clima de confiança. Alckmin tem 65 anos, 45 deles dedicados à vida pública. É natural de Pindamonhangaba, no interior de São Paulo, onde assumiu seu primeiro mandato, em 1973, como vereador. Ainda era aluno de medicina, curso que concluiu com especialização em anesthesiologia. Depois vieram novas eleições e outros cargos: prefeito de Pindamonhangaba (de 1977 a 1982), deputado estadual de São Paulo (de 1983 a 1987), deputado federal por São Paulo (de 1987 a 1995), vice-governador de São Paulo (de 1995 a 2001) e governador de São Paulo (de 2001 a abril deste ano).

Os rumos que ele pretende para o Brasil a partir de janeiro de 2019 estão expressos em seu Programa de Governo, documento construído a partir de uma abrangente consulta que envolveu brasileiros, militantes do PSDB ou não, de todas as regiões do País em torno de dezenas de reuniões temáticas. Também foram analisadas aproximadamente 1,5 mil sugestões encaminhadas para uma plataforma on-line que, validadas, passaram a compor o conjunto de diretrizes organizadas em 20 áreas. O Programa de Governo de Alckmin, assim, carrega uma natureza participativa inovadora e, do ponto de vista de sua aplicabilidade, coerência e plausibilidade nas etapas e instâncias que dizem respeito a cada ação apresentada. Além dos valores e convicções de Alckmin e de Ana Amélia, sua candidata a vice, o plano incorpora ainda o conhecimento de especialistas notáveis em setores

fundamentais para o planejamento e a administração dos interesses da população, como economia, educação, saúde, segurança pública, meio ambiente, infraestrutura, agronegócio, políticas públicas, direitos humanos e política externa.

A presença de um estadista na Presidência é, então, premissa determinante para o restabelecimento da credibilidade. É o *sine qua non* para livrar o País das amarras que estrangulam a sociedade e impedem uma nova jornada de desenvolvimento estável. O presidente da República necessário para a circunstância que precisa ser superada com rapidez é o mesmo que tem de liderar ações políticas e de governança que conduzam à retomada econômica e à justiça social. A pauta é extensa e será, em muitos casos, delicada: encaminhamento das reformas, enfrentamento da violência na cidade e no campo, combate à corrupção, requalificação da educação pública e da saúde primária e preventiva, implementação da eficiência como pilar central da gestão estatal, simplificação e desburocratização do dia a dia dos cidadãos e de quem deseja empreender e inovar e abertura da economia brasileira para o mundo. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, quando presidente, atuou com firmeza e habilidade política em todos os processos de negociações com o Congresso e, por isso, aprovou mais de 30 reformas em seus mandatos, inclusive a das telecomunicações e a da abertura do setor de petróleo. A conexão entre um presidente da República com acentuada capacidade dirigente e o Congresso Nacional aberto ao diálogo político são a melhor situação para o andamento eficiente do temário preestabelecido como estratégico pelo chefe do Executivo.

O Estado tem de se destacar como agente regulador, fiscalizador, planejador e faci-

litador dos interesses da coletividade – especialmente as parcelas menos favorecidas, que precisam ser contempladas com programas sociais – e dos agentes econômicos. Empresariar não é atividade-fim do governo, mas é garantir que as suas instituições sejam eficientes, bem aparelhadas e qualificadas a responder rapidamente às demandas impostas pela dinâmica social. A busca constante pela plenitude democrática, nesse sentido, exige que o Estado sofra um choque de gestão que impacte positivamente os direitos dos cidadãos e o equilíbrio da Federação. Austeridade, experiência, responsabilidade, comprometimento, criatividade, influência política e espírito público são as habilidades que o novo presidente da República deve reunir.

Desde dezembro de 2017, Geraldo Alckmin preside o PSDB, partido que ajudou a fundar, em 1988, ao lado de líderes políticos como André Franco Montoro (1916-1999), Mário Covas (1930-2001) e Fernando Henrique Cardoso. Suas propostas para o País dialogam com os princípios programáticos da social democracia e permanecem coerentes com temas centrais, como a consolidação das instituições democráticas, o combate à pobreza, a defesa da renda dos trabalhadores, a universalização do acesso à escola, aos serviços de saúde e à seguridade, a modernização do Estado e a estabilização econômica. São lutas e conquistas travadas e obtidas por meio da atuação de militantes, vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores, ministros e um presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de janeiro de 1995 a dezembro de 2002. Muito foi feito, mas, como resultado da falta de comprometimento com a justiça social e do aparelhamento do Estado em proveito dos grupos que assumiram o Go-

verno Federal após o período FHC, os caminhos têm de ser reconstruídos.

Em São Paulo, Estado que governou de 2001 a 2006 e de 2011 a abril deste ano, Geraldo Alckmin implementou políticas públicas inovadoras e eficientes. Equilibrou as finanças públicas, promoveu a reforma da previdência estadual e fez as estruturas de educação, saúde e segurança serem reconhecidas como referenciais no País. Por meio de seu programa de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), o Governo Alckmin desenvolveu projetos relevantes, sobretudo nas áreas de habitação e de modernização de rodovias. Esse cabedal de competências e realizações, aliado aos marcos civilizatórios alcançados pela proatividade do PSDB em todas as frentes republicanas da nação, atestam a chapa Geraldo Alckmin e Ana Amélia como a mais preparada para recolocar o Brasil na direção do crescimento sustentado.

## Propostas

O Estado brasileiro é caro, lento e ineficiente. E, mais grave, cobra impostos altos para, em contrapartida, dar em troca serviços públicos de péssima qualidade. Entre os 30 países com maior carga tributária no mundo, o Brasil é, de acordo com um levantamento feito em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o que apresenta o pior índice de retorno do dinheiro arrecadado, um volume que é recolhido, nunca é tarde para lembrar, para suportar o bem-estar da sociedade. Aumentar ainda mais o ônus da população não passa nem perto de ser uma solução para sanar as contas públicas deficitárias e, por outro lado, o Estado não dispõe de recursos para promover os investimen-

tos necessários para alavancar uma nova fase de crescimento e, na esteira, equacionar as grandes e graves questões sociais que nos acometem.

Pelo lado mais estruturante, o econômico, Alckmin propõe assegurar o funcionamento adequado do tripé macro, com taxa de juros que proporcione a manutenção da inflação dentro das metas fixadas, superávit primário obtido sem artifícios contábeis e regime cambial flutuante. Será mandatário, também, que os setores público e privado elevem os seus padrões de produtividade geral com ganhos de eficiência a fim de habilitar o Brasil para um ambiente global pautado pela inovação e pela competitividade. A lição de casa do Governo Federal é qualificar-se a partir de uma transformação radical na gestão de suas instâncias operacionais para oferecer segurança jurídica e previsibilidade para o ambiente de negócios e a todas as cadeias de valor que compõem o agronegócio, assumir protagonismo na política externa, executar obras de infraestrutura (retomando as 7 mil que estão paradas) com a participação da iniciativa privada em concessões e PPPs, privatizar empresas estatais e, na administração pública indireta, despolitizar as agências reguladoras, garantindo que elas sejam geridas a partir de critérios técnicos, com independência administrativa e financeira.

## Abertura comercial

A abertura comercial e o fim das reservas de mercado e dos privilégios que só trazem benefícios a poucas empresas e prejudicam a população mais pobre são outros pontos que merecerão atenção imediata de Geraldo Alckmin. As políticas protecionistas têm consumido bilhões de reais dos im-

postos custeados pela sociedade, ao mesmo tempo em que a obrigam a pagar por produtos e serviços caros e de qualidade inferior quando comparados com os ofertados no mercado internacional. Derrubar as muralhas do protecionismo é parte importante do pacote de transformações que precisam ser feitas para conquistar investimentos no setor de infraestrutura, responsável pela geração de empregos e renda para milhares de brasileiros. O Brasil tem de ser integrado às cadeias de valor, produzir bens de maior valor agregado, exportar mais e capacitar adequadamente os seus trabalhadores.

Não é suficiente que um governante apenas queira, sonhe e fale. Ele precisa de preparo, experiência e competência para realizar. Necessita, ainda, de uma base de

apoio político robusta, propositiva e comprometida com o bem comum. O Brasil está indignado e tem pressa para superar a vergonhosa situação em que foi mergulhado em nome de promessas populistas, mentirosas e irresponsáveis. É hora de escolher, nas urnas, qual candidato é mais capacitado a superar os erros – e as graves consequências que eles têm provocado – cometidos nos últimos 15 anos. O cardápio é esquerda estatizante e retrógrada, direita populista e obscurantista ou resgate da dignidade roubada dos brasileiros. É civilização ou barbárie. A escolha de Geraldo Alckmin é o caminho seguro da retomada do crescimento sustentável, do resgate da credibilidade das instituições democráticas e da confiança dos brasileiros no País.

# Novo Ciclo Eleitoral?

.....  
**MARCIO POCHMANN**

**E**m 2018, o Brasil realiza o oitavo pleito presidencial sucessivo desde o retorno das eleições diretas (1989), sem representar, necessariamente, a reafirmação das bases democráticas inscritas pela Constituição Federal de três décadas atrás. Isso porque na eleição presidencial passada (2014), quando parcela dos partidos derrotados não aceitou, pela primeira vez, o resultado final do pleito, as normas eleitorais foram rompidas com a instalação de processo golpista jurídico-parlamentar responsável pela retirada da presidente democraticamente eleita e por uma sucessão de arbitrariedades constitucionais.

Em função disso, o país voltou a conviver, mais significativamente desde 2016, com inegável incerteza a respeito da continuidade democrática, contando, inclusive, com dúvidas crescentes a respeito da realização de eleição presidencial em 2018, bem como do seu possível desfecho final. Perspectiva preocupante em se tratando de uma nação sem tradição democrática, ademais por se constatar que o ciclo recente de eleições presidenciais havia se constituído no mais longo da experiência histórica de contida via não autoritária do país.

.....  
MARCIO POCHMANN é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.

O que não seria pouco, considerando ainda a fase anterior de 29 anos em que perdurou a ausência da soberania popular na escolha do primeiro posto do poder executivo federal, por força restritiva da Ditadura Militar (1964-1985). Durante a República Velha (1889-1930), os 12 pleitos presidenciais realizados não poderiam ser efetivamente identificados como democráticos, uma vez que as fraudes eram inequívocas e comuns, acompanhadas da inexistência de justiça eleitoral, do voto secreto e da universalidade na participação.

No período de democracia prevalecente no segundo pós-guerra (1945-1964), somente quatro eleições presidenciais foram realizadas. Além disso, os pleitos eleitorais aconteceram permeados por ampla instabilidade política e ameaças antidemocráticas generalizadas.

Diante disso, o presente artigo desenvolve análise que especula a respeito da possibilidade de abertura de um novo ciclo eleitoral a partir da hipótese do comprometimento democrático imposto às bases políticas geradoras do período político da Nova República (1985-2016). Também se considera que, diante da desagregação da ordem democrática, assaltada que foi desde 2016 pela imposição de política autoritária, econômica neoliberal e conservadora nos costumes, coube

ao Partido dos Trabalhadores impulsionar seu reposicionamento estratégico de maior importância como maior agremiação do espectro de esquerda nacional.

## **Esgotamento do ciclo político da Nova República**

O ciclo político denominado Nova República (1985-2016) foi responsável pela efetivação de sete eleições presidenciais que tinham por pressupostos a liberdade de competição interpartidária e aceitação dos seus resultados finais pelos partidos. Em suas três décadas de existência, esse ciclo eleitoral compreendeu três fases principais caracterizadas por peculiaridades presentes desde o seu início (1985 - 1988), o desenvolvimento (1989 - 2014) e a finalização (2015 - 2016).

Pela autocracia da Ditadura Militar, por exemplo, o retorno ao regime democrático foi entendido pela literatura especializada como uma “transição política transada”<sup>1</sup>, pois longamente tramada pelo alto, com a exclusão da soberania popular. Desde o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), a abertura democrática começou a ser ensaiada pelos parâmetros da lentidão, gradualidade e segurança por parte dos militares.

Em síntese, contabiliza-se mais uma década de preparação para a transição do período de abertura democrática concedida pela Ditadura Militar.

Com isso, por exemplo, a determinação dos termos de anistia política (1979) não foi geral e irrestrita, pois jamais abriu pos-

sibilidade de questionamentos aos anos de autoritarismo (assassinatos, torturas, corrupções). Ao mesmo tempo, conferiu passagem do sistema bipartidário para o pluripartidário, repleto de casuísmos autoritários, como o retorno de eleições para governador de Estado estabelecido em 1982 e de presidente da República, somente em 1989 (29 anos após a última, em 1960).

De toda forma, o fato central para o melhor entendimento do início da Nova República e que conformou todo o do ciclo eleitoral terminou sendo a derrota da Emenda Constitucional Dante de Oliveira que estabelecia as eleições gerais para o exercício da soberania popular em 1985. Mesmo com intensa e significativa campanha de mobilização nacional, o regime autoritário somente aceitou encerrar o seu término após firmar os seus interesses no colégio eleitoral que havia sido palco das anteriores sucessões dos generais presidentes.

Nesta primeira fase do ciclo político, a Nova República teve o seu início constituído por via indireta e a fatalidade da morte de Tancredo Neves (1910-1985) anterior à posse como presidente da República. Assim, o primeiro mandatário civil que abriu o ciclo da Nova República, após 21 anos de presidentes militares, foi José Sarney, que havia sido filiado e foi presidente da Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação da Ditadura Militar por mais de duas décadas.

De características conservadoras, o primeiro governo da Nova República, que durou cinco anos (1985-1990), esteve marcado pela determinação das bases pelas quais se efetivou o ciclo de sete eleições presidenciais seguidas a partir de 1989. Dessa forma, o início da Nova República, que contou com a realização de nova Constitui-

.....  
1 Para maiores detalhes, ver: DINIZ, E.; BOSCHI, R. & LESSA, R. (orgs.) *Modernização e consolidação democrática no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989; COUTO, C. *A agenda constituinte e a difícil governabilidade*. *Lua Nova*, 39, 1997; SALLUM JR, B. *Transição política e crise de Estado*. *Lua Nova*, 32, 1994.

ção Federal, em 1988, estabeleceu a competição eleitoral demarcada por crescente fragmentação e enfraquecimento partidário, cada vez mais dependente da existência de um centro político de natureza conservadora, incapaz de permitir, pelo presidencialismo de coalizão, a realização de reformas profundas na sociedade<sup>2</sup>.

Uma vez constituída a fase inicial da Nova República, percebe-se que a segunda fase, caracterizada pelo desenvolvimento do ciclo eleitoral assentado na soberania popular, transcorreu entre os pleitos presidenciais de 1989 a 2014. Durante esse período, cujo crescimento econômico mal superou os 2% como média anual, indicando desempenho de semiestagnação da renda per capita, o país registrou o maior avanço na implantação das bases do Estado de bem-estar social, com a passagem do gasto social, equivalente a 14% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1985, para 24%, em 2014.

O aumento do gasto social terminou sendo financiado pela elevação da Carga Tributária Bruta (CTB), que representa a somatória de impostos, taxas e contribuições, uma vez que passou de 24% do PIB, em 1985, para 32%, em 2014. A ampliação da CTB no período ocorreu de forma de-

signal no interior dos distintos segmentos da sociedade, em prejuízo dos mais pobres.

Enquanto lucros e dividendos foram isentos da tributação desde 1996, os rendimentos do trabalho, especialmente aqueles situados na base da pirâmide social, receberam maior sobrecarga de impostos, taxas e contribuições. Além disso, setores econômicos terminaram sendo beneficiados por renúncias, isenções, subsídios e desonerações fiscais, o que contribuiu para a maior desigualdade e regressividade do sistema tributário brasileiro.

Além disso, nos 25 anos de duração da fase de desenvolvimento do ciclo político da Nova República, os primeiros 12 anos serviram de experimentação para as políticas de corte neoliberal e os 12 anos seguintes foram voltados às políticas públicas de natureza desenvolvimentista. Nos anos neoliberais, por exemplo, a CTB em relação ao PIB aumentou 34,9% (de 27,3%, em 1989, para 32%, em 2002), enquanto o gasto social cresceu de 16% do PIB para 19% (elevação de 18,7%) e a dívida do conjunto do setor público saltou de 63% para 76% do PIB no mesmo período de tempo (elevação de 20,6%).

## Gasto social

Nos anos desenvolvimentistas, a CTB decresceu 0,4% entre 2002 (32% do PIB) e 2014 (31,9% do PIB), ao passo que o gasto social subiu 26,3% (de 19% do PIB, em 2002, para 24% do PIB, em 2014). Para o mesmo período de tempo, a dívida agregada do setor público decresceu de 76% para 63% do PIB (redução acumulada de 17,1%).

Outra diferença importante durante o desenvolvimento do ciclo político da Nova

.....  
2 No documento *Esperança em Mudança* lançado em 1982, pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), um conjunto de reformas encontrava-se estabelecido como requisito necessário para a transição do regime autoritário para o democrático. Nenhuma das reformas terminou sendo realizada, em mais uma demonstração do reformismo postergável, sempre contido no interior do capitalismo brasileiro. Ver também em: ABRANCHES, S. *Presidencialismo de Coalizão*. Rio de Janeiro, *Dados*, 1988; SANTOS, F.; Almeida, A. *Fundamentos Informativos do Presidencialismo de Coalizão*. Editora Appris, 2011; LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. *Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão*. *Lua Nova*, 1998.

3 Informações empíricas apresentadas tem como fontes primárias o IBGE, Bacen e SRF/MF.

República (1989 – 2014) pode ser percebida pelos presidentes eleitos nos anos de neoliberalismo (Collor, 1990-1992, e FHC, 1995-2003) pela inserção passiva e subordinada na globalização desde 1990 e pela estabilidade monetária desde 1994 (governo Itamar Franco, 1992 - 1994) ancorada na elevada taxa de juros e no câmbio valorizado. No caso dos governos desenvolvimentistas (Lula, 2002 e 2006, e Dilma, 2010), o destaque foi a ênfase na defesa da soberania nacional e da expansão acelerada do mercado interno com inclusão social.

A finalização do ciclo político da Nova República entre os anos de 2015 e 2016 decorreu do fato de o resultado da sétima eleição presidencial (2014) deixar de ser aceito por parte importante dos partidos derrotados. Também o esfacelamento do centro político conservador em linha com a fragmentação dos próprios partidos mostrou-se decisivo para que as normas eleitorais fossem rompidas.

A instalação de processo golpista jurídico-parlamentar se mostrou suficiente para a arbitrária retirada da presidente democraticamente eleita, compreendida por uma sucessão de arbitrariedades constitucionais. Por conta disso, o país voltou a conviver, sobretudo a partir de 2016, com inegável incerteza a respeito da continuidade democrática, contando, inclusive, com dúvidas crescentes a respeito da realização de eleição presidencial em 2018, bem como do seu possível desfecho final.

O encerramento do ciclo eleitoral da Nova República foi demarcado nos anos de 2015 e 2016 por significativa inflexão na trajetória dos governos desenvolvimentistas, sem agravamento, contudo, das questões econômica, social e de soberania nacional. Mas, a prevalência do impasse de

natureza política permitiu a reunião de forças parlamentares e jurídicas suficientes para interromper o pacto de poder construído em torno da Constituição Federal de 1988.

O esvaziamento do centro político foi acompanhado pela polarização entre, de um lado, o exercício da presidência da República e, de outro, a ação de oposição por parte da maioria dos parlamentares, com apoio dos meios de comunicação e do poder judiciário. Em função disso, o avanço da paralisia governamental terminou sendo expresso em relação ao PIB por leve elevação da Carga Tributária Bruta de 1,4%, entre 2014 e 2016, pela estagnação do gasto social e pelo aumento do endividamento do setor público em 15,9%.

### **Dúvidas sobre novo ciclo eleitoral**

A partir de junho de 2016, com a ascensão de um governo de natureza golpista comandado por Michel Temer, até então vice-presidente de Dilma Rousseff, houve significativa recomposição governamental em sintonia com a maioria do parlamento e apoio midiático e do judiciário. Para tanto, o receituário político, econômico e social de corte neoliberal foi recuperado e protagonizado por todos os partidos que haviam sido derrotados nas quatro últimas eleições presidenciais (2002, 2006, 2010 e 2014).

Desde então, o Brasil encontra-se diante de um cenário político de horizontes em aberto. O caráter golpista ao regime democrático concebido com as normas do ciclo eleitoral da Nova República pode ter continuidade, assim como pode ser interrompido, a depender do desfecho das eleições de 2018.

De todo modo, parece muito mais prevalerem dúvidas a fundamentar a existência de um novo ciclo eleitoral. Desde

2016, com o golpe jurídico-parlamentar, sabe-se que as bases democráticas estabelecidas pelo acordo político gerador da Nova República têm sido dissipadas.

## **Reposicionamento do Partido dos Trabalhadores**

Desde a sua constituição, ainda no início da década de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) aponta para a identificação de pelo menos três trajetórias importantes. A primeira transcorreu entre os anos de 1980 e 1994, enquanto a segunda prevaleceu no período de 1995 e 2015, ano em que o PT foi forçado a ingressar em sua terceira trajetória de realinhamento estratégico.

Nos primeiros 14 anos de sua existência, o PT se protagonizou como partido fora da ordem política autoritária, o que o levou a não participar, por exemplo, da sucessão presidencial de 1985, transcorrida pela via indireta no colégio seletivo de eleitores da Ditadura Militar. Por ter sido um dos principais motivadores do movimento pelas eleições diretas em 1984, o PT boicotou a participação no Colégio Eleitoral, entendendo que se tratava de eleição ilegítima, mesmo tendo perdido quase 40% da banca-federal que apoiou a eleição indireta de Tancredo/Sarney.

Da mesma forma em relação à Constituição Federal de 1988, a posição do PT diferenciou-se dos demais partidos. Em defesa de uma Constituição mais radical e em crítica à força da direita representada pelo centro político conservador, o PT votou contra o texto final, embora os parlamentares do partido tenham assinado a Constituição, tendo assumido, então, o novo ordenamento institucional do país.

Por fim, destaca-se a distinta posição

assumida pelo PT em virtude do chamamento do governo Itamar Franco (1992 – 1995) em nome da unidade nacional, uma vez superado o processo de impedimento do presidente Collor (1990 – 1992). Apesar de ter sido um dos principais protagonistas da campanha contra o governo Collor, o PT decidiu não participar do governo Itamar, tendo, inclusive, suspenso os direitos políticos de Luísa Erundina (prefeita de São Paulo entre 1989-1992), por ter assumido o posto de ministra-chefe da Secretaria da Administração Federal entre 1993 - 1994.

Nessa primeira fase, a trajetória do PT se assemelhava à do PCI (Partido Comunista Italiano), que indicava avançar nos resultados eleitorais, como de saltar de 1,7% do total de parlamentares, em 1982, para 7%, em 1994, porém sem conseguir alcançar a maioria necessária dos eleitores para se tornar governo. Detinha inegável oposição à ordem política estabelecida, exercendo papel fundamental no aprofundamento do regime democrático, com uma diversidade de interpenetração no movimento social e organização política nacional<sup>4</sup>.

Mas, a partir de 1995, com a realização do 10º Encontro Nacional, o PT passou a se reposicionar para, ao se inserir na ordem política prevalecente, buscar modificá-la a partir do seu interior. Com isso, o PT, que até então contava com cerca de 1/10 de preferência partidária pelo eleitorado nacional, passou a crescer continuamente até alcançar ¼ do total, em 2010, e a quase 1/5 do parlamento nacional na legislatura de 2011 – 2014.

Ao mesmo tempo, o crescimento nas administrações de prefeituras e de gover-

.....  
4 Para mais considerações, ver: FERNANDES, F. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. São Paulo: Cortez, 1990; FERNANDES, F. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991; FERNANDES, F. *Lula e a transformação do Brasil contemporâneo*. *Práxis*, nº 2, Belo Horizonte, setembro de 1994.

nos estaduais permitiu experimentar o ineditismo de políticas públicas, bem como reforçar a participação popular no interior das esferas do poder executivo nas diversas unidades subnacionais. Também a formação de quadros administrativos e de gestores de políticas públicas possibilitou ampliar a presença programática no modo petista de governar e legislar no Brasil.

Para isso, contudo, uma espécie de máquina eleitoral foi sendo aperfeiçoada, com elite partidária dirigente constituída. Com a expansão legal das formas de financiamento empresarial das campanhas eleitorais, o PT conseguiu obter resultados inegáveis, ainda que isso significasse o distanciamento do tradicional modo de organização partidária.

Núcleos de base e envolvimento integrado na diversidade dos movimentos sociais foram perdendo protagonismo na influência organizativa, com sinais não desprezíveis de burocratização do formato eleitoral. Dessa forma, o PT se tornou a maior organização partidária, com avanços na filiação e simpatizantes, acompanhados por resultados eleitorais significativos e enorme efetividade e êxito governamental.

A razão do sucesso trouxe consigo, em simultâneo à convicção de partidos de oposição que a máquina eleitoral petista deveria ser barrada, a convergência de interesses dos poderosos em torno da interrupção arbitrária do segundo governo Dilma. A não aceitação do resultado eleitoral de 2014 abriu caminho para o abandono das bases democráticas organizadoras da ordem institucional estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

Da mesma forma, parte de segmentos sociais e políticos em oposição ao sucesso do PT foram se distanciando das eleições presidenciais para assumir maior protagonismo

concentrado nas eleições legislativas. Um exemplo disso foi o segmento do agronegócio, que desde as eleições de 1989 não mais apresentou candidatura presidencial, tendo focado na eleição legislativa e permitido constituir a maior bancada no Congresso Nacional.

Aliás, essa estratégia política terminou sendo seguida por outros segmentos econômicos e sociais. Tanto assim que grupos de parlamentares se organizam não mais por partidos, mas por bancadas de interesses específicos, como da bala, do boi, da bola, entre outras.

Mesmo sem alcançar o sucesso na sucessão presidencial, a dominação do Congresso Nacional se mostrou importante para enquadrar governos petistas, cada vez mais dependentes da agregação de siglas partidárias, crescentemente fragmentadas. Com isso, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 tornou-se o mais efetivo bloqueio possível à trajetória exitosa de modificação interna da ordem política prevalente pelo PT.

### **Não aceitação da prevalência do PT**

**P**or fim, o curso da terceira trajetória insaurada a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, quando se torna evidente que a própria ordem política existente não mais aceita a prevalência própria do PT. Isso, de alguma forma, remonta oportunidades históricas anteriores em que projetos de inclusão tinham sido experimentados e sofrido forte imposição da ordem previamente estabelecida.

Inicialmente, durante o projeto de industrialização nacional, quando os empregados passaram a deter o contrato de trabalho formal como modo de inserção pela via da Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT). Em pleno autoritarismo do Estado Novo (1937-1945), a CLT conseguiu ser implementada, em 1943, somente para os empregados assalariados urbanos, o que excluía, contudo, quase 90% dos trabalhadores que se encontravam no meio rural por força da forte oposição do velho agrarismo.

Após uma década, quando a população avançou rápida e consideravelmente para as cidades em concomitância com a expansão do emprego assalariado urbano, a reação liberal-conservadora ao governo democraticamente eleito de Getúlio Vargas (1951-1954) se fez predominante. Sem o seu suicídio, o governo Vargas seria impedido em 1954, possivelmente deposto e aprisionado pela chamada República do Galeão (espécie de operação Lava Jato da época).

Na sequência, registra-se a ascensão do movimento dos trabalhadores rurais, reivindicando reformas, como a fundiária e a inclusão no sistema de proteção social e trabalhista. Desde o final da década de 1950, por exemplo, o governo de João Goulart (1961-1964) conseguiu aprovar, em 1963, o estatuto do trabalhador rural, que iniciou a inclusão dos ocupados no meio rural em praticamente os mesmos direitos sociais e trabalhistas vigentes entre os empregados urbanos com contrato regular e formal.

Mas, a generalização da CLT para o meio rural terminou desencadeando violenta reação por parte do patronato, capaz de aglutinar insatisfações pontuais no movimento que desencadeou o golpe civil-militar de 1964. O abandono do regime democrático se instalou por 21 anos após a deposição de Jango, aprofundando a desigualdade no mesmo sentido que a exclusão apartava a maior parte dos ganhos do crescimento econômico.

Com a redemocratização nacional, no

período mais recente, a Constituição Federal de 1988 teve destaque fundamental no estabelecimento, ainda que tardio, das bases do estado de bem-estar social no Brasil. Contra isso, por exemplo, o presidente Sarney (1985-1990) declarou, em 1987, que a nova Constituição tornaria o país ingovernável, vindo a inaugurar o movimento liberal-conservador no período democrático, responsável pela sustentação do receituário neoliberal ao longo da era dos Fernandos (Collor, 1990-92, e Cardoso, 1995-2002).

### **Insegurança e indefinição prevalecem**

Somente com a vitória eleitoral de 2002, a inclusão social se tornou a marca dos governos liderados pelo PT ao longo do período de 2003 a 2016. O enfrentamento da desigualdade, com a busca da justiça através da generalização de oportunidades em diversas áreas das políticas públicas (educação, saúde, trabalho, renda e outras) concedeu êxito inquestionável à combinação do aprofundamento do regime democrático com o crescimento econômico, pleno emprego e distribuição de renda.

Tudo isso, entretanto, sofreu enorme retrocesso após o golpe de Estado que possibilitou a ascensão do governo Temer, seguida da deposição da presidente Dilma (2011-2016), da perseguição ao Partido dos Trabalhadores e da prisão política de Lula, candidato a presidente nas eleições de 2018.

O golpe implantado em 2016 impôs novos elementos desestabilizadores à sustentação democrática da nação. No período prévio das eleições gerais, a insegurança e a indefinição prevalecem, esvaziando os poderes executivo e legislativo e enaltecendo o poder judiciário, que segue destituído de transparência e algum lastro de registro

da presença de soberania popular.

Diante dessa situação inimaginável até então, considera-se cada vez mais a emergência de outra fase na política nacional impulsionada pela arbitrária ascensão do governo Temer. Este cenário se apresenta, inicialmente, pela composição classista patronal que se estabeleceu, com um repleto arsenal de políticas contra a classe dos que vivem do trabalho, políticas traduzidas por medidas de retirada dos direitos trabalhistas e da asfixia do próprio sindicalismo.

Simultaneamente, a exclusiva composição dos endinheirados no governo Temer apontou para a preferência de ações de políticas governamentais voltadas à exclusão de pobres e da classe média do orçamento público. A emenda constitucional 95, que estabeleceu o congelamento dos gastos públicos não financeiros ao pagamento dos juros da dívida pública, serve de exemplo como uma ação contrária à reorientação do gasto público em políticas de saúde, educação, habitação, transporte, entre outros.

Rapidamente, os efeitos do atual governo fizeram-se apresentar. Na saúde, houve a volta de doenças definidas até então como superadas (sarampo, poliomielite e outras) e a inflexão da mortalidade infantil. Na habitação, vimos a correlação positiva entre a elevação de imóveis fechados e o aumento de moradores de rua, assim como a queda significativa nas atividades da construção civil em todo o país.

No transporte, são frequentes os aumentos nos preços dos combustíveis; a elevação do gás de cozinha enfrentada com maior uso de carvão e lenha pela população de baixa renda. Na educação, o esvaziamento dos financiamentos ao ensino superior e a desistência na garantia do ensino médio para todos os jovens encontram-se direta-

mente relacionados com o crescimento do desemprego nos segmentos populacionais de maior escolaridade e com a queda na renda média familiar.

Não bastasse isso, constata-se que após mais de dois anos de políticas de austeridade fiscal conduzidas pelo receituário neoliberal de Temer, focado na entrega do patrimônio nacional, há maior desajuste fiscal, ausência do crescimento econômico e generalização do desemprego e da pobreza. Cerca de 40 milhões de brasileiros deixaram a esfera produtiva; quase 28 milhões de trabalhadores precarizados estão em busca permanente de emprego, eles foram rebaixados à condição de miséria e de vida informal e clandestina.

### **Segmentos exportador e rentista**

Fundamentalmente, dois setores foram favorecidos pelo governo Temer. Pelo lado econômico, o segmento exportador, diante do rebaixamento do custo do trabalho e a da inviabilização do consumo no mercado interno. Também o setor rentista, protagonizado pelos bancos, cuja lucratividade assenta-se no aprisionamento do Estado aos interesses da gestão do endividamento público.

Pelo lado socioeconômico, a força do crime organizado e das igrejas serve como rede de atendimento para a nova safra de desvalidos produzida pelo processo acelerado de desmontagem das políticas públicas e de desconstituição do sistema produtivo nacional. O protagonismo anterior do setor de petróleo e gás, da infraestrutura composta pelas grandes empresas de engenharia nacional, da indústria naval e outras foi abandonado, aprofundando ainda mais a dependência do país de interesses internacionais.

O resultado da maior concentração de riqueza, renda e poder combina com a aceleração da desigualdade entre uma minoria privilegiada e a maioria de trabalhadores precarizados, bem como empobrecidos pela exclusão das políticas públicas. Sem o retorno à soberania popular, com a consequente e necessária reafirmação da soberania nacional, a desestabilização da democracia dificilmente será contida.

## Considerações finais

**A**pós dois anos de governo, Temer já antecipa a herança que ficará para a próxima administração federal a ser iniciada em janeiro de 2019: o empobrecimento da população e o enfraquecimento do setor produtivo nacional. A situação não se encontra ainda mais grave devido à política econômica anteriormente conduzida pelos governos liderados pelo PT, como uma espécie de “colchão de proteção” protagonizado pelas reservas externas em mais de US\$ 370 bilhões.

Sem isso, o Brasil estaria caminhando pela “hora da morte”, conforme atualmente ocorre na economia da Argentina. Depois de mais de dois anos do governo Macri apostando no receituário neoliberal, com corte nos gastos públicos elevando a taxa de pobreza a mais de ¼ da população, houve a volta da fuga de dólares, da inflação e do desespero de o país ter de recorrer ao FMI. Com tudo isso, sobra mais desânimo para a sustentação do crescimento econômico.

O Brasil também enfrenta problemas equivalentes, cujos resultados não são tão dramáticos em função de o Banco Central dispor de amplas reservas internacionais para ofertar a moeda estadunidense em quantidade mais do que suficiente para evi-

tar uma corrida intensa contra o real. Isso não alivia, contudo, a problemática do setor produtivo, após a divulgação pelo IBGE da Pesquisa Industrial Anual (PIA) referente ao ano de 2016.

Diante da investigação sobre 3,4 mil produtos das empresas industriais com 30 ou mais pessoas ocupadas, constata-se que o sistema produtivo brasileiro teve como principal receita de vendas o óleo diesel, os óleos brutos de petróleo, o álcool etílico desnaturado para fins carburantes e as carnes frescas ou refrigeradas. Na dimensão das grandes regiões, percebe-se que no Nordeste prevalece o óleo diesel como o principal produto industrial vendido, enquanto a região Norte destaca-se com as vendas da produção de minério de ferro.

Para as regiões Centro-Oeste e Sul, por exemplo, a carne foi a principal receita obtida entre as vendas de toda a produção industrial. As carnes de bovinos frescas ou refrigeradas destacaram-se na região Centro-Oeste, ao passo que no Sul, os mais importantes produtos industriais vendidos foram as carnes e miudezas de aves congeladas.

O empobrecimento das cadeias industriais é visível, resultado da aplicação contínua de uma política neoliberal que levou à recessão e segue se mostrando incapaz de fazer com que o Brasil volte a crescer de forma sustentada. Somente no ano de 2016, por exemplo, os principais produtos industriais que decaíram de importância foram a massa de concreto para a construção civil, os computadores pessoais portáteis, os caminhões e os medicamentos.

Em síntese, a indústria nacional se empobrece cada vez mais ao se especializar em produtos com menor valor agregado, fortemente associado a recursos naturais disponíveis e ao custo rebaixado da força

de trabalho. Com isso, o mercado interno esvazia o seu potencial de expansão, sendo cada vez mais atendido pela importação de produtos com maior valor agregado e elevado conteúdo tecnológico.

O avanço do precoce processo de desindustrialização no Brasil resulta de erros de várias políticas governamentais, mas fundamentalmente do neoliberalismo, que parte do conceito de que o setor produtivo depende espontaneamente de sua própria capacidade de competir no mundo, onde as medidas de proteção nacional são cada vez maiores. O desastre nacional se acentua já antecipado como principal herança do go-

verno Temer ao próximo governo a ser eleito em outubro vindouro.

Diante desse contexto de esgotamento do ciclo político da Nova República em meio ao processo golpista, coube ao PT o seu mais novo reposicionamento. A constituição do Plano de Governo Lula presidente mais audacioso para as eleições de 2018 impõe tanto a revisão das medidas institucionais tomadas pelo governo golpista como a instalação de uma constituinte soberana para a efetivação do conjunto de reformas, como a tributária, a político-eleitoral, a dos meios de comunicação, a do sistema bancário, entre outras.

# Duas Vertentes de Centro-Esquerda no Brasil: Sete Diferenças Entre o PT e o PDT

.....  
**ROBERTO MANGABEIRA UNGER**

**1** O PDT se preocupou em construir um projeto voltado para a maioria desorganizada, não apenas ou primordialmente para a minoria organizada dos trabalhadores. O PT nasceu com base nos interesses e no ativismo da chamada aristocracia operária do Sudeste. Este primeiro foco do PDT, afirmado durante o período de liderança de Brizola, representou grande avanço em relação ao varguismo de 1950, que definiu como cerne de sua base o operariado industrial, formado no bojo da industrialização substitutiva de importações. Por outro lado, o PT no poder trocou de base; procurou beneficiar e ganhar a maioria pobre. Atuou, porém, de maneira que nunca perdeu o ranço assistencialista: sem prática ou sequer proposta de mudanças estruturais.

**2** Na visão do PDT, o modelo de desenvolvimento que nos interessa passa por democratização da economia do lado da produção e da oferta, não apenas do lado do consumo e da demanda. Pode-se democratizar a economia do lado da de-

.....  
ROBERTO MANGABEIRA UNGER é professor na Universidade Harvard e um dos principais conselheiros do candidato Ciro Gomes (PDT), que concorre à Presidência da República nas eleições de 2018. Filósofo, ele foi ministro de Assuntos Estratégicos nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

manda só com dinheiro. Democratizá-la do lado da oferta exige inovação institucional. Não pode significar o que significava na época da industrialização convencional, chamada fordista, do século passado. Hoje, a grande questão é como avançar em todos os setores da economia, não apenas na indústria, rumo à forma includente da economia do conhecimento. O PT nunca compartilhou esta preocupação. No poder, contentou-se em usar estímulos keynesianos e a presidir à desindustrialização do país em favor de um nacional-consumismo.

**3** Para o PDT a afirmação da soberania nacional sempre teve primazia. Jamais teve para o PT. Não era insistência em nacionalismo vago ou retórico. Era e é entendimento de que projeto rebelde de desenvolvimento nacional exige independência de fato, inclusive na defesa, não busca de prestígio e protagonismo nas relações internacionais.

**4** O PDT sempre entendeu que a afirmação de soberania nacional e a construção das mudanças estruturais na economia no sentido de um produtivismo includente exigem instrumentos políticos. E que entre estes instrumentos está

o aproveitamento do potencial plebiscitário de nosso regime presidencialista. O instrumento é necessário, porém insuficiente para construir democracia de alta energia, que não precise de crise para propiciar mudança. O PT, com suas âncoras no sindicalismo das minorias organizadas e nos intelectuais de esquerda, sempre sofreu a tentação de render-se ao udenismo de esquerda: conselhos, participação, terceiro setor, até parlamentarismo – tudo, menos a construção de um poder capaz de transformar de fato. Esta orientação política, que ganhou ascendência no PT, ajuda a caracterizar o que Darcy Ribeiro chamava a esquerda de que a direita gosta.

**5 Assim como** a afirmação da soberania nacional precisa de instrumento político, também requer escudo fiscal. Daí a insistência do PDT em radicalizar no imperativo de realismo fiscal. Não para ganhar a confiança financeira, mas para assegurar que o Estado e o país não dependam da confiança financeira e tenham margem para construir estratégia rebelde de desenvolvimento. O PT na prática e no poder fez o inverso: afrouxamento fiscal sempre que possível para impulsionar o consumo, a não ser quando a ameaça de fuga de capitais o levava a privilegiar a busca da confiança financeira. Era o princípio seguido na política inglesa por Pitt the younger: nenhuma concessão, exceto para as ameaças.

**6 Central para o PDT**, e em nenhum momento para o PT, foi e é a obra institucional de um governo, a única coisa que permite a uma ação pública perdurar. Vivemos em meio aos destroços da última

grande obra de construção institucional no Brasil: o corporativismo de Vargas. O PT aderiu à guerra contra o legado varguista e propôs colocar no vazio deixado por seu desmonte a humanização das instituições econômicas e políticas chamadas liberais. O PDT insiste no imperativo de inovação institucional na economia e na política. E compreende que não se pode assentar um produtivismo incluyente nem no corporativismo de Vargas nem em seu sucedâneo pseudo-liberal. É outro nível de ambição.

**7 A base social** pretendida pelo PDT para sua proposta ao país é uma aliança dos interesses do trabalho e da produção contra os interesses do rentismo financeiro e do extrativismo desindustrializante. Nas condições reais do Brasil de hoje, não pode se estabelecer a aliança estreita que sustentou o Vargas da última fase: do Estado com os trabalhadores organizados nos setores intensivos em capital. Tem de ganhar os emergentes, os produtores do Brasil profundo e a grande parcela da maioria pobre que já lhe assimilou a cultura de autoajuda e iniciativa. O PT nunca entrou nessa. Procurou construir aliança enciclopédica e, por isso mesmo, fraca: transferências para os pobres, direitos adquiridos para as minorias organizadas, crédito subsidiado e casuísmos fiscais para os grandes empresários e juros altos para os rentistas. Necessário e difícil é atuar para abordar os brasileiros como agentes a equipar, não como beneficiários a cooptar. O trabalho brasileiro que evoluiu a partir da liderança de Brizola é a construção política genuinamente original que não se pode entender como mera continuação de Vargas e que se contrapõe, de forma clara e contundente, à orientação do PT.

# As Eleições Longe dos Fatos

.....  
EUGÊNIO BUCCI

*“A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios factos o objecto do debate.”*

**Hannah Arendt<sup>1</sup>**

**A** medida que se aproximam as datas em que os brasileiros irão às urnas (no dia 7 de outubro, para o primeiro turno, e no dia 28 do mesmo mês, para o segundo), duas perguntas vêm atazanando os analistas, as autoridades, os candidatos e os eleitores.

1. *Como vão se comportar as urnas em tempos de “pós-verdade” e “fake news”?*
2. *A televisão e o rádio, na propaganda eleitoral gratuita, terão mais peso que as redes sociais para formar a opinião dos eleitores?*

## 1. Sobre as “fake news”, a “pós-verdade” e as eleições brasileiras

**C**omeçamos pela primeira pergunta. A preocupação com as *fake news* tem fundamento total. Mais do que isso, toda

.....  
<sup>1</sup> ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. Parte II. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

.....  
EUGÊNIO BUCCI é jornalista, professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e membro do Conselho Editorial da revista *Interesse Nacional*.

paranoia em torno do assunto será perdoada – e justificada –, principalmente depois do que aconteceu na eleição do republicano Donald Trump para presidente dos Estados Unidos em 2016. Em sua edição de 10 de setembro daquele ano, a revista semanal *The Economist*, depois de observar de perto e analisar em profundidade as mirabolantes falsificações que serviram de combustível para a campanha do magnata, dedicou uma capa ao assunto. “A arte da mentira: a política da pós-verdade na era das redes sociais”, foi a chamada.<sup>2</sup> Segundo a revista, o divórcio entre o discurso político e os fatos teria se agravado violentamente. A campanha de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, em grande parte abastecida por notícias fraudulentas<sup>3</sup>, seria a marca histórica do abandono da verdade factual pelo discurso político.

A *Economist* tinha sua razão; muitas inverdades choveram a favor de Trump durante a campanha eleitoral. Em alguns casos, por descaminhos impossíveis de prever. Mentiras produzidas em terras longín-

.....  
<sup>2</sup> o original: “Art of the lie: Post-truth politics in the age of social media.”

<sup>3</sup> A expressão “fake news”, em inglês, costuma ser traduzida como “notícia falsa” ou “notícias falsas”. Na tradução sugerida pelo professor Carlos Eduardo Lins da Silva, adotada aqui, é “notícias fraudulentas”. O sentido do adjetivo “fake”, em inglês, envolve intenção do agente de enganar o interlocutor, o público ou o destinatário. O adjetivo “falsa”, em português, não implica esse dolo, essa intenção maliciosa. Desse modo, a expressão “notícias falsas” é fraca para traduzir o sentido da expressão “fake news”.

quas, como a Macedônia, inundaram as redes sociais americanas de manchetes sensacionalistas como “O Papa apoia Trump” ou “Barack Obama não é americano”. As notícias fraudulentas, as típicas “fake news”, não eram mentiras quaisquer. Tinham a aparência de relatos de registros factuais objetivos, com a fisionomia de peças jornalísticas, como se tivessem sido produzidas por uma redação profissional. Daí, aliás, o nome “fake news”: notícias falsificadas, fraudulentas, são notícias fajutas, nem tanto porque contam lorotas, mas principalmente porque falsificam sua própria natureza, isto é, fingem que são notícias jornalísticas e não são, passam-se por algo que não são, como uma nota falsa de dólar. As “fake news”, portanto, são fake independentemente do que noticiarem. Enquanto uma notícia jornalística autêntica – que, não nos esqueçamos, pode conter erros graves e mesmo distorções intencionais – provém de uma origem certa e sabida, as “fake news” não têm origem conhecida, assim como não têm compromisso com os fatos. Só o que fazem é difundir birutices a serviço de causas espúrias, ocultando sistematicamente o lugar de que surgiram.

### As "fake news" dão lucro

**A**lém da origem enigmática, outro traço distintivo das “fake news” do nosso tempo está no seu caráter lucrativo. As “fake news” dão lucro, ainda que modestos. Alguns dos inventores dessas sandices, como os garotos da Macedônia que produziam “conteúdos” falsos a favor de Trump, não entraram no ramo por motivos partidários; apenas queriam arrecadar uns trocados com base nas fórmulas de remuneração das plataformas de redes sociais e de bus-

cas eletrônicas na internet. Sempre soube-mos que a mentira é tão antiga quanto a linguagem, tão velha quanto a humanidade, assim como sabemos que a mentira na política tem a mesmíssima idade da própria política – Platão, que abominava os mentirosos, já admitia, em *A República*, que, para proteger a cidade, o governante às vezes tem que mentir. Mas, a mentira que agora toma de assalto o debate público nas redes sociais é uma espécie nova de mentira. Trata-se de uma nova atividade comercial, ainda que semiclandestina, uma atividade que gera bons dividendos. No cyberspaço, a mentira deixa de ser um recurso da intriga ou da maledicência e se estabelece como uma ocupação lucrativa, na qual não estão implicadas as preferências ideológicas do autor. Tudo é uma questão de mercado. Os cybermoleques da Macedônia – como ficou evidente em reportagens e documentários – *não tinham predileção eleitoral por Trump*, assim como não tinham nenhuma ojeriza específica contra sua adversária democrata, a infeliz Hillary Clinton; eles promoviam suas invencionices a favor do republicano simplesmente porque isso dava mais retorno nas redes, atraía mais “likes” e mais engajamentos e, conseqüentemente, acabava lhes rendendo uns trocados (pois as plataformas remuneram aqueles que fazem “posts” que alcançam grandes audiências). Os falsários macedônios, a exemplo de tantos outros, até tentaram fazer “posts” apoiando Hillary, mas acabaram descobrindo que o eleitorado de Trump era mais propenso ao consumo das “fake news”. Foi só isso. Foi só dinheiro – e nem foi tanto dinheiro assim. Uma ninharia. Café pequeno.

Mas, as encenanças das eleições americanas de 2016 foram bem maiores do que a mera distribuição de “fake news. A cada dia

que passa, fica mais difícil para Trump e seus subalternos refutarem as acusações de que agentes russos, mais ou menos ligados a Putin, atuaram para disseminar propaganda inescrupulosa a favor do bilionário. Alguém ali combinou tudo com os russos e, como parte da trama foi descoberta, o ex-chefe da campanha dele, Paul Manafort, foi preso em junho passado. Em agosto, o presidente americano também teve de reconhecer que seu filho teve uma reunião misteriosa com uma advogada russa, o que complica um pouco mais o cenário. Pouco antes, ele reconheceu, de um modo um tanto evasivo, uma eventual participação de agentes russos em sua propaganda. O FBI continua com as investigações. O cerco aperta. Avolumam-se as evidências de que o lado maligno das mais complexas e soturnas tecnologias atuou em prol do obscurantismo sufocante, que foi gerado pela aliança entre um reacionário americano e um herdeiro do stalinismo soviético. O que se verificou, aí, foi algo aterrador: uma potência estrangeira, a Rússia, pode ter tido parte na violação da soberania popular dos Estados Unidos. Em razão disso, autoridades no mundo inteiro passaram a ver nas “fake news” um rastilho de ameaça à segurança nacional de qualquer país.

### **Riscos da interferência estatal**

O temor se manifestou também no Brasil. De olho no exemplo estadunidense, representantes dos três poderes da República ficaram de orelhas em pé. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral até agosto passado, ministro Luiz Fux, resolveu se antecipar e convocou uma comissão do Estado brasileiro, com gente da Abin e do Exército, além de uns representantes da

ditada sociedade civil, para combater as “fake news”, e os estragos que elas podem provocar no processo eleitoral que se aproxima.

A iniciativa é boa, mas os riscos da interferência estatal são sempre altíssimos. A despeito das boas intenções de Fux, começaram a pipocar indícios apavorantes em torno da comissão convocada por ele. Houve rumores de que burocratas seriam chamados para criar filtros tecnológicos com o objetivo de reduzir o alcance das notícias fraudulentas. Surgiram indicações de que técnicas de vigilância seriam implementadas para espreitar as conversas na internet. Lá pelas tantas, pairou no ar a suspeita de que, nos recônditos do Estado brasileiro, alguém estava costurando um monstro, um *big brother* tropical, uma horrenda criatura frankensteiniana para colocar a sociedade sob o monitoramento implacável de um panóptico togado, um leviatã invasivo. Então, em boa hora, o ministro Luiz Fux viu por bem anunciar uma declaração de princípios que acalmou as almas mais aflitas. “Contra notícias falsas, nós precisamos de mais imprensa e mais jornalismo”, discursou ele no dia 20 de junho. Foi um sinal bem-vindo de que nenhuma medida censória estava a caminho. Agora é esperar para crer.

Que não paire dúvida alguma. Se o Estado resolvesse interceptar o debate público, provocaria um mal incomensuravelmente maior do que aquele que pode ser causado pelas “fake news” – e que já é incomensuravelmente gigantesco. Não custa reafirmar os princípios óbvios, nem que seja para lembrá-los aos desavisados. Só a liberdade de expressão e o direito à informação, garantidos em sua mais cortante radicalidade, conseguem conter a mentira na democracia. Não há outro caminho, como bem mos-

trou a História dos autoritarismos e totalitarismos do século XX.

Para ajudar a sociedade a combater as "fake news", essa novíssima modalidade de produção em larga escala da mentira que sabota a democracia, o papel do Estado só pode ser o de fortalecer a imprensa, a liberdade, o debate e as condições plurais para que as opiniões se enfrentem. Qualquer coisa fora disso é delírio de prepotência.

Do lado da imprensa, ganharam corpo no Brasil ações de colaboração entre órgãos de imprensa independente, como o Projeto Comprova, que reúne redações de diferentes empresas (como Editora Abril, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Globo, entre outras<sup>4</sup>), para desmontar boatos maliciosos, vindos dos políticos ou de origens incertas e não sabidas. Além disso, organizações como Lupa, Aos fatos, Truco e outras dedicam-se a desbaratar invenções e manipulações mal-intencionadas de dados. A França, durante a campanha eleitoral vencida por Emmanuel Macron, adotou fórmulas parecidas e obteve excelentes resultados. Vamos ver se vai dar certo aqui também.

## 2. Sobre o duelo entre televisão e redes sociais

**O**utra frente de combate às “fake news” – e à pós-verdade – vem da própria dinâmica dos partidos e seus discursos na campanha eleitoral aberta. Não que os partidos digam a verdade – eles mentem como o diabo. Ocorre que a disputa pela preferência dos eleitores leva os candidatos a

.....  
4 Agence France-Presse, Band, Rádio Bandeirantes, Band News, Correio do Povo, Exame, Folha de S. Paulo, Futura, Zero Hora, Gazeta do Povo, Metro, Nexa, Nova Escola, NSC Comunicação, Estadão, O Povo, Piauí, Poder 360, Rádio Band News, SBT, UOL, Veja, Jornal do Commercio.

agirem como fiscais recíprocos uns dos outros, o que funciona como um arranjo particularíssimo e concentrado de “checks and balances”, o mecanismo de freios e contrapesos, tão essencial nas sociedades livres. Os partidos mentem, mas, por outro lado, servem para se desmentir uns aos outros. Por isso, quando a propaganda eleitoral começar nos horários reservados no rádio e na televisão, espera-se que o efeito devastador das “fake news” nas redes sociais seja ao menos atenuado.

Os candidatos que representam o *mainstream* partidário (PT, PSDB, MDB e mais uns poucos) estão confiantes de que o rádio e a televisão vão contribuir para que os exageros das fraudes que trafegam pela internet sejam contidos. Não surpreende que as siglas troquem todos os princípios que têm – e principalmente os princípios que nunca tiveram – por alguns segundos a mais no horário eleitoral da TV e do rádio.

Ninguém ignora a força das redes. É sabido que, nos Estados Unidos, Trump se beneficiou delas para se eleger. É sabido que, empossado na presidência, tenta se comunicar com as massas diretamente por meio do Twitter, num bonapartismo digital bastante curioso. No Brasil, também as redes são fortes. Já em 2010, Marina Silva, com pouco tempo no horário eleitoral, alcançou a marca dos 20 milhões de votos. Pelas análises posteriores, viu-se que boa parte desse montante veio do uso que ela fez da internet. Mesmo assim, não se deve ignorar que, no Brasil, onde a internet ainda não tem uma cobertura total, a televisão alcança 97,4% dos lares, onde é vista diariamente, como um hábito, pela quase totalidade dos brasileiros.

Para se ter uma ideia desse peso, basta lembrar que, em 2014, Marina Silva, que se

valia tão bem das tecnologias digitais da internet, foi destruída em poucos dias pela propaganda na televisão. Um pouco antes do segundo turno, o que se viu foram armas publicitárias de destruição em massa. Marina Silva crescera nas pesquisas e ameaçava ganhar um lugar no segundo turno. Para desconstruí-la, a propaganda do PT disparou contra a adversária calúnias e maledicências. Aproveitando-se da casualidade de Marina Silva contar com o apoio da respeitada educadora Neca Setúbal, que por acaso é também acionista do banco Itaú, a campanha de Dilma Rousseff a acusou de estar a serviço de banqueiros e de querer tirar o prato de comida da mesa do trabalhador.

O efeito dessa tática foi fulminante. Dilma dispunha de 11 minutos e 24 segundos diários no horário eleitoral. Marina Silva, que era candidata a vice na chapa de Eduardo Campos, pelo Partido Socialista Brasileiro, e assumiu a candidatura à Presidência da República após a morte de Campos, num acidente de avião no dia 13 de agosto de 2014, tinha apenas 2 minutos e 3 segundos. Não tinha o tempo necessário para se defender. Despencou em duas semanas.

Vale lembrar os números. Em meados de setembro daquele ano, as pesquisas eleitorais a colocavam em empate técnico com Dilma Rousseff na liderança do primeiro turno, com aproximadamente 34% das preferências dos eleitores. Nas urnas do primeiro turno, registrou apenas 21,3% dos votos, contra 33,5% de Aécio (segundo lugar) e 41,5% de Dilma (primeiro lugar). As redes sociais não foram suficientes para proteger os votos de Marina Silva.

A marquetolagem do PT, sob a batuta de João Santana, precisou de uns poucos dias para esfaquear as esperanças da rival de Dilma. O PT se valeu de ataques – não se

pode deixar de registrar – covardes, indignos e mentirosos. Dizer que Marina Silva arrancaria da mesa o prato de comida do trabalhador foi um dos pontos mais baixos da disputa de 2014. Vista no plano ético, a estratégia adotada foi inominável, repugnante, inaceitável. Mas, do ponto de vista técnico, funcionou. E funcionou por quê? Muito simples: porque Dilma dispunha de transbordante minutagem na televisão; porque Marina só podia contar com as redes sociais.

De casos assim, vamos aprendendo que, embora as redes e as tecnologias digitais sejam cada vez mais influentes e mais presentes, a velha TV – e também o rádio, não custa frisar – ainda ocupam os nervos centrais do espaço público no Brasil. Isso mudará, com certeza absoluta, *mas ainda não mudou*.

### **Bolsonaro será derretido pela campanha na TV?**

Nesse quadro, a pergunta da temporada se volta para Jair Bolsonaro, o ser que vocaliza a defesa da ditadura pelas vias da democracia. A pergunta é a seguinte: Bolsonaro – a ponta de lança que deixa entrever uma das vertentes pelas quais a democracia pode, sim, resultar na negação de si mesma – será ou não desidratado, como se diz, ou derretido, como também se diz, pela campanha da televisão? Os tucanos acreditam que será. Os petistas também acreditam. Sem quase nenhum segundo no horário eleitoral, Bolsonaro não terá como se defender da artilharia que vem por aí. Instagram, Whatsapp, Facebook e Twitter serão suficientes para segurá-lo no segundo turno? Veremos.

Os partidos políticos mais tradicionais, como PT, PSDB e MDB, apostam suas fichas viciadas na TV para expelir Bolsonaro

do segundo turno. Apostam basicamente em três fatores: o enraizamento das máquinas partidárias, ou a capilaridade de sua penetração; os palanques que essas máquinas serão capazes de erguer nos estados e em cada cidade nessas eleições, que são eleições casadas (candidatos a deputado puxarão votos para candidatos a governador, que puxarão votos para candidatos a presidente e vice-versa); por fim, o volume da propaganda no horário eleitoral, que, distribuída ao longo de todo o dia da programação, na forma de anúncios breves, alcançará altas audiências. Um candidato sem minutos na TV e sem máquina partidária ou governamental, como Bolsonaro, acabará virando um azarão. É nisso, o menos, que o *mainstream* acredita. A *intelligentsia* política nacional insiste em acreditar que as chances reais de Bolsonaro, por mais barulho que ele faça, são reduzidas. São improváveis. Isso equivale a acreditar que a força da malha típica das “fake news”, que tanto ajudaram Trump, terão menos eficácia no Brasil.

Os partidos tradicionais, enfim, apostam que o horário eleitoral, a sua penetração em cada município e seus palanques em cada estado terão sucesso no combate às campanhas baseadas unicamente nas usinas de “fake news”, como as que vêm sendo empregadas por essa direita de coturno – e por uma esquerdofrenia furiosa. Nesse ponto, os partidos tradicionais, que em suas estratégias dominantes procuram cortejar ideários de centro, podem estar certos. Lembremos que Donald Trump, comprovada e irrefutavelmente ajudado por saraivadas de “fake news”, era um corpo estranho na política tradicional, *mas não pode ser descrito rigorosamente como um outsider*. Ele era e é muito diferente de Bolsonaro. Como candidato do Partido Republicano, contou com os présti-

mos todos da formidável e sólida instituição desse partido, por mais que uns e outros republicanos tenham feito muxoxo, biquinho e pirraça. Ao menos nesse aspecto, portanto, é um erro equiparar Bolsonaro a Donald Trump. Enquanto Trump navegou a bordo do vigoroso Partido Republicano, Bolsonaro está mal acomodado numa sigla sem nenhuma relevância, além de não ter nenhum partido sério entre seus aliados. Fora isso, não terá presença no horário eleitoral. Se sua campanha na internet, até aqui baseada em discursos de ódio e em inverdades esdrúxulas, der conta de levá-lo ao segundo turno, isso deverá ser creditado à incompetência dos candidatos dos partidos dominantes, à persistência de uma mentalidade conservadora e violenta que vem se firmando no Brasil há várias eleições e a uma vitória repentina (ainda improvável) da força da internet contra a força da televisão. Será uma surpresa, apavorante e inusitada.

### **3. Como pano de fundo, a crise da verdade factual na democracia**

**T**entemos agora sair da superfície. Em camadas mais profundas, veremos um enfraquecimento das democracias nacionais, em países diferentes, ocasionado pelo esgarçamento da conexão necessária entre o domínio político e o plano dos fatos. A verdade factual se pulveriza. O presente artigo é curto para essa pauta, mas uma ou outra consideração sobre o assunto há de caber.

O que significa dizer que a política vem perdendo seu vínculo racional com os fatos? Vejamos. Em vários países, a saúde das democracias declina. O populismo ganha terreno. Vejam-se os casos da Rússia, da Turquia, da Venezuela e dos Estados Unidos. Isso mesmo: Estados Unidos. Se

aceitarmos a premissa de que a democracia se constitui como um ambiente em que a vontade da maioria prevalece sem atropelar os direitos das minorias e da pessoa humana, constataremos que a rotina do governo Trump apresenta uma performance menos democrática do que aquela observada no governo anterior. O desprezo pelos direitos humanos vai se tornando regra macabra. O mesmo se nota, escancaradamente, na Rússia, na Turquia, na Venezuela, entre outros países.

Notemos que, nesses lugares, a verdade factual perde lugar para o embuste, o fanatismo, o culto à personalidade, a idolatria, o ódio patrocinado pelo Estado, a xenofobia, o obscurantismo nos costumes. Se os preconceitos e o ódio entram em alta, o registro dos fatos, necessariamente, cai em desprestígio e em desuso. Eis por que os nexos entre os fatos e a política na democracia se dissolvem. Em todas essas democracias em declínio, o traço comum é o crescente desprezo pelos fatos, ou pela verdade factual – termo caro a Hannah Arendt.<sup>5</sup>

## Os fatos sumiram

**E**m outras palavras, a política vai deixando de mobilizar os fatos para, progressivamente, apoiar-se sobre crenças e sanhas irracionais. Com isso, a capacidade da democracia de trazer para a agenda pública a verdade factual vai se extinguindo.

Na concepção de Hannah Arendt, da qual não há muito como discordar, a política não tem como prescindir dos fatos – a menos que queira deixar de lado a democracia:

.....  
5 A primeira visita a esse texto de Hannah Arendt eu fiz na conferência do ciclo Mutações de 2017, “Pós-fatos, pós-imprensa, pós-política: a democracia e a corrosão da verdade”, em que dialogo com os mesmos trechos citados aqui.

*“Os factos e as opiniões não se opõem uns aos outros, pertencem ao mesmo domínio. Os factos são a matéria das opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e diferentes paixões, podem diferir largamente e permanecer legítimas enquanto respeitarem a verdade de facto.”<sup>6</sup>*

Vai daí que, se um debate político é o debate das opiniões a respeito dos fatos de interesse comum, há algo de muito errado com o nosso – e não apenas com o nosso. Não faltam discussões ou opiniões. Ao contrário, sobram umas e outras. Enfrentamentos exasperados e exasperantes, ou mesmo bestiais, vão se amontoando e se esfacelando. Os fatos é que sumiram. Pense-se na propaganda de Bolsonaro: de que fatos ela fala? Pense-se no proselitismo de certos profetas, alguns mais à esquerda, outros menos: que fato existe nas alegações mais fundamentalistas que trafegam por aí?

Pensem no populismo remasterizado que grassa neste início do século XXI. Seus seguidores se acreditam militantes de causas justas e se gratificam em cumprir a ordem de não tomar contato com os fatos que seus ídolos tornaram proscritos. Para alguns súditos fiéis de Lula, por exemplo, é pecado mortal abrir as discussões sobre os crimes (comprovados) cometidos por cardeais do partido. De outro lado, para adoradores do juiz Sérgio Moro, é pecado mortal criticar as inconsistências jurídicas de algumas das sentenças que ele proferiu. Para muitos dos seguidores de Bolsonaro, a ditadura militar foi a saída mais democrática que o Brasil poderia ter encontrado em 1964. Adeus aos fatos.

.....  
6 ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. Parte II. In: ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

Quando as coisas ficam assim, a política se rende a ritos religiosos, em que o exame racional dos fatos é substituído por uma espécie de fé primitiva, entremeadada de entulhos de messianismos pretéritos. Sob o pretexto de intervir nas tão propaladas “disputas de narrativas”, as ortodoxias se presumem infalíveis como o Papa. Os militantes da nossa era renunciaram ao juízo de fato e aceitaram “suicidar” as próprias consciências.

Este é o pano de fundo da explosão das “fake news”. Hannah Arendt dizia que “os factos e os acontecimentos – que são sempre engendrados pelos homens vivendo e

agindo em conjunto – constituem a própria textura do domínio político”.<sup>7</sup> Pois, nos nossos dias, o domínio político vem perdendo sua textura.

Dessa perda da textura, as “fake news” não são a causa, mas a consequência. Não é por acaso que Donald Trump e Vladimir Putin se parecem bastante nas críticas infundadas que dirigem contra a imprensa, a instituição que deveria se encarregar de verificar os fatos.

.....  
<sup>7</sup> ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. Parte I. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

# Novo Presidente Enfrentará Desordem Global

.....  
CLÁUDIA TREVISAN

**N**ão bastasse a crise doméstica que herdará, o novo ocupante do Palácio do Planalto enfrentará o mais imprevisível e turbulento cenário internacional já encontrado por um líder no Brasil – e no mundo – desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Os pilares da ordem mundial construída desde então estão sob ataque sem precedentes da própria nave-mãe desse sistema, os Estados Unidos, o que levanta dúvidas sobre o futuro da globalização e do multilateralismo. A chegada de Donald Trump ao comando da maior economia do mundo deu início a transformações geopolíticas tectônicas, cujo desfecho ainda é incerto. A mais consequente delas é a elevação da hostilidade em relação à China. Apesar de ter se expressado na forma de uma guerra comercial, a disputa vai muito além de desequilíbrios entre exportações e

importações e envolve a guerra pela supremacia tecnológica e global no século 21.

Entre os grandes desafios de longo prazo do novo ocupante do Palácio do Planalto – e dos que vão sucedê-lo – estará navegar o oceano raivoso da rivalidade entre as duas maiores economias do mundo. Ambas ocupam os primeiros lugares no ranking dos maiores parceiros comerciais do Brasil. Tradicionais investidores externos no país, os americanos veem os chineses também avançar rapidamente nesse terreno, principalmente no setor de infraestrutura.

Sobre o pano de fundo dessa revolução global, o novo presidente brasileiro enfrentará no curto prazo um cenário econômico internacional hostil aos emergentes. Os últimos meses demonstraram que países como o Brasil ainda estão sujeitos ao purgatório do qual pareciam ter se libertado. Brutais desvalorizações de moedas, pedidos de socorro ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e contágio voltaram a frequentar o léxico dos emergentes, como ficou evidente nas crises da Turquia e da Argentina. Ambas provocaram efeitos colaterais negativos sobre economias que exibem fragilidades externas ou fiscais – o Brasil se encaixa na segunda categoria.

A possibilidade de aceleração do ritmo de alta da taxa de juros nos Estados Unidos agre-

.....  
CLÁUDIA TREVISAN é jornalista e mestranda da School of Advanced International Studies (SAIS) da Universidade Johns Hopkins. Foi correspondente do jornal “O Estado de S.Paulo” na China (2008-2013) e nos Estados Unidos (2013-2018). Antes disso, trabalhou por um total de nove anos na “Folha de S.Paulo”, durante os quais foi correspondente em Nova York (1996-1997) e na China (2004-2005). Também atuou como correspondente do jornal “Valor Econômico” na Argentina (2000-2002). É autora de dois livros: *China – O Renascimento do Império* (Planeta, 2006) e *Os Chineses* (Contexto, 2009).

ga mais um fator de incerteza e volatilidade ao cenário que o novo governo terá de navegar, com o inevitável aumento da aversão ao risco entre investidores internacionais.

As guerras comerciais, o protecionismo e o ataque à Organização Mundial do Comércio patrocinados por Trump antecipam um recuo no processo de integração econômica internacional, no momento em que o Brasil está longe de ter colhido os frutos da participação em cadeias globais de produção e da utilização do comércio externo como ferramenta eficaz de crescimento doméstico.

A transformação na ordem mundial é marcada pelo fortalecimento de movimentos nacional-populistas em países desenvolvidos, nos quais parte da população expressa nas urnas sua rejeição aos efeitos negativos da globalização, ao fluxo de imigrantes e à percepção da perda de status entre a maioria branca. A reação vem principalmente de áreas que estão longe dos grandes centros urbanos que mais se beneficiaram da integração econômica global.

A expressão mais evidente desse fenômeno foi a vitória de Trump, em novembro de 2016, poucos meses depois de a maioria dos ingleses ter votado pelo Brexit.

O ressurgimento de partidos de extrema direita na Europa e a emergência de Trump nos EUA, acompanhada da competição entre Wahington e Pequim, levaram alguns intelectuais a traçarem paralelos entre o momento atual e o vivido pela Europa nos anos 1930, com o espetáculo tenebroso do extremismo e do fascismo que levaram à Segunda Guerra Mundial. O título do mais recente livro da ex-secretária de Estado dos EUA Madeleine Albright é “Fascism: a Warning”. Nele, ela alerta para o risco do retorno ao passado, depois de décadas de expansão de regimes democráticos no período pós-Guer-

ra Fria. E uma das razões para a apreensão, segundo ela, é a eleição de Trump.

“Se nós pensamos no fascismo como uma ferida do passado que foi quase curada, colocar Trump na Casa Branca foi como rasgar o curativo e cutucar sua casca”, escreveu Albright, que é democrata e votou em Hillary Clinton. “Nós nunca tivemos um chefe do Executivo na era moderna cujas declarações e ações estivessem tão em desacordo com ideais democráticos.”<sup>1</sup>

O debate geopolítico em torno da China também encontra ecos no início do século 20. A grande dúvida é se a ascensão do país asiático repetirá a trajetória dos Estados Unidos ou da Alemanha. No primeiro caso, a potência hegemônica – o Império Britânico – acomodou a expansão da potência emergente. No segundo, a Alemanha optou pelo confronto para desafiar Londres, o que jogou o mundo em duas guerras de efeitos devastadores. Os dirigentes de Pequim não têm nenhum interesse em um conflito armado com os EUA, mas a hostilidade de Trump deve tornar a relação bilateral cada vez mais difícil.

Este artigo foi escrito antes que as urnas revelassem quem estaria no comando do Brasil a partir de 1º de janeiro de 2019. Mas, quem quer que ele ou ela seja, certas tendências do cenário internacional parecem inescapáveis. Algumas delas estão analisadas a seguir.

## O curto prazo

O desafio mais imediato do novo presidente será administrar os efeitos de uma possível aceleração do aumento da taxa de juros nos EUA, em um contexto de

.....  
<sup>1</sup> Albright, Madeleine, *Fascism: a Warning* (Harper Collins, 2018), 4-5

aversão ao risco e crise em mercados emergentes. “Isso influencia o Brasil mais do que qualquer coisa que aconteça em outra parte do mundo”, diz a economista Monica De Bolle, diretora do Programa de Estudos Latino-Americanos da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins e *senior fellow* do Peterson Institute for International Economics.

Segundo ela, é possível que os EUA comecem a sofrer pressões inflacionárias em 2019, em consequência da injeção de estímulos em uma economia aquecida e da alta de preços decorrente da imposição de tarifas sobre produtos importados. “Nesse cenário, será necessário aumentar mais rapidamente as taxas de juros para conter a inflação, o que terá repercussão negativa sobre o crescimento.”

Dado o tamanho do PIB dos EUA, o impacto do movimento será global. Mas, o efeito tende a ser mais acentuado em países emergentes, que correm o risco de ver uma saída ainda mais rápida de capital de seus mercados, na direção do porto seguro americano. De Bolle acredita que a crise que atingiu a Argentina e a Turquia no ano passado não se dissipará tão cedo. “O quadro internacional que o Brasil enfrentará em 2019 é mais complicado do que o quadro que a Dilma (Rousseff) enfrentou em 2011 e 2014”, prevê a economista.

Presidente emérito do Interamerican Dialogue, Peter Hakim sustenta que a mais efetiva política externa do novo presidente será doméstica: colocar a casa em ordem e implementar uma agenda de reformas econômicas que dinamizem a economia. “O Brasil aumentou sua influência no mundo nos períodos em que estava crescendo”, observa. Hakim diz que o novo presidente terá de realizar progressos em outras áreas

se quiser elevar o status internacional do Brasil: combate à corrupção, redução da desigualdade, aumento da segurança e melhoria do sistema educacional.

## O desmonte da Pax Americana

A ordem internacional que manteve relativa estabilidade e previsibilidade global nas últimas sete décadas não existe mais. A Pax Americana estruturada em torno da Organização das Nações Unidas (ONU), das instituições de Bretton Woods, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de um sistema de alianças internacionais está sob ataque do país que liderou sua criação, os Estados Unidos.

A eleição de Trump representou uma radical ruptura com a tradicional política externa da nação mais poderosa do mundo. “A Pax Americana acabou”, diz o fundador e CEO da Eurasia, Ian Bremmer. Uma nova ordem mundial surgirá em seu lugar, mas seus contornos mal começaram a ser definidos.

O atual ocupante da Casa Branca despreza o multilateralismo e privilegia uma abordagem belicosa das relações internacionais. À frente do maior PIB e do mais vasto poderio militar do planeta, sua aposta é a de que o mundo se curvará à política da “América em Primeiro Lugar”. Mas, sua agressividade pode levar a ganhos de curto prazo à custa da supremacia dos EUA no longo prazo.

A visão de Trump das relações internacionais é a de soma zero, na qual os Estados Unidos só ganham se alguém perder. Cooperação e acomodação parecem estar ausentes de seu repertório, o que terá efeitos nefastos sobre a liderança global americana nos próximos anos. Para alguns analistas, a política externa do presidente dos EUA

vai além do binômio engajamento ou isolacionismo. Robert Kagan, do Brookings Institution, diz que a melhor descrição para a posição de Trump é “a América não se importa”. Segundo ele, o princípio reflete a extrema indiferença em relação ao restante do mundo, o que se traduzirá de maneira inevitável em redução do apelo da liderança de Washington. “Em meses recentes, em relação ao comércio, Irã, gastos de defesa da Otan e talvez Coreia do Norte, o presidente Trump demonstrou que um presidente disposto a descartar os constrangimentos morais, ideológicos e estratégicos que limitaram a ação dos EUA no passado pode curvar esse mundo intratável à sua vontade, pelo menos por um período”, escreveu em sua coluna no Washington Post.<sup>2</sup>

Neoconservador e integrante do establishment de teóricos da política externa de Washington, Kagan avalia que as políticas de Trump afetarão a imagem e a posição de seu país no cenário internacional. “Os sucessos que ele está conseguindo – se eles podem ser chamados de sucessos – provêm de sua disposição de fazer o que presidentes anteriores se recusaram a fazer: explorar as grandes disparidades de poder construídas na ordem pós-guerra, à custa dos aliados e parceiros dos Estados Unidos.”

Enquanto a ordem internacional liberal é desmontada, o mundo continua a enfrentar incertezas geradas por focos de instabilidade. A possibilidade de qualquer acordo de paz entre Israel e Palestina parece ter sido enterrada de vez com a política de Trump de apoio irrestrito a Benjamin Netanyahu e a demonização de grupos que representam os palestinos. O potencial de turbulência no Oriente Médio é agravado pelo confronto

.....  
2 Kagan, Robert, *Trump's America does not care*, Washington Post, 14 de junho de 2018

entre Washington e Teerã, que subiu de tom depois de os EUA abandonarem o acordo em torno do programa nuclear iraniano.

Na Ásia, a Coreia do Norte e seu arsenal nuclear tiram o sono de vizinhos. Apesar das declarações de autocongratulação de Trump, não está claro qual será o desfecho de sua negociação com Kim Jong-un. A maioria dos analistas não acredita que o regime do país mais fechado do mundo abrirá mão de sua capacidade nuclear. A grande questão é como os EUA responderão na hipótese de as negociações iniciadas por Trump fracassarem.

## **EUA x China**

**T**rumpp e seus principais assessores estão convencidos de que a China é a maior ameaça à supremacia global dos EUA. O diagnóstico não é muito diferente do realizado pela administração Barack Obama, mas a estratégia para enfrentar o desafio é radicalmente distinta. A relativa acomodação e a tentativa de contenção política e econômica da China com a Parceria Transpacífico (TPP) deu lugar ao confronto aberto. Sua face mais visível é a guerra comercial desencadeada pela imposição de tarifas do governo Trump, respondidas com anúncios de retaliação da China. O objetivo declarado dos EUA é forçar o Partido Comunista a abandonar o Made in China 2025, o programa estratégico pelo qual Pequim pretende assumir a liderança ou ter um papel global relevante em dez setores de alta tecnologia até 2025.

Do outro lado dessa queda de braço, o presidente Xi Jinping não parece estar disposto a ceder. Fortalecido pela decisão do Partido Comunista de acabar com limites

a seu mandato, Xi está reforçando os traços da economia chinesa que provocam inquietação e desconfiança nos EUA e em outras partes do mundo. O ímpeto reformista deu lugar ao fortalecimento do papel do Estado, acompanhado do endurecimento político do regime. As gigantescas estatais conhecidas pela sigla SOEs (State-Owned Enterprises) foram vitaminadas e ganharam peso ainda maior na ofensiva doméstica e internacional da China. Algumas delas estão presentes no Brasil, com investimentos em setores estratégicos, como a geração e a distribuição de energia.

Pequim também adotou uma postura muito mais agressiva em relação às suas demandas territoriais na Ásia e impulsionou suas ambições globais em uma série de fronts. No ano passado, a China instalou sua primeira base militar no exterior. O local escolhido foi Djibouti, na África, continente dominado pelo comércio e pelos investimentos chineses. Em 2013, Xi lançou a iniciativa “Um Cinturão, Uma Estrada”, pelo qual pretende criar uma versão contemporânea da Rota da Seda por meio de investimentos em projetos de infraestrutura que conectem a Ásia à Europa.

Apesar da retórica em defesa da atual ordem global, Pequim trabalha na construção de novas instituições multilaterais que atuam sob sua liderança. A mais proeminente delas é o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, criado no fim de 2015. Vista como uma potencial rival do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial – pilares financeiros da Pax Americana – a instituição tem 87 membros, entre os quais países europeus como Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Os EUA não aderiram à iniciativa.

A China também participa do Novo

Banco de Desenvolvimento, o organismo financeiro sediado em Xangai e criado em parceria com seus sócios do Brics: Brasil, Rússia, Índia e África do Sul.

Com o agravamento das tensões com os EUA, os chineses investiram no adensamento dos laços com outros países. Em setembro, Xi e Vladimir Putin vestiram aventais azuis e cozinham *blini*, típicos crepes russos, durante uma conferência econômica realizada em Vladivostok. Os dois líderes cobriram suas criações com caviar e as devoraram embalados por doses de vodka.

Além da gastronomia, ambos fortaleceram o relacionamento bilateral com a participação de tropas chinesas no maior exercício militar realizado por Moscou desde o fim da Guerra Fria. Foi a primeira vez em que os vizinhos, cujo relacionamento é marcado pela desconfiança mútua, se uniram em uma demonstração de força. Em comum, Xi e Putin enfrentam o agravamento da tensão com os Estados Unidos – o primeiro, na forma da guerra comercial, e o segundo, em consequência de sanções impostas por Washington.

“A grande questão atual parece ser se a esfera de influência chinesa pode se ampliar sem a derrubada da ordem internacional criada e dominada pelos EUA. Mas, esse barco já partiu: a esfera da China se expandiu de maneira extraordinária e continua a se expandir”, escreve o acadêmico americano Stephen Kotkin, professor de Relações Internacionais da Universidade de Princeton.<sup>3</sup> “As questões reais, portanto, são se a China vai passar por cima de outros países, porque ela pode – ou se os Estados Unidos vão compartilhar a liderança global, porque eles precisam.”

### **Nova doutrina Monroe?**

.....  
3 Kotkin, Stephen, *Realist World*, Foreign Affairs, Julho/Agosto, 2018

Conter a influência da China na América do Sul foi um dos objetivos da visita que o secretário de Defesa americano, James Mattis, fez ao Brasil, à Argentina, ao Chile e à Colômbia em agosto. Em entrevista ao jornal O Globo, o ministro da Defesa brasileiro, Joaquim Silva e Luna, disse que Mattis começou a conversa entre ambos ressaltando a importância da escolha de parcerias globais e as ameaças que algumas delas podem trazer à soberania nacional. “Uma delas é criando a dependência tecnológica, e até uma dependência econômica com países que não têm um alinhamento com a nossa forma democrática de proceder.”<sup>4</sup>

Em conversa com jornalistas no fim da visita, Mattis foi ainda mais explícito em suas posições. “Há preocupações a respeito de qual plano a China tem em mente para o hemisfério. Por exemplo, o único propósito da estação espacial é pesquisa ou algo mais?”, perguntou o secretário, em referência à base de monitoramento de satélites que os chineses construíram na Argentina. “Seguiremos trabalhando com nossos amigos da região, tentando fazer com que qualquer influência que chegue a este hemisfério (ocidental, como os americanos se referem à totalidade das Américas) seja benigna.”<sup>5</sup>

A declaração ecoa o espírito da Doutrina Monroe, elaborada no século 19, pela qual os EUA se opuseram a qualquer presença colonial europeia no continente. Mas, Wa-

4 Entrevista a Henrique Gomes Batista, *Ministro da Defesa: EUA pedem ao Brasil liderança na Venezuela e cuidado com China*, O Globo, 14 de agosto de 2018

5 Gomes Batista, Henrique, *Influência chinesa na América do Sul resiste aos Estados Unidos*, O Globo, 19 de agosto de 2018

shington ocupa uma posição muito mais frágil para ditar os destinos da região. A China está entre os principais parceiros comerciais de vários países da América do Sul, nos quais também aumentou seus investimentos em anos recentes.

Em 2017, o país asiático foi destino de US\$ 47,49 bilhões das exportações do Brasil. A cifra correspondeu a 21,81% do total dos embarques e representou aumento de 35,17% em relação ao ano anterior. Os EUA vieram em segundo lugar, com pouco mais da metade do que foi enviado à China: US\$ 26,87 bilhões ou 12,34% do total. A expansão em relação a 2016 também ficou aquém: 16,05%.

O aprofundamento dos laços econômicos com a China e a vizinhança com os Estados Unidos colocam a América do Sul no fogo cruzado da disputa entre os dois países. Aos poucos, a região sente os respingos do confronto. “Eu sei que os EUA querem a redução do ritmo de abertura do Brasil para a China”, resalta Hakim, do Interamerican Dialogue. “Mas, os EUA não oferecem nada em troca.”

Com o poder de alinhar interesses corporativos, diplomáticos, acadêmicos e militares atrás de suas decisões estratégicas, a China tem vantagem nessa disputa, acredita Bremmer, da Eurasia. “Vários países na América Latina querem desesperadamente que os Estados Unidos façam muito mais (na região)”, observa. “Mas, qual é o custo econômico se eles não escutarem a América? Se não escutarem a China, isso custa turismo, infraestrutura, investimentos. Os chineses vêm com um pacote fechado.”<sup>6</sup>

O apelo dos EUA também sofreu o golpe da chegada de Trump ao poder. Desde o

6 Declarações dadas em palestra na School of Advanced International Studies da Johns Hopkins University, em setembro

lançamento de sua campanha, em 2015, o presidente adota uma retórica que denigre imigrantes latinos, especialmente do México, aos quais acusa de serem estupradores, assassinos e traficantes. Além disso, seu impulso protecionista atingiu exportações da região, com a imposição de tarifas sobre aço, um dos principais produtos dos embarques brasileiros para o mercado americano.

Apesar da retórica de Trump, Bremmer acredita que os EUA ainda têm o apelo de seu *soft power*. “Não creio que a elite brasileira começará a enviar seus filhos para estudar em universidades chinesas ou venderá seus imóveis em Miami para comprar propriedades em Xangai”, ressalta. “As comunidades de negócios, especialmente a financeira, estão alinhadas com Wall Street e o Ocidente e isso leva gerações para ser desmontado. Os americanos ainda têm muitas cartas a seu favor.”

Coordenadora do Grupo China do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), a diplomata Tatiana Rosito afirma que o Brasil deve continuar neutro na disputa entre EUA e China e buscar aprofundar parcerias com os dois países. “Não queremos depender nem de um nem do outro.” Rosito defende a elaboração de modelos regulatórios mais estáveis, que possam atrair o capital americano para investimentos na área de infraestrutura, onde os chineses ampliaram sua presença de maneira considerável. A diplomata também propõe a busca de parcerias com os EUA em áreas como biocombustíveis e energias renováveis.

Em relação a Pequim, Rosito acredita que é possível estabelecer cooperação de longo prazo no setor agroalimentar, que leve à ampliação do acesso de produtos brasileiros ao mercado chinês.

A influência de Pequim na América Latina vai além do comércio e de investimen-

tos. Desde 2005, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação-Importação da China emprestaram US\$ 150 bilhões a países da região, de acordo com o China-Latin America Finance Database, do Interamerican Dialogue.<sup>7</sup> O valor é superior aos créditos concedidos no mesmo período pelo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Corporação Andina de Fomento.

A Venezuela ocupa o topo do ranking dos destinatários de financiamentos chineses, com US\$ 62,2 bilhões. O Brasil aparece em seguida, com US\$ 42,1 bilhões. O entusiasmo de Pequim com o governo de Nicolás Maduro esfriou a partir de 2016, com o agravamento da crise e as dificuldades crescentes do país caribenho para pagar suas dívidas. Naquele ano, Caracas recebeu apenas US\$ 2,2 bilhões de crédito chinês. Em 2017, a cifra foi zero.<sup>8</sup>

Mas, depois de um período de distanciamento, a relação entre os dois países voltou a se aquecer com a visita que Maduro fez a Pequim em setembro, quando foi recebido com honras de chefe de Estado por Xi. Entre os potenciais resultados do encontro estava a liberação de US\$ 5 bilhões em novos recursos para Caracas, que deixou de pagar grande parte de sua dívida com credores externos.

A China lançou seu salva-vidas à Venezuela no momento em que sua relação com o Estados Unidos continuava a se deteriorar. O gesto demonstrou a disposição de Pequim de desafiar os interesses de Trump nas Américas, assim como Washington ten-

7 China-Latin America Finance Database, [https://www.thedialogue.org/map\\_list/](https://www.thedialogue.org/map_list/)

8 Myers Margaret e Gallagher, Kevin, *Chinese development finance 'down but not out' in Latin America*, Global Americas, 30 de março de 2018

ta conter a influência da China na Ásia. O presidente americano defende a saída de Maduro do poder e declarou em 2017 que não descartava uma “opção militar” para resolver a crise no país, o que foi interpretado como uma ameaça de invasão.

Poucos dias antes da visita de Maduro a Pequim, o *The New York Times* publicou reportagem segundo a qual integrantes da administração Trump se encontraram no ano passado com militares rebeldes da Venezuela que planejavam um golpe contra Maduro e buscavam apoio dos EUA. De acordo com o jornal, o governo americano acabou rejeitando o apelo de cooperação.<sup>9</sup> Ainda assim, a posição antagônica em relação a Caracas deve contribuir para o esgarçamento dos laços entre as duas maiores economias do mundo, com potenciais impactos para a região.

## O retrocesso na globalização

A guerra comercial desencadeada por Trump gera abalos sísmicos de alcance global. Seu principal alvo é a China, mas Europa, Canadá, México, Brasil, Argentina, Coreia do Sul e Japão estão entre os países atingidos pela elevação de tarifas destinada a proteger setores da indústria americana. A ofensiva protecionista e as retaliações às barreiras impostas por Trump ameaçam desmontar cadeias globais de produção e provocar retrocessos na globalização. Além do aumento de tarifas, o ocupante da Casa Branca parece disposto a acabar com o sistema de regulação do comércio mundial construído ao redor da OMC, sob a liderança de Washington. Os EUA têm se recusa-

.....  
9 Londoño, Ernesto e Casey, Nicholas, *Trump Administration Discussed Coup Plans with Rebel Venezuelan Officers*, 8 de setembro de 2018

do a aprovar a nomeação de juízes para o órgão de apelação da entidade, que corre o risco de total paralisia no fim de 2019.

A incerteza sobre as normas e os mecanismos para solução de disputas devem desestimular investimentos externos, com efeitos negativos sobre a globalização e o crescimento mundial. “Nesse contexto, o comércio não será uma atividade de alto nível baseada em regras, mas uma atividade limitada, que depende de negociações bilaterais entre governos, nas quais empresas tentam convencer autoridades a dar a elas vantagens especiais. Isso significa que o nível de comércio será muito mais baixo que o atual. Foram necessários 70 anos para a construção da OMC, mas não serão necessários muitos meses para destruí-la”, diz Peter Petri, especialista em comércio internacional da Universidade Brandeis e consultor de inúmeras organizações multilaterais.<sup>10</sup>

“A reversão parcial da globalização é inevitável e nós já estamos começando a ver esse movimento. No comércio e nos investimentos já há efeitos da retórica nacionalista e protecionista”, afirma De Bolle, da Universidade Johns Hopkins.

Antes de desencadear uma guerra comercial em escala global, Trump desferiu golpes mortais contra o multilateralismo. Uma de suas primeiras decisões como presidente foi a retirada dos Estados Unidos do TPP, o megatratado comercial costurado por seu antecessor, Obama, como uma estratégia de contenção econômica e política da China. Em seguida, vieram o abandono do Acordo de Paris sobre Mudança Climática e do acordo em torno do programa nu-

.....  
10 Entrevista à autora, ‘*Não sabemos para onde essa guerra comercial vai*’, O Estado de S.Paulo, 16 de junho de 2018

clear do Irã, assinado por mais seis países.

O populismo nacionalista de Trump não é um fenômeno isolado. Menos de quatro meses antes de sua eleição, a maioria dos britânicos votou pela saída da União Europeia. Desde então, partidos eurocéticos de extrema direita ampliaram sua fatia do eleitorado em vários países da região. Os que perderam o bonde da globalização ou viram a desigualdade aumentar de maneira brutal começaram a se rebelar e a optar por líderes que identificam o mundo exterior e os fluxos migratórios como ameaças à segurança econômica e à identidade de seus países.

Mesmo sem os EUA, as 11 nações remanescentes do TPP tentam manter o acordo comercial, que agora é conhecido como CPTPP, graças à adição das palavras Comprehensive and Progressive. “Ainda há muitos países que defendem o consenso anterior, mas ele está sendo corroído pelas bordas, porque vemos a ascensão de partidos nacionalistas em toda a parte, o que preocupa”, observa De Bolle.

## O Brasil no mundo que encolhe

O retrocesso na globalização vai reduzir a possibilidade de o novo governo brasileiro usar a integração econômica como mola propulsora do crescimento doméstico. “Nós vamos de novo perder a oportunidade de transformar nossa economia por meio da inserção internacional, que é algo que alguns países latino-americanos fizeram com sucesso”, ressalta De Bolle. Segundo ela, uma das possibilidades que ainda existem

é um acordo entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, grupo integrado por Chile, Colômbia, México e Peru – com exceção da Colômbia, todos estão no CPTPP.

O eventual tratado abriria as portas do Pacífico para o Brasil e seus vizinhos, afirma De Bolle. Mas, a negociação demanda tempo e dedicação de parte da burocracia governamental. “Dos países do Mercosul, dois não terão espaço para pensar em nada a não ser a estabilidade doméstica: Brasil e Argentina.”

Rosito, do Cebri, defende que o novo governo seja ativo no front multilateral e desempenhe um papel de liderança na América Latina. “Por ser um país em desenvolvimento, o Brasil sempre atuou para fortalecer o multilateralismo. E os grandes temas globais, como mudança climática, migração e comércio, continuam a exigir uma ação coordenada dos Estados”, observa. “Os problemas internos nos deixaram com uma atitude mais acanhada (no cenário internacional). É o momento de voltarmos. Não podemos nos dar por vencidos.”

Mas, a eventual volta se dará em um ambiente extremamente desafiador, no qual emergências de curto prazo – como a alta de juros nos EUA – terão de ser administradas ao lado da elaboração de estratégias de longo prazo em um cenário internacional nebuloso e sujeito a chuvas e trovoadas. Kotkin, da Universidade de Princeton, diz que o passado não é um bom guia para o que virá: “A história não nos diz nada sobre o futuro, exceto que ele nos surpreenderá”.<sup>11</sup>

.....  
11 Kotkin, Stephen, *Realist World*, Foreign Affairs, Julho/Agosto, 2018

# Corrupção Continuará como Principal Angústia dos Brasileiros?

ROBERTO LIVIANU

**E**ste artigo analisa as perspectivas após as eleições deste ano com a posse de um novo governo. A sociedade continuará a entender a corrupção como um dos males a serem controlados? Continuará considerando esta sua principal angústia?

## I. Corrupção – angústia número um dos brasileiros

**O**Instituto Datafolha detectou pela primeira vez, em pesquisa divulgada em

ROBERTO LIVIANU é promotor de justiça em São Paulo desde junho de 1992. Atuou na Baixada Santista, em Juquiá, Paraguaçu Paulista, Itapeverica da Serra, no Tribunal do Júri, na área criminal, na defesa do patrimônio público e do meio ambiente. Coordenou as áreas de comunicação e de informatização do MP e, especificamente, campanhas de comunicação. Hoje, atua na Procuradoria de Justiça de Direitos Difusos e Coletivos, especialmente no combate à corrupção. Há mais de 20 anos, dedica-se ao estudo do tema, objeto de sua tese de doutorado na USP (onde se graduou), de dois livros publicados e diversas palestras pelo Brasil e pelo mundo. Integrou também bancas de mestrado. Presidiu o Movimento do Ministério Público Democrático do qual atualmente é diretor de comunicação e relações institucionais. Integra a diretoria de assuntos legislativos e institucionais da Associação Paulista do Ministério Público. Idealizou, em 2014, é um dos fundadores e preside o Instituto Não Aceito Corrupção, associação voltada para a produção de conhecimento científico, políticas públicas, mobilização social e educação anticorrupção, sendo uma das vozes mais respeitadas neste tema. É comentarista do Jornal da Cultura, articulista da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo. Colunista do Portal Poder360 e da rádio Justiça do STF. Professor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e do Mato Grosso do Sul.

2015, a corrupção como a principal angústia dos brasileiros, maior que o desemprego, maior que a criminalidade, a saúde, a moradia ou a educação.

Paralelamente, apesar de termos a nona economia do planeta, o índice de percepção da corrupção medido pela Transparência Internacional, que foi divulgado em fevereiro, coloca-nos na posição 96 entre 180 países avaliados – caímos 17 posições em relação ao ano anterior e fomos para a pior posição desde que o índice foi criado, na década de 1990. Segundo o Fórum Econômico Mundial, por outro lado, seríamos o quarto país mais corrupto do mundo (só estaríamos em situação melhor que a Bolívia, Venezuela e o Chade).

Mas, é bom lembrar que o índice é de percepção e, portanto, subjetivo. Com certeza, o do Fórum Econômico tem a mesma natureza. Não conhecemos nosso volume total de corrupção em razão da alta subnotificação (cifra negra), o que não nos permite saber quanto ela nos custa com exatidão.

Mas, sabemos que elegeremos em outubro um novo presidente da República. E, além dele, 27 governadores dos Estados, 54 senadores da República (2/3 do Senado), 513 deputados federais e 1059 deputados estaduais. O povo costuma atribuir historicamente mais importância às escolhas referentes ao Poder Executivo – presidente e governadores.

Talvez porque o Executivo administra e isto faça com que estas escolhas despertem mais interesse, afinal, são o presidente e os governadores que realizarão aquilo que é mais visível – as obras – escolas, hospitais, estradas, etc. Mas, é necessário que se tenha extrema consciência em relação à relevância das escolhas para o Legislativo.

Os temas cruciais são inexoravelmente discutidos no Poder Legislativo, especialmente o Federal. Foi lá, por exemplo, que se decidiram os *impeachments* de Collor e Dilma, assim como o não prosseguimento das duas denúncias criminais por corrupção contra o presidente Michel Temer. Lamentavelmente, no debate sobre a reforma política tivemos poucos avanços e a expectativa justa no sentido de se colocar nas mãos do povo a decisão sobre a renovação política foi frustrada.

As velhas raposas da política resistiram às mudanças, especialmente à ideia do voto distrital que existe na Inglaterra, por exemplo, desde o século XII, que reduziria custos e diminuiria o risco de corrupção eleitoral. Fizeram isto para que se mantivesse o atual sistema e para que fossem facilitadas ao máximo as reeleições dos atuais mandatários, numa busca desenfreada pela própria negação da essência da República, que é a alternância no poder.

Quem está no poder, infelizmente, luta sem pudor pela eternização. E desta forma, a proposta de se instituir o voto distrital foi totalmente desfigurada e deu lugar a uma teratologia do ponto de vista jurídico-político-eleitoral logo apelidada de “distritão”, só existente em quatro nações do planeta – Vanuatu, Afeganistão, Kwait e Emirados Árabes –, que, ao ser melhor compreendida, foi rechaçada.

Da ideia original dos pequenos distritos

só se conservou o nome, de forma ardilosa, para dar a impressão de que se tratava de algo semelhante ao desenho anterior, mas o sufixo aumentativo desmascarava a verdadeira intenção de desconstruir a proposta original.

Não se assistiu ali a um debate, por exemplo, sobre a criação de limite a número de mandatos consecutivos no Legislativo já que há parlamentares que estão no sexto, oitavo, décimo mandato consecutivo e, se observarmos o perfil dos processados e condenados pela operação Lava Jato, perceberemos que não há novatos por ali.

O relator da reforma política, deputado federal Vicente Cândido, propôs que se aceitassem doações anônimas para campanhas eleitorais, o que legitimaria, se houvesse aprovação, por exemplo, aportes financeiros provenientes do PCC, do Comando Vermelho, da Família do Norte ou até mesmo da máfia russa ou chinesa. O Instituto Não Aceito Corrupção, o Movimento Transparência Partidária e outros organismos reagiram, dando publicidade ao tema, e então houve recuo diante da desaprovção da opinião pública e da mídia.

Na mesma linha, diversas outras proposições, como a emenda oportunista visando à autoblindagem, que especificamente pretendia proibir prisões de políticos oito meses antes das eleições, também foi rejeitada.

Apesar do fracasso da reforma política, diversos movimentos preocupados com a renovação surgiram e se fortalecem, como RAPS, RenovaBr, Agora e uma infinidade de outros, dedicando-se a forjar candidaturas baseadas em princípios e comprometidas com o bem comum.

Além disto, a sociedade vem participando e acompanhando, ainda que essencialmente no plano das redes sociais, o debate

político, o que pode gerar algum impacto nas urnas, sendo difícil prever a exata magnitude. No entanto, é importante que se registre que ainda se compram votos em larga escala no Brasil, e a Justiça Eleitoral precisa se reinventar para reprimir estas práticas, assim como o caixa dois eleitoral, absolutamente naturalizado, usado também para a própria compra de votos, que desequilibra a competição pelo voto e sabota o sistema democrático.

O fato de muitos políticos transgredirem a lei, praticando reiteradamente o delito do caixa dois eleitoral, que é hoje punido criminalmente com extrema brandura pelo artigo 350 do Código Eleitoral, deve servir como incentivo para que sejam revisadas as regras do jogo, endurecendo severamente tais punições, para que se desestimule este crime contra o povo e contra nossa democracia.

A pauta da reforma política precisa ser retomada após a escolha da nossa nova representação política para que aconteça de verdade, de maneira efetiva e profunda, apesar da nítida sensação de que não há vontade política do parlamento de realizá-la, sendo imprescindível que seja objeto de pressão forte por parte da sociedade, exigindo-a.

Da mesma maneira, o novo pacote de medidas anticorrupção, construído de forma dialógica pela Transparência Internacional em parceria com a FGV, que apresentou para discussão 70 ótimas proposições organizadas em 12 eixos temáticos, construídas após longo processo de discussão com entidades e especialistas, precisará ser abraçado na plenitude pela sociedade.

Pois a lembrança da votação das Dez Medidas Contra a Corrupção, em 29/11/2016, é amarga e não se quer a repetição do fracasso nem da frustração social por ele gerada, que bem ilustra nossa cri-

se de representatividade política. Inclui-se aqui a entrevista do presidente da Câmara logo após o término da sessão, avaliando-a como democrática. A sessão pode ter sido qualquer coisa, menos o retrato da expectativa do povo.

Além disto, verificando-se os 13 programas de governo dos candidatos à Presidência da República em relação às proposições referentes ao combate à corrupção, tema que é a angústia número um dos brasileiros, percebe-se no geral um mar de generalidades, salvo os de Ciro Gomes e de Marina Silva, que são melhores e mais detalhados, sendo que os candidatos Boulos e Daciolo sequer fazem proposições sobre o tema, como se não fosse relevante.

Eleitos os novos representantes em janeiro de 2019, é absolutamente imprescindível que a sociedade exija a retomada destas discussões, incluída a reforma política. Que sejam apresentadas as 70 novas medidas ao Congresso (o maior pacote já elaborado no mundo), construindo-se uma discussão adulta, madura, transparente, envolvendo parlamentares e sociedade, para que possamos aprimorar nosso sistema anticorrupção, sendo necessário ter claro que não basta a operação Lava Jato para um controle eficiente.

## **II. Ministério Público, Poder Judiciário e combate à corrupção. A tentativa de demonização da justiça pelos políticos. Reformas necessárias**

**N**o sistema de freios e contrapesos, é imprescindível que tenhamos Judiciário e Ministério Público independentes para fiscalização e controle dos Poderes Executivo e Legislativo, que por sua vez devem se controlar e fiscalizar um ao outro.

Temos assistido nos últimos anos a uma enxurrada de escândalos de corrupção envolvendo membros do Executivo e do Legislativo. E não foi o Ministério Público nem o Judiciário que deram causa aos fatos. Se não agirem, terão descumprido os papéis que lhes foram confiados pelo Constituinte de 1988 e terão violado a lei penal, cometendo o crime de prevaricação.

Os atingidos pelas investigações e processos, sintomaticamente reagem, acusando de abuso os membros do MP e da magistratura que cumprem seu dever nos termos da lei em todas as promotorias e varas deste país continental. A reação chega ao ponto de terem pretendido aprovar uma nova lei de abuso de autoridade como reação à Justiça. Tanto que ali não se vê crime algum de parlamentar. Chegou-se ao ponto de pretender criminalizar a hermenêutica da lei, criminalização abolida no mundo desde a Revolução Francesa.

Quem detém poder, indiscutivelmente deve ser controlado (inclusive o MP e a magistratura obviamente), sendo saudável atualizar uma lei que vigora desde 1965. No entanto, que isto se construa de forma correta, justa, equânime, e não se utilize o Poder Legislativo como arma ou instrumento de vingança institucional.

Por outro lado, entretanto, quando se fala de Justiça, há questionamentos profundos nos dias de hoje aos Tribunais Superiores e a várias de suas decisões, especialmente por serem os ministros escolhidos politicamente pelo presidente da República para o exercício de funções até a aposentadoria, sem um período de duração predeterminado (mandato).

Isto ocorreu, inclusive, no julgamento pelo Tribunal Superior Eleitoral, quando o presidente da República estava sendo jul-

gado por abuso de poder econômico durante a campanha e poderia ser cassado. Dois dos sete ministros atuantes no caso tinham sido escolhidos pelo próprio réu poucos meses antes, havendo escandaloso conflito de interesses, além da abundância de provas no caso, que entrou para a história de nossa justiça como a inédita absolvição por excesso de provas, salvando-se no caso a digna atitude do ministro relator Herman Benjamin, que condenava o réu, acompanhado pelos ministros Rosa Weber e Luiz Fux. Mas, foram minoria vencida. É óbvio que este sistema do TSE precisa ser revisto.

Mas, não seria justo generalizar as críticas. Existem decisões importantes e muito bem fundamentadas provenientes dos nossos Tribunais Superiores. Mas, é fundamental sempre ter a lembrança que a Justiça de Primeira Instância, onde atuam Sergio Moro, Marcelo Bretas e tantos outros, funciona com magistrados escolhidos de forma meritocrática por concursos públicos de provas e títulos.

Nenhum juiz e nenhum membro do MP foi escolhido politicamente, como ocorre em relação à escolha dos ministros dos Tribunais Superiores. Há uma singela sabinina no Senado, mas jamais houve recusa pelo Congresso de um nome indicado pelo presidente. Este sistema de escolha precisa ser modificado. Inclusive, inclui aqui Tribunal de Contas da União e dos Estados. Defendo a ideia de ser instituído mandato. Na Alemanha, por exemplo, a duração é de 10 anos.

Além disto, outras instituições deveriam ser ouvidas nas escolhas do STF – o próprio STF (Judiciário), o Ministério Público, a OAB. Poderiam construir uma lista tríplice ou sêxtupla para, dali, o presidente indicar e o Congresso sabatinar. E estas re-

formas devem incluir o Ministério Público, a meu ver.

É inadmissível que não se tenha eleição formal para a escolha do procurador-geral da República, e o presidente escolha seu próprio fiscal a partir de uma votação informal feita pela associação de classe dos procuradores da República. Também em nível estadual deveria ser diferente.

Há eleições com lista tríplice, mas o governador nomeia quem ele quiser. Seria melhor um sistema com votação uninominal interno e depois submeter o nome mais votado à Assembleia Legislativa, que o ratificaria ou não (com voto de 2/3), o que daria transparência às propostas do procurador-geral de Justiça e desconcentraria o poder de escolha.

Imagine-se que há ainda quatro Estados do Brasil que mantêm reserva de poder para procuradores de Justiça – só eles podem ser procuradores-gerais de Justiça, o que é totalmente anacrônico e antidemocrático – São Paulo, Roraima, Tocantins e Minas Gerais. Em São Paulo e Tocantins, as assembleias estão discutindo o tema.

### **III. Uma nova Justiça Eleitoral para enfrentar a corrupção**

**A**s eleições de 2018 trouxeram novamente um quadro com pontos de interrogação que perdurou até o momento perigosamente próximo ao dia das eleições. Não podemos ter um quadro de candidaturas consolidado com uma antecedência minimamente decente em relação à data das eleições? Seria impossível oferecer aos eleitores a situação totalmente definida pelo menos três meses antes das eleições? Não é plausível que o eleitor brasileiro pretenda isto?

Penso que cada cidadão tem este direito. Não é razoável que menos de um mês de uma eleição seja definido como o momento final para se apontar quem serão os nomes dos candidatos.

Onde fica o respeito ao eleitor? E o dever de transparência? E o direito à informação? E apesar da decisão do TSE por 6x1, o partido tentou seguir com a farsa para tirar proveito da popularidade e do carisma do líder (pseudocandidato), já condenado a 12 anos e 1 mês de reclusão por corrupção, lavagem de dinheiro e outros crimes.

Lula não estaria na cédula eleitoral e isto sempre foi tão certo como a luz do sol, pois a Lei da Ficha Limpa veda expressamente sua candidatura e é sempre bom lembrar que esta lei nasceu de um projeto de iniciativa popular, tendo sido aprovado no Congresso e sancionado pelo próprio Lula, cuja aparição em programas eleitorais do partido acabou sendo proibida por ministro do TSE, sob pena de retirada do ar da propaganda.

A verdade, lamentavelmente, é que os partidos se comportam como se a Lei da Ficha Limpa simplesmente não estivesse em vigor e dão legenda a fichas imundas. Em 2014, o roteiro foi o mesmo com José Riva, no Mato Grosso, José Roberto Arruda, no DF, e Neudo Campos, em Roraima, todos candidatos ao governo dos estados e, hoje, presos por corrupção.

E todos indicaram as esposas como sucessoras. No caso de Lula, além de estar inelegível por ter sido condenado em segunda instância, está preso por determinação do STF, apesar dos esperneios seus e de seus companheiros de partido. E vale lembrar que a maior parte dos ministros do STF que determinaram que permanecesse preso foram nomeados por Lula ou por Dilma, sua sucessora política.

Estes problemas seriam resolvidos se o sistema de justiça eleitoral exigisse que tudo estivesse definido três meses antes das eleições, por exemplo. Isto dependeria de mudança constitucional e legal.

A falta de transparência e de segurança jurídica são duas das piores deficiências que um sistema pode apresentar. São vulnerabilidades gravíssimas, que precisam ser sanadas, pois lhe retiram parcelas significativas da legitimidade e fazem com que a sociedade deixe de acreditar nas eleições e na própria democracia.

E a questão não se restringe a este, da interpretação da lei, para verificar quem pode e quem não pode ser candidato, para proteger a comunidade de discussões intermináveis bem como da insegurança jurídica.

Os cabeças de chapa em eleições majoritárias e respectivos partidos precisam definir com antecedência quem será o vice. Não é aceitável que esta escolha fique em aberto até momento tão próximo às eleições. Isto igualmente desrespeita o direito do eleitor de enxergar com antecedência decente o quadro político todo, na sua inteireza, de refletir, inclusive à luz do pensamento popular “diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és”.

Esta indefinição estimula o vale-tudo político, dá mais tempo para as negociações sem limite nem qualquer coerência, em busca do poder, custe o que custar. O mesmo período de três meses de antecedência poderia ser utilizado aqui.

Dependerá de amplas discussões no Congresso Nacional, no Conselho Nacional de Justiça, no Conselho Nacional do Ministério Público, no campo acadêmico, junto à sociedade civil, mas é necessário que o processo se inicie, para que possamos vislumbrar uma nova justiça eleitoral, que ga-

ranta à sociedade ética e efetivo equilíbrio nas disputas pelo voto.

#### **IV. O papel de uma sociedade desencantada. A ruína dos partidos políticos**

Não se tenha a ilusão de que a partir de 2019 teremos 513 novos próceres na Câmara dos Deputados e 54 novos próceres no Senado. Que teremos o total revigoração do sistema de freios e contrapesos no desenho original de Montesquieu. Mas, acredito ser possível elegermos em 7 de outubro um expressivo grupo de parlamentares que assumam o poder com o compromisso firme de construir um novo paradigma de política em nosso país.

Acredito que este novo grupo pode agir proativamente para o restauro da representatividade política, gerando um reposicionamento da atitude parlamentar em geral. Algumas dezenas de parlamentares podem criar uma frente da nova política, baseada na transparência, na lealdade com o povo, no profissionalismo, no compromisso com o bem comum, na integridade, na austeridade, com gabinetes mais enxutos e na eficiência.

Precisamos construir uma nova cultura parlamentar e esta construção cultural não ocorrerá em um dia, em um ano, em um mandato. É uma construção que precisa ser iniciada e ter prosseguimento. Uma nova cultura institui-se ao longo de novas gerações, desde que este seja o pensamento e o desejo prevalente da sociedade. Este movimento poderá construir novas leis, conquistar respeito no Congresso, mudar cabeças, arrebatando corações e influenciando decisivamente o Poder Executivo.

Em junho de 2013, emitiram-se alguns aparentes e fugazes sinais de vitalidade da

nossa cidadania. Mas, não nos iludamos porque não houve nada parecido com o que aconteceu na França na Tomada da Bastilha em julho de 1789.

Havia um clima de insatisfação generalizada relacionada à nossa aguda e já duradoura crise de representatividade política, amplificada pela frustração com a situação econômica e isto levou as pessoas às ruas, mas o povo brasileiro não tem perfil histórico de lutar convicto por causas, por ideais.

Indignamo-nos episodicamente, circunstancialmente. Exemplo recente foi o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Ao lado disto, temos o fenômeno da militância na rede social, que faz com que muitos afirmem que cumpriram sua missão, que exerceram sua cidadania pelos cliques e compartilhamentos permitidos pela internet.

O grande problema é que se indagarmos às pessoas se são contra a corrupção, dirão unanimemente que sim. Se perguntarmos a elas acerca de sua percepção sobre os políticos – dirão que é péssima, tanto que a pesquisa Latinobarômetro 2017 detectou que para 97% dos brasileiros, os políticos exercem o poder em autobenefício.

Destaque-se que a Latinobarômetro é a mais prestigiada e importante pesquisa sob as óticas social, política e econômica, realizada já há décadas na América Latina e, pela primeira vez em todas as suas edições, detectou-se em uma nação da região a corrupção como principal angústia – Brasil (para 31% dos brasileiros).

Mas, se lhes for oferecida alguma vantagem, muitas destas mesmas pessoas aceitarão, o que significa que, na verdade, não aceitam a corrupção dos outros, mas não hesitam em aceitar oportunidades para obter vantagens para si, pouco importando se são indevidas e se todos da comunidade te-

rão de pagar esta conta. Ou seja, na verdade, no fundo, as pessoas são favoráveis à corrupção, mas dizem que são contrárias.

Não podemos jamais perder as referências históricas. No início do século XIX, não tínhamos sequer uma escola no Brasil e apenas 2% da população era alfabetizada. Tudo começa a se transformar em 1808, com a chegada ao país da família real, fugindo do Império Napoleônico.

A República foi proclamada há 129 anos, mas durante décadas só votavam aqui os homens ricos. Tínhamos uma verdadeira aristocracia. Aliás, de certa forma devemos reconhecer que ainda temos porque vários candidatos ricos literalmente compram a vaga na disputa, pois bancam o custo da própria candidatura e o sistema legal não proíbe isto e os partidos aplaudem, para, em função desta circunstância, poderem repassar recursos do fundão eleitoral a apaniguados.

É elementar que uma candidatura, num sistema democrático, deve ter seu custo suportado por todos, deve ser pulverizado, e não apenas pelo próprio postulante, apenas com o cuidado de não se estabelecer um toma-lá-dá-cá.

As mulheres, por outro lado, conquistaram o direito ao voto apenas na década de 40 do século XX, mas não é uma realidade ainda consolidada sua participação na política, nem com a introdução do mecanismo das cotas de 30%, vez que há registro de um número gigantesco de mulheres candidatas que contabilizam zero voto.

Ou seja, candidaturas fraudulentas para que se cumpra a lei, mas sequer a própria candidata vota nela mesma, o que deixa rastro do ardid cometido, numa sociedade ainda em grande medida machista, que acredita na superioridade do gênero masculino sobre o feminino.

Chega-se ao ponto extremo de termos o Partido da Mulher Brasileira, que em seus quadros até muito pouco tempo havia somente parlamentares homens.

E não é só isso, o Partido Ecológico Nacional foi presidido por um indivíduo processado por crime ecológico e assim por diante, porque obviamente não existem 35 ideologias. Montam-se estatutos como peças de marketing e eles poderão ser modificados se for conveniente e útil.

Ao lado deste processo, os partidos políticos, que deveriam cumprir papel de mediação social, literalmente apodreceram e há muitas décadas não são capazes de forjar grandes líderes nacionais incontestáveis.

Ao contrário, os esquemas corruptos de seu submundo, que hoje dá as cartas e dita as regras fez com que eles se transformassem, via de regra, em aglomerações de pessoas que visam ao poder pelo poder (e a fatia do fundão eleitoral), na mais bruta dimensão de Maquiavel.

Observem-se os exemplos de Aécio Neves e Antônio Carlos Rodrigues, dois presidentes nacionais de partidos políticos, PSDB e PR, processados por corrupção. Em qualquer nação em que o partido político fosse instituição com seriedade e integridade mínimas, imediatamente a executiva do partido exigiria a renúncia do dirigente. Além do que o próprio dirigente renunciaria. No Japão, o suspeito muitas vezes se suicida.

Os dois casos são bastante ilustrativos porque nenhum dos dois abriu mão do poder para preservar o partido como instituição. Antônio Carlos Rodrigues, inclusive, chegou a ser preso e não renunciou à presidência, levando o partido ao cárcere junto consigo.

Sintomaticamente, há mais de uma década, muitos partidos simplesmente elimina-

ram a denominação partido de seus nomes, talvez para que momentaneamente as pessoas se esqueçam que são partidos políticos.

E isto não é, certamente, obra do acaso. Vejam-se os exemplos do DEM, PROS, Solidariedade, Podemos, Rede Sustentabilidade, Novo e o próprio MDB, entre outros. Eles não querem ostentar em seus nomes a palavra partido, porque para o povo ela se tornou maldita. É puro marketing.

Lamentavelmente, os partidos políticos no Brasil, de um modo geral, não se têm submetido ao império da lei. Isto é sistemático. Além da já mencionada concessão de legenda a fichas imundas, afrontando a lei da ficha limpa, não explicitam com transparência os critérios que serão utilizados para a distribuição dos recursos do fundão eleitoral (dinheiro público).

São geridos por verdadeiros donos, de forma coronelista, sem qualquer *accountability* ou *compliance*. Não prestam contas como deveriam. Não há democracia intrapartidária. Comportam-se como se fossem entes acima das leis.

Aliás, sobre destinação de recursos do fundão, os partidos que explicitam critérios de destinação, sem qualquer pudor deixam claro que serão investidos nas candidaturas dos que já detêm mandato, tratando com desrespeito total os postulantes sem mandato, sabotando frontalmente a renovação política com o uso de dinheiro público.

Aliás, a pesquisa Lapop, da Vanderbilt University, de 2017, apontou que os partidos políticos no Brasil atingiram o ponto mais crítico em matéria de credibilidade como instituição, comparando-se todas as edições da pesquisa. Atingiram o fundo do poço.

Em função disto, tem ganhado força de forma compreensível e legítima o debate sobre candidaturas independentes, que são

respaldadas legalmente pelo Pacto de San José, que não exige filiação partidária para o exercício de direitos políticos.

O STF iniciou este debate e adiou para as eleições de 2020 esta decisão. Registre-se que hoje o Brasil integra um pequeno grupo de 20 países que não permitem candidaturas independentes, como Suriname, Camboja, Nigéria, Angola, Tanzânia, Aruba, Nicarágua e Guatemala.

Neste ambiente de partidos apodrecidos e sem qualquer credibilidade ou principiologia, via de regra, salvo honrosas e poucas exceções, é difícil florescer candidatura saudável e viável para gerir o País. Para ter tempo no horário eleitoral de TV, é necessário fazer pactos diabólicos, pois sem alianças e nem tempo no horário de TV é difícil, para não dizer impossível, vencer as eleições.

Isto talvez nos permita compreender porque a sociedade se mostrou tão desencantada e desarvorada ao longo da campanha eleitoral, com grandes percentuais de eleitores que declaravam que sequer pretendiam votar, além dos que diziam pensar em votar em branco ou anular o voto.

## **V. O papel do Instituto Não Aceito Corrupção e de outros organismos semelhantes no Brasil. A importância da mobilização da sociedade na luta anticorrupção**

**A** colaboração premiada foi instrumento crucial para o desmantelamento de esquemas de corrupção envolvendo camadas detentoras de grande poder tanto na esfera política como na esfera econômica. É disciplinada em detalhes pela Lei 12850, que foi sancionada pela ex-presidente Dilma, logo após as jornadas de junho de 2013, como uma espécie de satisfação ao povo.

Penso que o universo político não tinha a dimensão do que eclodiria a partir de 2014 na Operação Lava Jato. Este instituto é utilizado há décadas em todo o mundo como instrumento fundamental para o combate à corrupção. No Brasil, está presente em nossa legislação, no Código Penal, nas leis 7492/86, 8072/90, 8137/90 e no plano internacional, por exemplo, nas Convenções de Mérida e de Palermo, entre tantos outros diplomas nacionais e internacionais.

Como dito, há iniciativas que visam desestruturar o combate à corrupção em geral e à colaboração premiada em especial, com nítida pretensão de restringi-lo, bloqueá-lo. Mas, penso que a mobilização da sociedade pode e vai impedir o sucesso destas tramas que acontecem entre os pares que querem ver o Brasil impune e que legislam em causa própria.

A tentativa de anistiar ilícitos cometidos com recursos provenientes do caixa dois eleitoral, uma semana antes do destacamento das Dez Medidas Contra a Corrupção, em novembro de 2016, em votação anônima, foi descoberta e a sociedade se mobilizou, reagiu, tornou o fato público, assim como o indulto “black friday” natalino, que o presidente da República havia concedido e que liquidaria 80% das penas de corruptos. A reação da sociedade contribuiu para que houvesse iniciativa por parte da PGR e o STF suspendeu os efeitos do Decreto.

Na Itália, por ocasião da operação Mãos Limpas, que atingiu de forma certa os políticos em grande escala, houve da parte deles reação com uso do poder, elaborando leis para impedir a Justiça de agir.

Lá, a sociedade não se mobilizou e as conquistas da operação *Mani Pulite* foram água abaixo, devendo o fato servir para nós como lição, sendo a letargia social o ambien-

te ideal para a profusão da corrupção. É essencial que organismos como o Instituto Não Aceito Corrupção e outros trabalhem pela permanente conscientização e mobilização da sociedade na luta contra a corrupção.

## **VI. Os brasileiros deverão continuar a apoiar a Lava Jato?**

**P**ara sermos justos, o divisor de águas no Brasil em relação à impunidade é anterior à Lava Jato. Foi o processo do mensalão, que tramitou no STF sob a presidência dos ministros Joaquim Barbosa e Ayres Britto.

Ali, pela primeira vez, os detentores do poder político foram alcançados pela Justiça. Na Lava Jato, o espectro se amplificou e, além do poder político, conseguiu-se atingir também o andar de cima em relação ao poder econômico. A sociedade se sentiu animada porque pela primeira vez o princípio da igualdade de todos perante a lei foi tangibilizado. Antes, o tema parecia muito utópico.

Esta nova geração demonstrou coragem e disposição para construir um novo paradigma de justiça, apesar das resistências gigantescas das velhas raposas da política, que se articulam para impedir o êxito da empreitada, com iniciativas legislativas com nítido propósito de sabotagem, tentando repetir o roteiro italiano da Mãos Limpas, em diversos e eloquentes exemplos.

Foi este o objetivo com o projeto de nova lei de abuso de autoridade, para, especificamente, criminalizar juízes e promotores; o destocamento das dez medidas contra a corrupção; o projeto que propõe proibir delações premiadas de presos e outras propostas; para esvaziar a Lei 12850, que regulou a colaboração premiada; a PEC 89, que propôs criar juizados de instrução pre-

sididos por delegados, quebrando o princípio constitucional da separação de poderes.

Além de tudo isto, agora temos o anteprojeto de novo CPP (Código de Processo Penal), que tenta ressuscitar a famigerada PEC 37, voltando a falar em proibir o MP de investigar crimes, e o mais novo jabuti que se tenta inserir na lei das estatais para permitir nomeações de apadrinhados políticos, dentro da velha cultura do compadrio.

E se mostra imprescindível falar da grande barreira que é para o combate à corrupção o foro privilegiado, usado como indevido escudo. O STF reinterpretou o ordenamento jurídico, passando a entender que os parlamentares só terão direito ao foro quando o crime for cometido no exercício da função, mas o fato é que, no Brasil, mais de 58.000 autoridades têm direito ao privilégio, cuja extinção é objeto da PEC 333/16, aprovada no Senado, aguardando deliberação na Câmara.

O projeto STF em números verificou que de 2011 a 2016 entraram na corte 404 ações penais e destas apenas 0,74% resultou em condenação, porque obviamente tribunais não têm estrutura para colher provas.

Tribunais revisam casos já decididos ou julgam ações diretas de inconstitucionalidade, mas o organismo que colhe provas é o juízo de primeiro grau, sendo certo que o foro privilegiado acaba obstruindo o STF e impedindo-o de cumprir seu papel de ser guardião da Constituição, além da supressão do duplo grau de jurisdição e o desrespeito à ideia fulcral da isonomia.

O STF provavelmente pautará novamente a questão da prisão após condenação em segundo grau, sendo crucial que a interpretação atual seja mantida para o enfrentamento da impunidade da corrupção. Desde 2016, vigora entendimento do

próprio Tribunal neste sentido, quando foi relator o saudoso ministro Teori Zavascki, mas decisões individuais de ministros e de turma têm divergido.

Além destas questões, é vital destacar que desde 2014 temos uma Lei anticorrupção empresarial (12846), que instituiu o *compliance* no Brasil e apesar das poucas punições aplicadas com base nela, gerou reposicionamento das empresas no sentido de se adequar à lei, organizando suas áreas de *compliance*, que aos poucos vão deixando de ser meras placas na parede como eram na Odebrecht e na Petrobras, como a Lava Jato demonstrou.

A partir disto, vem-se disseminando a ideia da autorregulamentação empresarial como um caminho importante para a concretização dos ditames da lei, através de pactos ou grandes diálogos dos setores envolvidos, maiores interessados na construção de ambientes previsíveis, éticos e corretos no mundo dos negócios.

E começa a ganhar peso um novo debate acerca da hipótese da pena de perda do controle acionário da empresa como forma de punir os gestores criminosos, preservando-se a empresa, os empregos e respeitando sua função social.

Nosso prognóstico vai depender do grau de mobilização que conseguirmos ter para resistir a estes ataques ao sistema de controle anticorrupção e do apoio que conseguirmos todos dar à Lava Jato, para que prossiga sua jornada.

Mas, apenas isto não basta. Precisamos de uma nova representação política que tenha sensibilidade em relação a estas necessidades dos brasileiros, com a retomada do diálogo, fazendo os ajustes necessários nas leis, especialmente a reforma política e o pacote de 70 novas medidas anticorrupção, com a premissa elementar de todos se submeterem ao império da lei.

Está sendo testado o grau de consistência das instituições de nossa ainda jovem república democrática. A consciência em relação à gravidade de nossos problemas cresce e se sensibiliza especialmente em função da conjuntura econômica, mas padecemos muito pela falta de educação. A Coreia do Sul, que há 30 anos tinha cenário semelhante ao nosso em matéria de corrupção, fez uma revolução pela educação em tempo integral. Há muito a construir, há muito a caminhar, mas estamos percebendo cada vez mais a seriedade e a complexidade deste quadro, o que é positivo.

# Perspectivas para o Combate à Corrupção no Brasil Pós-Eleições

.....  
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA

Passados quatro anos e meio do início da operação Lava Jato e caminhando o país para novas eleições de presidente da República, de governadores e dos parlamentos federal e estaduais, parece muito apropriada a discussão sobre o papel que o combate à corrupção vem desempenhando em nosso país e suas perspectivas no Brasil pós-eleições.

Embora haja outras operações de combate à corrupção sendo empreendidas nos âmbitos federal e estaduais, a operação Lava Jato tornou-se o símbolo desse combate pela amplitude e profundidade de suas investigações, que revelaram ao país as vísceras de um sistema político-administrativo intensamente contaminado e orientado pela corrupção, independentemente de siglas partidárias ou bandeiras ideológicas.

A democracia brasileira foi como que sequestrada pela corrupção. A forma como se deu o financiamento das campanhas

até as eleições presidenciais pretéritas determinou um modo de exercício do poder orientado à retribuição dos financiadores de campanhas e ao enriquecimento pessoal dos agentes públicos, num ciclo vicioso permanente. Campanhas ricamente financiadas tiveram mais sucesso eleitoral. O agente público beneficiado usava o poder alcançado para retribuir o financiamento obtido na eleição passada e garantir o financiamento da próxima campanha para poder se manter no poder. Assim, corruptos e corruptores, em perfeita simbiose, encenavam um grande show eleitoral em que o dinheiro público era o fio condutor da narrativa.

Grandes corporações faziam doações com o intuito de obter contratos favorecidos ou medidas legislativas de seu interesse, como incentivos fiscais ou barreiras a concorrentes. Aquilo que era imaginado e presumido foi de tal modo exposto e comprovado que colocou a sociedade brasileira perplexa com o volume de recursos movimentados, da ordem de bilhões de reais, e com o *modus operandi* dos corruptos. A realidade se revelou muito mais grave do que aquilo que permeava o inconsciente coletivo da sociedade e fez nascer, agora já na consciência da nação brasileira, a percepção de que a corrupção é seu maior problema e

.....  
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA é graduado em Ciência da Computação e em Direito pela Universidade de Brasília. Ocupou os cargos de auditor federal de Controle Externo no TCU e de consultor legislativo do Senado Federal, nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral. Desde 2004, exerce o cargo de procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU. Exerce atualmente a presidência da Associação Nacional do Ministério Público de Contas – Ampcon.

de que seu combate deve ser uma prioridade, como comprovaram diversas pesquisas de opinião feitas nos últimos anos.

O Instituto Datafolha detectou, pela primeira vez, a corrupção como principal problema na percepção dos brasileiros em 2015. Também a pesquisa Latinobarômetro 2017 ([www.latinobarometro.org/lat.jsp](http://www.latinobarometro.org/lat.jsp)), importante análise de indicadores econômicos, políticos e sociais, detectou que a corrupção é o tema número um como angústia nacional, deixando para trás temas caros como desemprego, violência e criminalidade, saúde, educação, etc.

Os prejuízos causados pela corrupção vão muito além do dinheiro desviado. Numa perspectiva ainda meramente utilitarista, pode-se afirmar que o custo de oportunidade do dinheiro público não corretamente usado é virtualmente infinito. Não se perde apenas a escola, mas todos os engenheiros, médicos e professores que seriam formados com aquela escola e toda a riqueza e a inovação que esses profissionais proporcionariam ao país. Não se perde apenas o hospital, mas a vida de todos os cidadãos e toda a riqueza que essas vidas poderiam produzir. Não se perdem apenas as estradas e pontes, mas a vida e a saúde de todos os envolvidos em acidentes de trânsito, os recursos gastos com seus tratamentos, a perda de produtividade pelos dias afastados do trabalho e, ainda, toda a riqueza que deixa de ser gerada pelos negócios que sequer são iniciados por falta de infraestrutura. Não é à toa que o principal coordenador da operação Lava Jato, o Procurador da República Deltan Dallagnol, costuma apontar que a corrupção é uma *serial killer* disfarçada de buracos nas estradas, falta de remédios em hospitais e falta de escolas.

Além da perda do capital humano que

a falta de escolas e hospitais provoca, há também toda a perda de eficiência econômica causada pela corrupção em obras públicas e outros tipos de contratos, como publicidade e serviços de informática. Há obras que custam muito mais do que precisariam custar, outras demoram muito mais tempo e há ainda aquelas que jamais deveriam existir, como as recentes obras megalomânicas iniciadas pela Petrobras apenas para que dessem ensejo ao desvio de recursos, tais como as refinarias nos estados do Ceará e Maranhão. O país poderia talvez ter o dobro de infraestrutura com rodovias, ferrovias, portos e aeroportos se não desperdiçasse tanto dinheiro e oportunidades por causa da corrupção.

### **Combate à corrupção é um movimento mundial**

A corrupção produz o oposto de uma economia de mercado, porque com ela não vence o mais eficiente, o mais inovador, o melhor gestor, mas a empresa que se empenha em obter canais de relacionamento por meio dos quais angaria contratos em condições favorecidas. Além disso, corrupção é custo de transação, encarece o produto final, tira competitividade da economia.

É até difícil mensurar a perda econômica acumulada em tantos anos de prática intensa de corrupção. Quão mais rico o país poderia ser se tivesse experimentado outra realidade, de intolerância e baixa prática de corrupção? Quão mais alta seria a renda *per capita*?

Teorias em voga na década de 1970 e 1980 sustentavam que a corrupção seria um mal menor, algo inerente à condição humana e até mesmo necessária e benéfica, como o óleo lubrificante das engrenagens políticas e econômicas. Países do primeiro mun-

do admitiam que suas empresas deduzissem do cálculo de seus impostos as despesas com o pagamento de propinas em outros países para obtenção de negócios. Essas teorias, felizmente, estão todas superadas. O combate à corrupção hoje é um movimento mundial. Há convenções da ONU e da OEA tratando do tema e diversos tratados bilaterais de colaboração entre países para trocas de informação que permitam o combate à corrupção envolvendo a movimentação de capitais no exterior. O mundo desenvolvido percebeu que a corrupção é causa de atraso e caminha de mãos dadas com outras formas de criminalidade, como o terrorismo, o tráfico de drogas, de armas, de pessoas e até de órgãos humanos. Os canais de sigilo financeiro que protegiam fortunas acumuladas com a corrupção serviam de igual modo para proteger todo tipo de criminoso.

Ultrapassando a visão meramente utilitarista, há ainda toda a degradação do ambiente político-institucional do país e toda a degeneração moral da cultura de valores e ideais que alicerçam uma sociedade democrática, como os ideais de justiça, de igualdade perante a lei, de confiança nas instituições públicas e privadas. A corrupção constrói um ambiente de desconfiança permanente nas relações públicas e privadas. É como se, por trás de todo ato ou gesto, tivesse de haver sempre uma má intenção dissimulada, um interesse escuso sendo defendido ou um interesse econômico não revelado sendo promovido. Essa desconfiança permanente e a consequente descrença nas pessoas e nas instituições constituem um importante fator de enfraquecimento da democracia. Não é por acaso que discursos de apologia ao autoritarismo encontram ressonância na sociedade brasileira.

A pesquisa Latinobarômetro 2017 con-

cluiu também que 97% dos brasileiros têm a percepção de que os políticos usam o poder em benefício próprio e não para o bem comum (97%). Esta conclusão corrobora a obtida pelo Fórum Econômico Mundial, em análise de 137 países feita no segundo semestre de 2017, que coloca o Brasil em último lugar no quesito credibilidade dos políticos.

## Percepção de impunidade

Aqui há que se fazer uma importante distinção de efeitos sobre a credibilidade de certas instituições produzidos ora pelo combate à corrupção, ora pela falta de combate efetivo à corrupção, algo muitas vezes maliciosamente confundido.

É fato que as sucessivas investigações de escândalos de corrupção contribuíram para minar a credibilidade da classe política e, em alguma medida, da classe empresarial que mantém contratos com o poder público. Quando se revela que alguém ou algum grupo cometeu atos ilícitos, é lógico e esperado que sua imagem pública seja prejudicada. Mas, se por um lado, essa revelação cria decepção e descrença, por outro lado, é fato também que a correta e exemplar punição de quem comete corrupção funciona como restaurador da confiança nas pessoas e nas instituições. A punição de quem comete crime pode até fazer aumentar a confiança antes existente, porquanto somente quando adequadamente testadas é que as pessoas e as instituições comprovam sua capacidade de ação e reação.

Disso deriva que a maior preocupação da população brasileira com a corrupção e a maior descrença na classe política e nas instituições talvez não decorram apenas da consciência adquirida pela revelação de práticas antes ocultas, mas também da

percepção de impunidade ainda muito fortemente presente em nossa sociedade.

Embora alvissareiro o fato de que, pela primeira vez, políticos e empresários poderosos estão sendo punidos por corrupção, há ainda, inegavelmente, a percepção de que a lei ainda não é igualmente aplicada a todos e de que há segmentos ou figuras políticas que contam com especial leniência ou ineficiência das instituições.

Como reage a sociedade quando percebe que políticos já condenados por corrupção não são expulsos de seus partidos políticos ou não têm seus mandatos cassados pelas correspondentes casas legislativas? Quando assim se omitem, partidos políticos e casas legislativas minam os próprios alicerces de sua credibilidade. Há caso de partido que expulsou quem celebrou acordo de colaboração premiada, mas, não só não expulsou, como protegeu e apoiou quem foi delatado e condenado.

Como interpreta o cidadão o fato de que políticos sem foro privilegiado tiveram suas ações penais julgadas em primeira e segunda instância com relativa celeridade, ao passo que aqueles que contam com o foro privilegiado sequer tiveram suas investigações concluídas ou denúncias recebidas pelo STF? O projeto "Supremo em Números", da Fundação Getúlio Vargas ([www.fgv.br/supremoemnumeros/](http://www.fgv.br/supremoemnumeros/)), revela que, de 404 ações penais levadas ao STF de 2011 a 2016, somente 0,74% resultou em condenação.

Que pensa, ainda, o brasileiro quando vê cotidianamente *habeas corpus* sendo deferidos por alguns ministros do STF para investigados ricos e poderosos, com celeridade exemplar, enquanto milhares de outros *habeas corpus*, muitos impetrados pela Defensoria Pública em favor de investiga-

dos pobres e desassistidos, não conseguem sequer ser examinados pelo STF?

Há um mal-estar na sociedade brasileira com a percepção de que a mais alta corte de justiça do país não tem uma atuação uniforme e efetiva no combate à corrupção, podendo servir como instrumento de impunidade. Uma visão de mundo ultrapassada de leniência com a corrupção, como sendo um crime menos perigoso, por não envolver diretamente violência, tem conduzido à soltura de investigados, presos por ordem de juízes de primeiro grau como forma de preservar as investigações, uma vez que pessoas poderosas têm elevados meios e formas de suprimir provas e intimidar possíveis testemunhas. Ressalta em vários casos a circunstância de ministros do STF atuarem com destacada celeridade, concedendo ordens de soltura em prazos de algumas horas, com a supressão de todas as instâncias que a própria jurisprudência do STF indica que devem ser percorridas antes que a ele se apele.

### **Ministros incapazes de se declararem suspeitos**

**E**sse mal-estar cresce com a percepção de que os ministros são incapazes de se declararem suspeitos, mesmo em casos em que mantêm ou mantiveram alguma proximidade com as partes envolvidas. Recentemente, um ministro concedeu três *habeas corpus* a um único investigado de cujo casamento a filha foi padrinho, além de ter jantado com o investigado no exterior, segundo informou veículo de comunicação. Outro se empenhou na concessão de um *habeas corpus* de ofício para libertar réu reincidente, que cumpria pena por condenação em segunda instância, que fora seu chefe e destacado líder do partido para quem o ministro advo-

gava em período anterior ao seu ingresso na magistratura. Isso é grave. Não se trata de questionar o sentimento íntimo do ministro quanto ao investigado, réu ou condenado. Não se cuida de sua isenção subjetiva, mas de sua isenção objetivamente considerada com vistas a proteger a credibilidade da instituição. A suspeição não é um instituto contra ou a favor do juiz ou do jurisdicionado; é um instituto a favor da credibilidade da Justiça, patrimônio maior dessa instituição. Não é sobre como o julgador se sente em relação à parte; é sobre como a sociedade percebe o julgador e a Justiça.

Da Justiça e do Ministério Público se exige que ajam com destemor, sem qualquer favor ou preconceito contra quem quer que seja. A Justiça, em especial a Suprema Corte, é a guardiã e a fiadora de democracia por sua presumida e esperada característica de neutralidade política, fazendo valer a lei com igual rigor para todos, sem distinção de coloração política, de posição social ou de qualquer outra ordem.

É fundamental para a democracia que haja uma profunda confiança na Justiça e na Suprema Corte. Se a sociedade não confia em alguma instituição, é de se esperar que discursos que preconizem a reavaliação do papel dessa instituição ganhem pouco a pouco espaço e força. Nenhuma instituição deve esperar que a sociedade lhe devote confiança sem que essa confiança tenha como contrapartida efetiva demonstração de merecimento quando a instituição é testada pelos desafios que os fatos da vida apresentam.

A corrupção no Brasil destruiu a confiança não apenas em certos indivíduos ou grupos políticos, mas atingiu a credibilidade de toda a classe política, de todas as instituições e da própria democracia. É preciso

resgatar a democracia brasileira, sequestrada pela corrupção, sob pena de pôr-se em risco a própria sobrevivência da democracia. É preciso renovar, apesar de todas as dificuldades, a política e suas práticas. É preciso exigir de instituições como o Ministério Público e o Poder Judiciário postura de intolerância com a corrupção.

Com a corrupção sistêmica, a política deixou de ser instrumento para a realização de objetivos coletivos e passou a ser um fim em si mesma. Um meio de viver e de enriquecer. Pessoas entram na política com o principal objetivo de nela permanecer e de, por meio dela, gozar uma boa vida custeada com recursos públicos.

### **Pessoas mais competentes não se interessam pela política**

**A**s pessoas mais competentes e capazes não se interessam pela política. Elas se afastam, e o espaço tende a ser ocupado por incompetentes ou mal-intencionados. Logo, as melhores decisões não são tomadas, mas apenas aquelas que interessam ao grupo político que quer se perpetuar no poder. Por isso mesmo, a pergunta sobre o que seria pior, a má gestão ou a corrupção, não faz sentido, porque a corrupção implica má gestão. A corrupção afasta o bom gestor e envia a tomada de decisão a partir da introdução de critérios não técnicos em sua análise.

Esse quadro se agrava com o loteamento dos cargos na administração pública entre os que apoiam o governo. Significa dizer que não há apoio automático, não há apoio gratuito, por mera afinidade de pensamento. O apoio tem de ser retribuído com a possibilidade de indicação de correligionários que cumprem duplo papel: atuam para fa-

vorecer os interesses de quem os indicou e constituem base de apoio eleitoral permanente para seus padrinhos. É como se os parlamentares que fazem as indicações contassem com permanentes comitês eleitorais mobilizados para apoiá-los em seu objetivo de permanecer no poder. O fato de tantos cargos em comissão serem ocupados a partir de indicações políticas resulta numa administração pública de muito pior qualidade, já que o que prevalece para a indicação não é a capacidade técnica do indicado, mas a força política de quem indica.

Com tão extensos efeitos negativos sobre a economia, a administração pública e a própria democracia, não há lugar para imaginar que seja possível deixar de lado esse combate em nome de conceitos tão vagos quanto enganosos, como governabilidade, como se houvesse oposição entre governabilidade e legalidade. Não interessa ao povo brasileiro uma governabilidade baseada na impunidade e no abafamento dos casos de corrupção. Essa governabilidade não transforma, não constrói, não faz o país avançar. Ao contrário, representa manter o país estagnado, com uma administração pública medíocre, sem capacidade de investimentos ou de realização, com uma economia viciada em relacionamentos privilegiados.

O momento do país é de forte preocupação com a corrupção e de exigência de seu combate efetivo, constante e sem concessões. Esse momento não passará com as eleições. Muito embora haja uma forte preocupação no sentido de que vários atores políticos possam pretender o fim, o fracasso e o esquecimento da operação Lava Jato, já não há lugar na consciência brasileira para uma volta ao teatro de ilusões em que a sociedade brasileira vivia, em que se sabia ou se presumia que alguma corrupção

havia, mas não se imaginava quão extensa, disseminada e deletéria era na vida da nação. Não há como devolver ao povo brasileiro a inocência perdida.

A sociedade brasileira está amadurecendo e passando a ser mais exigente com os políticos, os administradores públicos e as instituições. Não obstante tanta miséria, pobreza e ignorância ainda no país, a classe média brasileira parece ter acordado de sua proverbial letargia. Somem-se a isso os efeitos das redes sociais, que permitem a livre e instantânea circulação de informações e, ainda, todo o instrumental da era digital para acompanhar os gastos públicos, e temos uma nova configuração de ambiente para o exercício da política e funcionamento da administração e das instituições. Já não é raro ver medidas anunciadas pela manhã serem desmentidas ou revogadas no fim do dia em face das reações provocadas na sociedade. O sentimento de participação do cidadão aumenta na mesma proporção do sentimento de vigilância e de *accountability* que o político e o administrador público experimentam.

### **Mudanças são graduais**

**A**s mudanças são graduais, mas estão em curso. Outros países venceram a corrupção sistêmica. O Brasil também pode fazer essa travessia. Reduzir ao máximo a corrupção e eliminar todo sentimento de impunidade não serão, por certo, suficientes para fazê-lo ingressar no mundo desenvolvido, mas constituem condições absolutamente necessárias para isso.

Para isso, no momento pós-eleições que se avizinha, há que se redobrar as atenções e esforços não só para promover medidas legislativas que possam prevenir e melho-

rar o combate à corrupção, como também para evitar retrocessos legislativos que certamente serão tentados por aqueles que se beneficiam com o atual quadro de corrupção, que são muitos e influentes. O subdesenvolvimento brasileiro não ocorre por acaso; é o resultado de muitas escolhas conscientemente feitas para beneficiar apenas alguns grupos em detrimento de toda a sociedade. O atraso, a corrupção e a impunidade no país são muito bem defendidos. Igual ou superior denodo há que existir no polo oposto para fazer o país avançar em suas práticas e costumes.

Pequenas alterações legislativas podem fazer grande diferença para o bem e para o mal no combate à corrupção. Basta observar o quanto a nova legislação voltada para as organizações criminosas impactou as possibilidades de investigação dos crimes de corrupção. A colaboração premiada permitiu que a operação Lava Jato e outras em andamento pudessem ter celeridade e profundidade antes nunca experimentadas no país.

Observe-se, ainda, o efeito na prevenção e no combate à corrupção que a possibilidade de prisão após a condenação em segundo grau traz. A corrupção é um crime racional, frio, calculado, sem emoção. Quem a pratica, baseia-se numa análise muito simples de custo-benefício da conduta. De um lado da balança, pesa-se o benefício auferido ou a riqueza conquistada. No outro prato da balança, mede-se o risco de ser descoberto e o risco de, sendo descoberto, sofrer alguma punição. Poder ser preso após a condenação em segunda instância constitui um risco extremamente mais palpável de sofrer uma punição efetiva que somente poder ser preso após o esgotamento de todos os recursos possíveis e imagináveis no STF ou mesmo no STJ, como se cogita.

O tempo de processamento das ações nos tribunais superiores e a quantidade virtualmente ilimitada de recursos à disposição da defesa produzem, para quem pode pagar bons e diligentes advogados, a certeza da impunidade decorrente da prescrição das ações penais pelo mero decurso do prazo. Veja-se o caso do ex-senador Luiz Estevão, condenado por corrupção por desvio de recursos na obra de construção de um fórum trabalhista em São Paulo. A defesa do ex-senador impetrou mais de 70 recursos! Só houve o início do cumprimento da pena após o STF restaurar sua interpretação inicial de que essa prisão é possível.

Essa, sem dúvida alguma, é uma variável decisiva na prevenção e no combate à corrupção. Se o STF modificar novamente o entendimento atual, que permite a execução provisória da pena após o julgamento de segundo grau, entendimento este que vigorou por mais de 25 dos 30 anos da nossa Constituição, para adotar o critério de esgotamento de recursos no STF ou no STJ, estará consagrando a impunidade penal para ricos e poderosos; estará sinalizando fortemente que a corrupção não será efetivamente combatida no país.

### **No Estado de Direito a lei vale para todos**

**N**ão há lugar para ingenuidade com esse tema. Não se deve brincar com o estado de direito. Ninguém tem o direito de desconhecer as consequências práticas de um entendimento como esse, que não tem paralelo nem mesmo nos países que são o berço do iluminismo, do devido processo legal, da presunção de inocência e dos direitos e garantias fundamentais. Tanto na França, como nos Estados Unidos, admite-

-se a prisão já após a condenação em primeira instância, e ninguém por lá avalia que direitos fundamentais da pessoa humana estão sendo violados. Estado de Direito é Estado em que vigora o império da lei, em que a lei vale igualmente para todos e em que há sanção efetiva para quem comete crimes.

Um Estado que consagra a impunidade para ricos e poderosos não é Estado de direito, mas Estado de compadrio, nas oportunas palavras do ministro do STF Luiz Roberto Barroso. Não é razoável imaginar que a interpretação da Constituição Federal que vigorou desde sua promulgação até ser alterada mais de duas décadas depois e restaurada em 2015 possa ser inconstitucional. Veja-se, ainda, o caso do jornalista Pimenta Neves, réu confesso em crime de homicídio, condenado pelo tribunal do júri. Mais de 13 anos após sua condenação, ainda não havia começado a cumprir a pena a que tinha sido condenado, em razão da interposição ininterrupta de recursos e mais recursos aos tribunais superiores, situação inexplicável para qualquer operador do direito no mundo. Também ele só começou a cumprir sua pena quando o STF restaurou sua interpretação inicial.

Além da questão do início do cumprimento da pena, há muitas outras medidas que podem e devem ser adotadas para incrementar a prevenção e o combate à corrupção. Aliás, quanto mais bem-sucedido o país for na prevenção da corrupção, menos traumas terá com as ações de combate.

Uma medida que faz todo o sentido na prevenção à corrupção é a de adoção plena da transparência em todos os assuntos de governo, ressalvados apenas aqueles cuja abertura do sigilo poderia comprometer a segurança ou o interesse nacional. Proces-

so administrativos, de controle e judiciais devem ter seus atos todos públicos. Audiências de autoridades devem ser registradas e divulgadas. Transparência cria expectativa saudável de controle e sentimento de permanente *accountability*, um dos pilares das democracias modernas.

As dez medidas contra a corrupção idealizadas pelo Ministério Público Federal e abraçadas por parcela significativa de nossa população – mais de 2 milhões de assinaturas de cidadãos brasileiros endossaram a apresentação daquelas medidas ao Parlamento – constituíram um conjunto de propostas de alterações e inovações legislativas que visavam dar melhores instrumentos para a prevenção e o combate à corrupção. Aquelas medidas foram integralmente rechaçadas pela Câmara dos Deputados. Nenhuma delas foi acolhida.

### **Redução do tamanho do Estado é importante no combate à corrupção**

Felizmente, a sociedade brasileira é resiliente em seu propósito de combater a corrupção. A Fundação Getulio Vargas e a Transparência Internacional convidaram mais de 200 especialistas para propor e avaliar medidas de prevenção e combate à corrupção em diversas áreas. O resultado foi um conjunto com cerca de 70 medidas enfeixadas num movimento denominado Unidos Contra a Corrupção, com uma agenda para o legislativo brasileiro com o objetivo de influenciar não só os futuros eleitos, mas também a própria eleição, na medida em que candidatos comprometidos com essa agenda de mudanças podem desde logo declarar sua adesão e, com isso, angariar votos nessa parcela da população mais consciente e preocupada com o fenômeno da corrupção.

A redução do tamanho do Estado e de suas intervenções na atividade econômica é também uma poderosa diretriz para reduzir a corrupção. Empresas estatais são grandes oportunidades para a prática de corrupção. Veja-se o exemplo da Caixa Econômica Federal. É público e notório que sua presidência, vice-presidências e diretorias são preenchidas a partir da indicação de partidos políticos que apoiam o governo federal. Qual será o interesse dos políticos pelos assuntos da empresa? Direcionar empréstimos para amigos? Colaborações premiadas celebradas no âmbito da Lava Jato revelaram como a Caixa foi usada para conceder empréstimos a grupos indicados por políticos mediante o pagamento de propina. A Caixa é usada ainda para financiar estados e municípios em períodos pré-eleitorais, para aquelas obras de última hora, que fazem vista, que dão votos às custas do equilíbrio fiscal desses entes nas gestões seguintes.

Por que razão mesmo existe a Caixa? Ou melhor, por que razão mesmo ela é mantida como empresa pública? O que faz ela como ente estatal que não poderia ser feito melhor como ente privado? Financiamento imobiliário? Todos os bancos operam no segmento, e a Caixa já não é a instituição com maior volume de empréstimos concedidos nem a que tem menor taxa de juros. Patrocínio de clubes de futebol?

O mesmo vale para o Banco do Brasil. Muito embora haja maior proteção contra a indicação de pessoas estranhas aos quadros do banco para os cargos diretivos, afinidades políticas ainda se fazem presentes nas indicações. Qual a necessidade para o país de manter dois bancos de varejo? Nenhuma. O que faz o Banco do Brasil que não pode ser feito por qualquer outro banco privado? Ou o que faz ele como banco estatal que

não poderia fazer melhor como instituição privada? Seus defensores costumam apontar o financiamento agrícola, esquecendo que o banco é apenas um agente operador da política pública de financiamento da agricultura, aliás um agente operador muito bem remunerado pelas tarifas cobradas de quem realmente é o responsável pelo financiamento subsidiado da safra agrícola, que é o Tesouro Nacional. Sem o Banco do Brasil como principal operador dessa política, todos os bancos poderiam operacionalizá-la sem maiores dificuldades.

### **Importância da reforma dos tribunais de contas**

A presença do Estado no sistema financeiro, com dois bancos de varejo de grande porte, não se justifica por nada. Deformam o mercado, produzem seleção adversa de clientes e produzem ineficiência. Esse é apenas um exemplo num setor específico. Muitos outros poderiam ser dados. Fato é que a quantidade de oportunidades de corrupção é diretamente proporcional ao tamanho do Estado e ao quanto ele interfere no ambiente econômico.

Ainda no campo das medidas legislativas, uma reforma dos Tribunais de Contas, com o fim das indicações políticas, impõe-se como medida fundamental para a prevenção e o combate à corrupção. Aliás, essa é uma das 70 medidas apresentadas pelo movimento Unidos Contra a Corrupção e uma das mais promissoras, com maior potencial de transformação da realidade.

Curioso notar como, até há bem pouco tempo, a sociedade brasileira mal sabia que existiam tribunais de contas. Menos pessoas ainda sabiam o que eles fazem ou podem fazer. Praticamente, apenas aqueles

que lidam com o controle da administração pública os conheçam. Mesmo no âmbito do Poder Judiciário, poucos são os magistrados com adequado conhecimento sobre o funcionamento e as competências desses órgãos de controle externo.

Com o advento da primeira emissão de um parecer pela rejeição das contas da presidente da República em mais de 70 anos, em razão das graves fraudes fiscais apontadas pelo Ministério Público de Contas e confirmadas por meio de auditoria do TCU, e com a consequência de este trabalho ter servido de base para o *impeachment* da presidente da República Dilma Rousseff, fato inegavelmente de elevada importância histórica, a sociedade brasileira descobriu que havia um tribunal de contas responsável por essa fiscalização e que junto a ele funcionava um Ministério Público especializado em contas públicas.

Em razão desse desconhecimento é que muitos ainda não se deram conta da verdadeira revolução no correto funcionamento da administração pública, especialmente nos municípios e órgãos estaduais, que pode ser promovida com uma adequada reforma dos tribunais de contas. Se os números da corrupção na esfera federal assustam, os valores agregados dos desvios de recursos públicos nas esferas estaduais e municipais podem ser ainda maiores.

Como órgãos constitucionalmente concebidos para o controle da legalidade na administração pública, os tribunais de contas constituem a primeira trincheira externa no combate à corrupção. Isto é, para além de mecanismos internos de prevenção em cada órgão ou entidade, o controle externo exercido pelos tribunais de contas é a primeira linha de combate à corrupção na administração pública.

Com sua capilaridade e com a capacidade técnica de seu corpo de auditores, conjugadas com o poder mandamental de suas decisões, os tribunais de contas são os órgãos do Estado com maior capacidade e vocação para atuar na prevenção à corrupção e na sua detecção precoce, a ensejar, na sequência, a ativação de órgãos com maiores poderes de investigação, como a polícia e o Ministério Público. Quando realizam ações de controle de forma inteligente, com seleção baseada em materialidade, risco e impacto, os tribunais de contas geram expectativa de controle nos gestores públicos.

A literatura aponta que atos de corrupção ocorrem quando presentes as variáveis de motivação, capacidade do agente, racionalização e oportunidade.

### **Interferência política nos tribunais de contas**

**A** expectativa de controle opera exatamente sobre a variável oportunidade. Expectativa de controle reduz a percepção de que há uma oportunidade para a corrupção. Se o agente público souber que seu ato tem probabilidade de ser descoberto pelo órgão de controle externo, há como consequência uma menor probabilidade de ele decidir praticar o ato. Se isso for conjugado com a expectativa de sofrer efetiva punição, na forma da lei, então haverá reduzida probabilidade de que a corrupção ocorra.

Daí ser muito importante que todos os tribunais de contas do país funcionem plenamente, exercendo com excelência suas competências constitucionais, o que não se tem verificado em razão da interferência política em sua composição. Não é razoável que órgãos com a missão constitucional de fiscalizar a administração pública,

com poderes de aplicar sanções, possam ter seus membros escolhidos por critérios políticos, em prejuízo da formação e da experiência técnica.

Nossa experiência histórica demonstra que a indicação política favorece a captura do órgão de controle pelo grupo político dominante, especialmente em estados em que se verifica o domínio de um grupo por largo período ou de forma muito intensa, o que produz órgãos de controle omissos ou lenientes com os governantes integrantes desse grupo, sem falar no risco de corrupção sempre presente no próprio órgão de controle, que não pode ser ignorado ou subestimado, como ilustra de forma emblemática a operação Quinto do Ouro, que levou ao afastamento de seis dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro por envolvimento em práticas de corrupção consistentes no recebimento de propina para não fiscalizar adequadamente as obras do governo do estado.

O critério de indicação política, seja no nível federal, seja no estadual, tem dado azo a diversas aberrações na composição dos tribunais de contas brasileiros. Conselheiros há sem nenhuma formação superior. Há outros com formação incompatível com o exigido, como veterinária, jornalismo, etc. Há ainda chocantes indicações de pessoas processadas por improbidade administrativa ou criminalmente, por crimes contra a administração, algumas até com condenação em segunda instância. Há até mesmo casos identificados de compra de vaga de conselheiro por meio de pagamento pela antecipação de aposentadoria, com prévio acerto político acerca de quem vai ocupar a cadeira de magistrado de contas. Por óbvio, quem se presta a pagar por uma cadeira de conselhei-

ro atuará para lograr retorno compensador para o seu criminoso investimento.

Em abril de 2014, o Senado da República estava prestes a indicar para compor o Tribunal de Contas da União um senador alvo de seis inquéritos no STF por condutas que poderiam configurar crimes contra a administração pública. Além disso, esse senador já ostentava condenação por improbidade administrativa em segunda instância.

Intensa reação da sociedade civil, das associações do Ministério Público de Contas e dos Auditores de Controle Externo, secundada, posteriormente, pelo próprio TCU, que sinalizou que negaria posse ao referido senador caso seu nome fosse indicado pelo Senado, resultou na desistência do senador-candidato. Algum tempo depois, já sem mandato e, portanto, sem o anteparo do foro privilegiado, passou a cumprir pena em Curitiba, após ser processado e condenado no âmbito da operação Lava Jato.

Destaca-se nesse relato o baixo nível de qualidade da indicação que o Senado estava a ponto de fazer para o principal órgão de controle das contas públicas brasileiras, apesar de ser amplamente conhecida a trajetória conturbada do senador, a revelar a visão deformada que a classe política tem dos tribunais de contas como órgãos em que esse tipo de indicação seria natural e aceitável.

### **Controle omissivo incentiva o desvio**

**P**olítica é veneno para os tribunais de contas. Em sua atuação, eles nada diferem, em necessidade de isenção e distanciamento da política, do Ministério Público ou do Poder Judiciário. Eliminar as indicações políticas é resgatar os tribunais de contas da captura política a que estão submetidos e promover um grande avanço na prevenção e combate à corrupção.

Não se deve subestimar o potencial dessa proposta. Assim como o controle atuante induz melhorias na administração, o oposto também ocorre. O controle omissivo, leniente ou corrompido incentiva o desvio e o mau uso do dinheiro público, porquanto aumenta a percepção da existência de oportunidades para a corrupção. Parece evidente a relação direta entre a profunda crise fiscal, financeira e moral que atingiu vários estados, como o Rio de Janeiro, e a atuação deficiente ou ausente dos respectivos tribunais de contas.

O momento pós-eleições será intenso em lutas para impedir retrocessos e em dificuldades para promover avanços na prevenção e no combate à corrupção. Apesar de todas as resistências, há razões para otimismo. Ninguém disse que seria fácil mudar toda uma cultura de convívio e naturalização da corrupção, de aceitação do "rouba, mas faz". São tantos os que se beneficiam da corrupção que seria mesmo improvável que não reagissem com vigor proporcional à magnitude de seus interesses contrariados ou postos em risco. O ex-ministro do STF Ayres Britto ensina que essa luta não será vencida por nocaute, mas por pontos, e exigirá de quem combate a corrupção resistência e resiliência.

Saber que o país poderia estar muito melhor em tantos aspectos causa indignação, mas sustenta também o desejo de mudança, porque mostra o quanto se tem a ganhar com esse combate e o quanto se deixará de ganhar se ele não ocorrer. Há muito em jogo. Todo o futuro de uma das maiores democracias do mundo está em jogo.

O político brasileiro era visto há até bem

pouco tempo como uma figura superior, inquestionável, merecedora de privilégios e da mais absoluta reverência. Já não é assim. Está cada vez mais próximo do que é de fato, um servidor público qualificado, importante para o país, que merece todo o respeito, mas que tem o dever de prestar contas permanentemente à sociedade daquilo que faz. Assim, o país está mais próximo de alcançar o modelo de democracia preconizado por Louis Brandeis, notável juiz da Suprema Corte norte-americana, que afirmava que "*o único título superior ao de presidente é o de cidadão*".

Condenações de personalidades que muito recentemente eram vistas como todo-poderosas, como a do ex-presidente da República, ex-presidentes da Câmara dos Deputados e ex-governadores, demonstram que a aplicação da lei, de forma republicana para todos, é não só factível, como também o único caminho aceitável para edificar um país decente.

Temos uma imprensa livre, requisito fundamental para uma democracia vibrante. A transparência dos gastos públicos tem aumentado. Organizações não governamentais de controle social têm sido criadas em diversos municípios brasileiros. Há um nítido despertar da cidadania para a importância do controle permanente do exercício do poder.

Sim, as mudanças estão em curso. Um novo Brasil está sendo construído por uma geração que já não aceita viver e conviver com a corrupção e com tudo o que ela traz de deletério para a economia, para as instituições, para a cidadania, para a democracia, enfim, para a vida digna que cada cidadão merece viver no país.

# Os Desafios da Implementação de Reformas Anticorrupção no Brasil

.....  
**FABIANO ANGÉLICO**  
**ANA LUIZA ARANHA**  
**MICHAEL FREITAS MOHALLEM**

## Introdução

**A** corrupção retira recursos do Estado, afetando políticas públicas em desfavor dos que mais necessitam de proteção. Não apenas a função social do Estado sofre com a corrupção. Ela também prejudica a economia, deturpando o am-

biente de negócios, premiando ineficiência, e prejudicando a concorrência e a busca por produtividade e inovação. Também sofre a política – dados indicam que a queda recente no apoio à democracia é concomitante com a explosão de casos de grande corrupção, em particular na América Latina.

Mesmo a segurança e a paz são ameaça-

.....  
FABIANO ANGÉLICO é consultor e pesquisador, atua há 10 anos em temas ligados à transparência e integridade. Mestre em Administração Pública e Governo (Fundação Getúlio Vargas de São Paulo), tem especialização em Transparência, *Accountability* e Combate à Corrupção (Universidade do Chile) e graduação em jornalismo. É autor do livro "Lei de Acesso à Informação: reforço ao controle democrático" (2015) e de vários estudos técnicos, artigos, e capítulos de livros sobre transparência e integridade. Comandou a área de promoção da integridade da Controladoria Geral do Município de São Paulo, implementando políticas de acesso à informação e controle social para toda administração municipal, o que levou a prefeitura de São Paulo a ser escolhida pela Open Government Partnership -- plataforma global de governo aberto -- como um dos 15 governos locais, em todo o mundo, participantes do Sub-national Government Pilot Program. Já prestou serviços para organizações como Banco Mundial, Unesco, Controladoria Geral da União, Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). É consultor sênior da Transparência Internacional no Brasil.

ANA LUIZA ARANHA é doutora (2015) e mestre (2011) em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Centro de Política e Economia do Setor Público (Cepesp)

e professora na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Colabora com institutos de pesquisa internacionais como a Transparency International (Alemanha) e International Anti-Corruption Academy (Áustria). Consultora da Transparência Internacional Brasil para o desenvolvimento do seu Centro de Conhecimento Anticorrupção. Foi bolsista do Programa Cátedras Brasil da Escola Nacional de Administração Pública (2017-2018) e pesquisadora visitante do Centre for the Study of Democratic Institutions, da University of British Columbia (Canadá). Ganhadora do prêmio nacional Construindo a Igualdade de Gênero (2010) e da competição internacional "Youth Research Edge Competition" para apresentar o artigo "A map of corruption control flux" no Global Anti-Corruption and Integrity Forum da OCDE (2018). Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela UFMG (2008) e certificada em gestão de projetos pela University of British Columbia (2016). Tem experiência na área de Ciência Política, Corrupção, *Accountability*, Administração Pública, Instituições Políticas, Democracia, Descentralização, Governo Local, Gênero, Educação e Direitos Humanos.

MICHAEL FREITAS MOHALLEM é coordenador do Centro de Justiça e Sociedade e professor da FGV Direito Rio, onde leciona as disciplinas "Formação das Leis: Poder Legislativo, Lobby e Ativismo Social" e "Direitos Humanos". Foi diretor no Brasil da organização de ativismo e advocacy Avaaz.

das pela corrupção. O Conselho de Segurança das Nações Unidas fez em 2018 sua primeira sessão, na história, sobre as conexões entre corrupção e conflitos. Na ocasião, o secretário-geral da ONU, António Guterres, vinculou a corrupção a formas de instabilidade e violência, tais como tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas. Guterres ressaltou pesquisas conduzidas pela Unodc – braço das Nações Unidas para Drogas e Crimes – as quais apontam que o pagamento de suborno a funcionários públicos é particularmente alto em áreas afetadas por conflitos<sup>1</sup>.

Dado o impacto e a gravidade da corrupção em várias áreas da vida social, econômica e política dos diversos países e no mundo, impõe-se o questionamento: como controlar esse fenômeno? O que já se tentou no mundo e no Brasil? A partir dessas experiências, o novo governo brasileiro, responsável por conduzir os destinos do país entre 2019 e 2022, tem condições de implementar uma agenda de reformas de modo a aprimorar de maneira vigorosa a prevenção, detecção e o combate à corrupção?

O presente artigo busca explorar essas questões.

Começamos com uma breve descrição do fenômeno da corrupção, apresentando três tipologias. Em seguida, apresentamos brevemente experiências de reforma anticorrupção em cinco territórios (Grécia, Iraque, México, Ucrânia e União Europeia). Na seção seguinte, apresentamos a construção das Novas Medidas contra a Corrupção, pacote de 70 propostas construídas por diversos profissionais no Brasil, pessoas e entidades com distintas visões e formações. Por fim, apresentamos possíveis estratégias

.....  
1 “Pervasive corruption costs \$2.6 trillion; disproportionately affects ‘poor and vulnerable’ says UN chief, disponível em <https://news.un.org/en/story/2018/09/1018892>

para impulsionar a discussão dessa reforma anticorrupção no Congresso Nacional.

## 1. Definições de corrupção: pequena, grande e política

A Transparência Internacional define corrupção como “o abuso do poder confiado para ganhos privados”<sup>2</sup>. Isto é, a corrupção ocorre quando alguém (funcionário público ou não) abusa de um poder que lhe foi dado para auferir ganhos pessoais. Existem, ainda, classificações deste fenômeno.

A pequena corrupção (“petty corruption”) é definida como o abuso cotidiano de poder por parte de funcionários públicos em suas interações com cidadãos comuns, na tentativa destes de acessar serviços públicos em lugares como hospitais, escolas, delegacias de polícia ou outros órgãos e equipamentos públicos<sup>3</sup>. No fenômeno da pequena corrupção, em geral as vantagens auferidas pelo servidor público são menos vultuosas, e os ganhos do corruptor são imediatos e não recorrentes, como a priorização, naquela circunstância e data, em uma fila de atendimento.

Já a grande corrupção envolve atores bem diferentes. Ela é definida como o abuso de poder em alto nível que beneficia poucos às custas de muitos e causa danos graves e difusos a diversos indivíduos e à sociedade<sup>4</sup>. Os crimes da grande corrupção

.....  
2 Transparency International – Anti-corruption Glossary: Corruption, disponível em <https://www.transparency.org/glossary/term/corruption>

3 Transparency International – Anti-corruption Glossary: Petty Corruption, disponível em [https://www.transparency.org/glossary/term/petty\\_corruption](https://www.transparency.org/glossary/term/petty_corruption)

4 Transparency International – Anti-corruption Glossary: Grand Corruption, disponível em [https://www.transparency.org/glossary/term/grand\\_corruption](https://www.transparency.org/glossary/term/grand_corruption)

envolvem altas quantias e geralmente permanecem impunes. Aqui, o fenômeno se refere a grandes obras, grandes empresas, movimentações milionárias ou bilionárias, com uso de empresas *offshore* e sofisticados mecanismos de lavagem de dinheiro.

Pode-se categorizar, ainda, a corrupção como corrupção política. Esta seria a manipulação de políticas públicas, instituições e regras de procedimento na alocação de recursos e financiamento por parte de lideranças políticas e tomadores de decisão, os quais abusam de suas posições para sustentar seu poder, status e riqueza<sup>5</sup>.

Por evidente, atos de corrupção específicos podem se enquadrar em mais de uma das categorias acima. Tome-se, por exemplo, a corrupção sistêmica revelada pelas recentes operações e investigações no Brasil, com destaque para a Lava Jato: revelou-se ali um esquema que reúne elementos da grande corrupção e da corrupção política.

Em síntese, o esquema identificado pelos investigadores na Petrobras, por exemplo, envolvia partidos, altas lideranças políticas, altos funcionários da estatal, grandes empreiteiras e profissionais da lavagem de dinheiro. E consistia em favorecer empresas, por meio de tomadores de decisão em alta posição na estatal. As empresas devolviam o favorecimento por meio de recursos, destinados tanto a políticos e a partidos políticos responsáveis pela indicação daquele alto funcionário da estatal como aos próprios funcionários. De forma a fazer chegar ao destinatário esse recurso indevido, empregavam-se doleiros e outros serviços de camuflagem de origem e destino do dinheiro.

Nesse esquema tem-se corrupção política e grande corrupção. Uma porque mani-

5 Transparency International – Anti-corruption Glossary: Political Corruption, disponível em [https://www.transparency.org/glossary/term/political\\_corruption](https://www.transparency.org/glossary/term/political_corruption)

pula procedimentos e políticas por meio de tomada de decisão que favorece lideranças políticas e altos funcionários de estatais, que se valem de suas posições para benefícios próprios. O líder político abusa de sua posição para influenciar na nomeação de altos funcionários que atendam a seus interesses. O alto funcionário nomeado abusa de sua posição para direcionar licitações e compras públicas, favorecendo empresas que lhe darão retorno. E, nesse caso, como se trata de quantias vultosas e de esquemas que favorecem poucos às custas de muitos, pode-se dizer que se trata de “grande corrupção”.

Mas, e a "petty corruption"? Como ela se manifesta e é percebida no Brasil? O Barômetro Global da Corrupção, maior pesquisa realizada no mundo sobre experiências pessoais com o fenômeno da corrupção, trouxe dados interessantes em relação à pequena corrupção no Brasil.

A pesquisa mais recente, publicada em outubro de 2017, entrevistou 22 mil pessoas em 20 países da América Latina e do Caribe. Especificamente no item sobre experiências de corrupção para acessar serviços públicos, apenas 11% dos brasileiros afirmaram que, sim, tiveram que pagar propina ou dar algum benefício indevido a um funcionário para ter acesso a serviços públicos<sup>6</sup>. É a segunda menor taxa da América Latina (à frente, apenas da pequena Trinidad e Tobago, com 6%). Isto é, 89% dos brasileiros – a base é a população de entrevistados que tiveram acesso a serviços públicos nos últimos 12 meses – puderam acessar serviços públicos sem precisar pagar propina.

A partir das categorias de corrupção aqui descritas e da percepção de que a grande cor-

6 Brasileiro é quem menos paga 'propinas do dia a dia' na América Latina, diz ONG. Disponível em <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-10-09/brasileiro-menos-corrup-to-latinos.html>

rupção e a corrupção política são fenômenos muito presentes no Brasil e altamente deletérios à nossa política e à nossa economia – muito mais do que a pequena corrupção – tem-se que é urgente a elaboração e implementação de políticas públicas robustas, que venham a promover adequadamente a prevenção e o combate à corrupção no Brasil.

Uma vez que o problema envolve formas de controlar não a pequena quantia ao guarda para evitar uma multa de trânsito, mas sim os abusos do alto poder político e econômico, resulta que é crucial desenhar políticas públicas vigorosas, ancoradas em leis e instituições fortes e com adequado "enforcement". Políticas, normas e instituições que possam resistir à força de seus oponentes.

## 2. Reformas anticorrupção ao redor do mundo

A necessidade de implementação de uma Agenda anticorrupção nos leva à pergunta: como avançar nessa agenda legislativa? Quais fatores bloqueiam ou facilitam a aprovação de pacotes de reforma institucional na direção de Estados mais responsáveis e responsivos e de sociedades mais fortes e livres para pressionar seus representantes? Se olharmos para as experiências recentes de aprovação de pacotes de legislação anticorrupção, podemos aproveitá-las para aprender quais variáveis precisamos levar em conta nessa empreitada.

O estudo produzido pela Transparência Internacional sobre o assunto – Overview of National Approaches to Anti-Corruption Packages<sup>7</sup> – trata de cinco tentativas de re-

7 OLDFIELD, Jackson. Overview of National Approaches to Anti-corruption Packages, 2017, disponível em <<https://knowledgehub.transparency.org/helpdesk/overview-of-national-approaches-to-anti-corruption-packages>> acesso em 14/09/2018.

formas anticorrupção: México, Ucrânia, Grécia, Iraque e União Europeia. Abordar o problema da corrupção pela via de reformas sistêmicas foi a saída buscada por esses cinco territórios, com graus diferentes de sucesso. Todos adotaram a estratégia de enfrentar o problema através de pacotes de reformas amplos (tocando tanto na corrupção pequena, como na grande na e política). Esses pacotes são muito mais do que simplesmente legislações anticorrupção, podendo ser considerados como parte de uma ampla política pública anticorrupção, que objetiva mudar a estrutura legal, tocando em pontos econômicos, políticos e institucionais.<sup>8</sup>

De acordo com o Banco Mundial<sup>9</sup>, esse tipo de abordagem – reformas através de pacotes anticorrupção – deve incluir ao menos referência a sete indicadores. No primeiro, políticas econômicas, deve-se coibir o uso de regulações que proveem oportunidades para a corrupção, como a transparência nos processos de privatização. No indicador sociedade civil, os cidadãos devem ser chamados a ser parte do processo, com acesso a informações que permitam a sua participação empoderada e plena. A liderança política é outro fator-chave, que deve demonstrar seu comprometimento com a pauta anticorrupção através de regulação de conflitos de interesse e de transparência financeira. Os servidores públicos devem ser nomeados meritocraticamente,

8 Khan, M. H. 2006. Governance and Anti-Corruption Reforms in Developing Countries: Policies, Evidence and Ways Forward. G-24 Discussion Paper Series. United Nations Conference on Trade and Development. Acessado 9 Set. 2018 [http://eprints.soas.ac.uk/9920/1/UNCTAD\\_GDS\\_MDPB\\_G24\\_2006\\_4.pdf](http://eprints.soas.ac.uk/9920/1/UNCTAD_GDS_MDPB_G24_2006_4.pdf)

9 Kaufmann et al. 1998. Fighting Systemic Corruption: Foundations for Institutional Reform (Draft). World Bank Institute Governance Team. Acessado 9 Set. 2018 [http://siteresources.worldbank.org/INTWBIGOVANTCOR/Resources/1740479-1149112210081/2604389-1149112222692/norway\\_paper1.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTWBIGOVANTCOR/Resources/1740479-1149112210081/2604389-1149112222692/norway_paper1.pdf)

com sistemas de monitoramento de desempenho e devolutivas dos usuários de serviços públicos. Controles financeiros devem ser fortalecidos, com sistemas de contratações competitivos, públicos, e um sistema de controle externo fortalecido. Ainda são necessárias reformas institucionais, que incluam setores-chave como educação e saúde. E, claro, medidas legais e judiciais, para fortalecer a independência necessária nos julgamentos dos casos de corrupção e medidas para que as próprias instituições de controle sejam submetidas a freios e contrapesos. Isso significa que estas últimas medidas, apesar de serem o que primeiro nos vem à cabeça quando pensamos em medidas anticorrupção, são apenas a ponta de uma abordagem ampla. Judiciário independente e instituições de controle fortalecidas são condições necessárias, mas não suficientes para que um pacote de reformas tenha, de fato, uma abordagem holística.

Dessa forma, fica claro que o debate sobre reformas anticorrupção não pode ficar completamente concentrado em medidas punitivas. Elas são importantes, sem dúvida, mas estão embebidas em um contexto social que toma a corrupção como a norma – e não como um problema. As reformas também têm que abordar esse ponto. No mais recente encontro da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) sobre essa temática – Global Anti-Corruption and Integrity Forum – foi ressaltado o enorme problema em se colocar como ator central de reformas anticorrupção “super-humanos” éticos.<sup>10</sup> Nas reformas, não po-

10 OECD, ‘Ethical superhumans? Behavioural Insights for Integrity. Disponível em <http://www.oecd.org/gov/ethics/behavioural-insights-for-public-integrity-9789264297067-en.htm>

demos contar, ainda que bem-vindos, com funcionários e cidadãos super éticos e íntegros. É preciso estarmos atentos ao papel da ética comportamental e como resultados de experimentos e pesquisas podem contribuir para o desenho de políticas públicas anticorrupção – fatores como sanções, linguagem, pressão e recompensas.

Voltando aos cinco territórios em questão, alguns fatores foram essenciais para o sucesso das reformas pretendidas: liderança política, coalizões fortes que pressionaram o processo, impedindo o abandono das reformas e uma abordagem baseada em dados – que se preocupa em entender como a corrupção ocorre e em quais pontos é necessário mudar. No México e na Ucrânia, foi essencial o papel forte da sociedade civil local em iniciar o processo e reforçar a vontade política quando esta ameaçava enfraquecer. Do outro lado, na Grécia e na União Europeia, com a fraca adesão e participação da sociedade civil, as reformas foram apenas parcialmente bem-sucedidas. No Iraque, manobras políticas e a captura das reformas para outros propósitos políticos impediram o avanço do pacote.

A forte participação da sociedade civil nos esforços para se sair de ciclos viciosos de corrupção também é ressaltada pela pesquisadora Alina Mungiu-Pippidi.<sup>11</sup> De acordo com ela, as reformas anticorrupção levadas a cabo nos países em desenvolvimento em geral falham porque não são reformas políticas. Falham em perceber que a corrupção é parte de uma certa forma de governar, de uma certa organização social, viciada em regras não universalistas e formas particularistas de resolução de conflitos.

11 Mungiu-Pippidi, Alina. 2006. Corruption: Diagnosis and Treatment. *Journal of Democracy*, Volume 17, Number 3 July.

tos. Especialmente nesses países, é preciso atacar as causas da corrupção, que estão intrinsecamente conectadas com a distribuição de poder e de bens públicos de forma particularizada.

Nesse cenário, a autora propõe quatro eixos necessários para que as reformas contra o particularismo sejam bem-sucedidas: i) a formação de uma coalizão forte, envolvendo diversos atores da sociedade que perdem com a corrupção e também os atores políticos – qualquer reforma ou mudança estrutural funciona melhor quando os grupos atingidos têm consciência e veem as consequências negativas da corrupção --; ii) a institucionalização de normas universalistas, sendo preciso acordar critérios mínimos de justiça e integridade, amplamente debatidos e com decisão consensual; iii) estabelecer uma armadura institucional que pode ser usada pela sociedade civil para conseguir manter a supervisão sobre os detentores do poder – aqui, reformas institucionais envolvendo a publicidade de bens e interesses de políticos, funcionários públicos e magistrados, por exemplo; e iv) por último, mas não menos importante, é necessário criar incentivos para que os atores se comportem de maneira “limpa”, através de forte monitoramento público, especialmente durante períodos eleitorais.

O período vivido pelo Brasil agora, com ênfase na ruptura social e política causada pela Lava Jato, oferece uma janela de oportunidades para combatermos o particularismo e levarmos a sério a tarefa de uma reforma anticorrupção abrangente. Com essa preocupação em vista, setores da sociedade civil criaram um amplo pacote anticorrupção que fez parte dos debates eleitorais de 2018 e deverá pautar a atuação do Congresso Nacional na próxima legislatura em re-

lação a essa agenda de reformas institucionais e normativas.

### 3. As novas medidas contra a corrupção

As Novas Medidas contra a Corrupção são um conjunto de 70 projetos de lei, propostas de emenda constitucional e resoluções que oferece uma resposta sistêmica para a corrupção no Brasil – segundo a Transparência Internacional é o maior pacote de medidas anticorrupção já produzido no mundo.<sup>12</sup>

Porém, antes que fossem organizadas como um pacote de medidas, fez-se a avaliação do quadro normativo e institucional brasileiro para que ficasse claro se o caminho mais adequado a seguir seria o de novos instrumentos legais, particularmente considerando as leis aprovadas na última década, voltadas ao combate à corrupção, transparência e inelegibilidades. Embora não tenham tramitado no Congresso Nacional de forma unificada, foram importantes inovações jurídicas, esparsamente aprovadas, cujos efeitos são notados diretamente nos dias de hoje.

Destacam-se a Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), que regulamentou a versão atual da colaboração premiada; a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010), que vem impedindo a participação nas eleições de condenados por alguns crimes em instância colegiada; a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) que estabelece a possibilidade de responsabilização de pessoas jurídicas nos âmbitos

.....  
12 O documento "já é considerado o maior pacote anticorrupção do mundo". *Transparência Internacional lança 70 medidas legislativas contra a corrupção*. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,transparencia-internacional-lanca-70-medidas-legislativas-contra-a-corrupcao,70002339213>, acesso em 14/09/2018.

civil e administrativo; e a Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), que cria a transparência ativa e passiva para órgãos públicos. Como se percebe, “múltiplas são as legislações adotadas ao longo dos últimos anos que têm impacto no combate à corrupção. Essa multiplicidade, entretanto, não é sinônimo de eficácia”.<sup>13</sup>

As legislações mais relevantes no combate à corrupção vêm sendo testadas nos tribunais e na aplicação diária pelos órgãos de investigação, levando-nos à percepção que é necessária uma nova geração de normas. Por um lado, o próprio sucesso de regras matriciais como a de acesso à informação criou a perspectiva de que outros órgãos passem a se pautar pela transparência ampla sobre a atuação de interesse público. Por outro lado, percebeu-se que ainda havia inúmeras áreas de intersecção das esferas pública e privada que estavam fora do alcance de medidas de prevenção da corrupção, como as regras de financiamento político e o *lobby*, para citar apenas duas. Mas, não apenas nos pontos de imbricação entre público e privado, como também o universo exclusivamente privado, tradicionalmente no Brasil deixado de fora dos olhares fiscalizadores do Estado, como a hipótese ainda não existente da corrupção praticada entre entes privados.

Partindo desse diagnóstico, a Transparência Internacional e as escolas de direito da Fundação Getúlio Vargas buscaram construir as Novas Medidas contra a Corrupção desde um processo que incluísse a sociedade civil. O processo desenvolveu-se em cinco etapas:

13 MOHALLEM, Michael; RAGAZZO, Carlos. Diagnóstico institucional: primeiros passos para um plano nacional anticorrupção. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10438/18167>>, acesso em 14/09/2018, p. 69

Primeiramente, buscaram-se boas práticas e experiência inovadoras em países com bom retrospecto no combate à corrupção, bem como o guia fornecido pelas principais convenções internacionais anticorrupção das quais o Brasil faz parte. Já na segunda etapa, foram convidados mais de 300 órgãos públicos, organizações não governamentais, instituições educacionais, instituições religiosas, associações comerciais e conselhos de classe. O propósito era que as instituições enviassem propostas legislativas ou ideias que pudessem se converter em bons anteprojeto de lei.

Na terceira etapa foram convidados os principais especialistas em cada um dos subtemas abarcados nas propostas inicialmente apresentadas pelas instituições. Ao final, foram mais de 200 colaboradores especialistas, entre advogados, juizes, procuradores, servidores públicos e acadêmicos, responsáveis por transformar as ideias apresentadas em proposições legislativas. A quarta etapa buscou tanto qualificar tecnicamente as propostas – ou vetá-las, quando o caso – como também passar cada proposta pelo crivo e pela opinião de outro especialista na matéria em questão. A revisão por pares – dois revisores ou mais por cada minuta – deu pluralidade ao conjunto de propostas e eliminou algumas propostas controversas, sobre as quais concluiu-se que poderiam suprimir direitos.

A quinta e última etapa foi uma consulta pública, em portal adequado ao processo de edição de projetos de lei, onde quase mil pessoas manifestaram-se pela supressão, adição, alteração ou concordância com os anteprojeto de lei. Esta consulta foi realizada por meio da plataforma Wikilegis, no site <http://novasmedidas.transparenciainternacional.org.br>. Ao final de todas as eta-

pas, passaram a compor o pacote 70 medidas, divididas em 12 blocos temáticos.<sup>14</sup>

As Novas Medidas encaram a corrupção como um problema social sistêmico, multifacetado e dinâmico, que deve ser tratado com um marco legal adequado, políticas públicas e participação social em diferentes frentes e de modo permanente. Para que o esforço anticorrupção feito por meio desta iniciativa possa prosseguir de modo institucional, as Novas Medidas propõem a criação de um Sistema Nacional de Combate à Corrupção e Controle Social, além de um Conselho de Estado, que permitirão a contínua formulação de políticas públicas anticorrupção, com a essencial participação da sociedade. Some-se a isso que as contratações públicas de todo país, área sensível à prática de corrupção, passarão a ter seus dados reunidos em uma única plataforma eletrônica acessível a todo cidadão, ampliando não só a competitividade, mas também a transparência e o controle social.

A participação social é, aliás, um ponto forte do pacote. A criação de leis de iniciativa popular é facilitada, desenvolve-se o processo legislativo participativo, amplia-se o acesso à informação e cria-se uma política nacional de dados abertos. Também são avançados canais diretos de denúncia e controle social, por meio da proteção do reportante de suspeita de irregularidades (*whistleblower*) e do aperfeiçoamento da ação popular.

São oferecidas também propostas concretas no sentido de prevenir a corrupção. A partir da compreensão de que o excesso de entraves multiplica as oportunidades para o

desenvolvimento de esquemas de corrupção, cria-se uma política de desburocratização do Estado. Pretende-se também limitar a circulação de dinheiro em espécie, já que esse tipo de operação – não rastreável – é utilizada com frequência para o pagamento de propina. Aumentar a transparência do beneficiário final é outra forma de se eliminar os mecanismos, como as empresas-laranja, por meio dos quais aqueles esquemas se materializam.

Um dos principais canais de participação da sociedade no governo, aliás, são os partidos políticos. Contudo, os sistemas partidário e eleitoral têm tido sua legitimidade erodida pela corrupção, minando a representatividade. A fim de contribuir para maior integridade nessas áreas, são propostas medidas que promovem transparência e responsabilidade dos partidos, assim como democracia partidária. Entre as sugestões, está a responsabilização dos partidos políticos que se envolvem com corrupção, de modo similar ao que acontece, hoje, em relação a outras pessoas jurídicas de direito privado. São feitas também alterações na lei eleitoral para torná-la mais efetiva, deveres da lei de lavagem são estendidos a partidos políticos e a prática do caixa dois é criminalizada de modo mais amplo e efetivo do que na legislação atual.

Além disso, a iniciativa amplia a responsabilização dos agentes públicos. Nesse aspecto, promove uma redução drástica do foro privilegiado, que acaba servindo de proteção a poderosos que se envolvem em crimes. Essa tem sido uma das principais reivindicações da sociedade nos últimos anos. Diante da evolução histórica e amadurecimento da democracia brasileira, propõe-se a extinção da imunidade parlamentar contra prisão, que pode ser detur-

.....  
14 MOHALEM, Michael Freitas; BRANDÃO, Bruno [et al.] Novas medidas contra a corrupção, Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2018.

pada, como já foi, numa proteção à corrupção institucionalizada. No atual contexto, o tratamento privilegiado não se justifica mais, devendo imperar a igualdade. Ainda, promove-se a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos, medida recomendada por convenções internacionais da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

Ao mesmo tempo em que se amplia a possibilidade de responsabilização de agentes públicos corruptos, são estabelecidas medidas de integridade no setor privado. Para promover maior integridade no mercado, propõe-se a regulamentação do *lobby*. Além disso, são criados incentivos para programas de *compliance*, os quais passam a ser exigidos de empresas que pretendam celebrar contratos públicos de valor superior a R\$ 30 milhões, o que é uma proposta que nasceu no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), a qual conta com mais de 80 órgãos e entidades participantes. Permite-se também que empresas resgatem bônus e incentivos pagos a executivos que venham a se envolver com corrupção. Reconhecendo que corrupção pública e privada têm importante relação, pessoas físicas e jurídicas passam a ser passíveis de punição por atos de corrupção privada.

Outra pauta relevante da sociedade é a melhoria dos critérios de seleção de agentes públicos, seja para garantir maior imparcialidade e independência em relação ao poder político, seja para proporcionar melhores quadros de servidores, seja para vedar o ingresso de fichas sujas no serviço público em geral. Dentro desse escopo, propõem-se critérios para seleção de ministros dos Tribunais de Contas e se promove maior

transparência na escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, abrindo-se a possibilidade de que a sociedade avalie os nomes antes de sua nomeação. Na mesma linha, aperfeiçoa-se a escolha de juizes de Tribunais Eleitorais. Estabelece-se um processo seletivo para a escolha de ocupantes de cargos em comissão e se estende a Lei da Ficha Limpa para todo o serviço público. São ampliadas também as garantias de imparcialidade e independência de órgãos bastante relevantes no combate à corrupção, a Controladoria-Geral da União e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A iniciativa aprimora também medidas de investigação. Como o dinheiro da corrupção cada vez mais é lavado através de fronteiras, são fortalecidos instrumentos de cooperação jurídica internacional e se facilita a criação de Equipes Conjuntas de Investigação. Sugere-se a introdução em nosso Direito da *unexplained wealth order*, que é um procedimento judicial em que se requer explicação sobre possível riqueza incompatível na posse de Pessoa Politicamente Exposta (PEPs) ou de pessoas vinculadas a atividades criminosas. São aperfeiçoados, ainda, os acordos de leniência da Lei Anticorrupção e da Lei de Improbidade, um instrumento de investigação que se revelou da maior importância em operações recentes. É resolvido também um problema enfrentado em diversas investigações quando surgem evidências do envolvimento nos crimes de pessoas que têm foro privilegiado. Hoje, as investigações são suspensas e ficam sujeitas a futuro desmembramento pelo Supremo Tribunal Federal ou Tribunal competente, o que pode atrasar por meses ou anos a continuidade da apuração na primeira instância. Propõe-se, seguindo a lógica da jurisprudência do próprio Supremo,

que as investigações sigam em relação às pessoas que não têm foro especial, remetendo-se cópia dos autos para o Tribunal, que poderá, se for o caso, avocar os autos.

A impunidade e os privilégios de poderosos são um fenômeno largamente reconhecido pela literatura especializada brasileira e diversos autores a apontam como uma das principais causas da corrupção sistêmica. Entre os fatores que contribuem para a impunidade está o asoeramento de feitos criminais que poderiam ser arquivados, por ter menor perspectiva de resultado social útil, ou ser objeto de acordo. Propõem-se, assim, a ampliação da possibilidade de arquivamento, com o devido controle, e a possibilidade de acordo penal, de medidas que contribuem também para evitar a resposta penal quando é desnecessária e, inclusive, para restringir o encarceramento, ampliando-se a possibilidade de prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica.

#### **4. Os caminhos para a deliberação das Novas Medidas pelo Congresso Nacional**

Superada a etapa pré-legislativa, o pacote de novas medidas será apresentado aos parlamentares. Há diversas formas de conduzir a etapa de debates no Congresso Nacional, e as estratégias escolhidas podem influenciar tanto no tempo de tramitação quanto no conteúdo eventualmente aprovado.

A primeira questão a ser considerada é a forma de introduzir as medidas no processo legislativo. Para transformar os anteprojetos em projetos de lei, será necessário que sejam apresentados na Câmara dos Deputados por quem tenha a prerrogativa de iniciar o processo legislativo. Essa via poderia ser a iniciativa popular, mas dependeria do

enorme esforço de coleta de assinaturas. Como o propósito é que na próxima legislatura o processo de debate e deliberação, a ser iniciado em 2019 avance desde o começo, outra opção deve ser buscada. Os projetos poderiam também iniciar sua formalização nas casas legislativas por meio das comissões de legislação participativa.

Além da via de iniciativa participativa de projetos de lei, poderiam ser tentados os caminhos de iniciativa parlamentar ou de comissões. No caso de que sejam iniciadas por parlamentares, as autorias das iniciativas poderiam ser tanto lideradas por diferentes autores, com boa reputação relacionada à agenda de combate à corrupção, quanto por um grupo pequeno de coautores para todas as medidas. A primeira opção – diversos iniciadores – traria incentivos aos autores e respectivos partidos para que direcionassem esforços pela aprovação, mas poderia fragmentar o pacote de modo que algumas iniciativas tramitassem mais rapidamente do que outras em razão do prestígio e da capacidade de articulação de alguns parlamentares.

Uma vez definida a autoria, a questão a ser considerada é a estratégia de tramitação. A primeira possibilidade é a tramitação do pacote de forma unificada. Esta opção tem a vantagem de possibilitar que uma única comissão especial da Câmara dos Deputados se debruce sobre o conteúdo e o análise de forma integrada, tratando as medidas como um pacote de reformas. Como resultado dos trabalhos da comissão, poderia haver um único projeto que unificasse as versões consolidadas das medidas após o debate na comissão, ou ainda um parecer único sobre todas. Mas, a opção pela tramitação em bloco elevaria o risco de que muitas medidas fossem rejeitadas.

Quando um conjunto de medidas legislativas é debatido em bloco, os parlamentares são direcionados a deliberar sobre a totalidade de projetos. Caso alguns projetos não sejam integralmente apoiados por parte dos partidos – o que pode ser reflexo de discordância ou de mera incompreensão –, haverá rejeição das partes em que não há acordo. Ademais, como se trata de um pacote muito extenso, ainda que muitos projetos não sejam aprovados, é possível que se entenda que ainda há um pacote de porte razoável, aumentando, assim, as possibilidades de rejeição.

Outra possibilidade seria buscar a tramitação das medidas de forma desagregada, e, assim, permitir que os projetos adquiram vida própria, de modo independente uns dos outros. Essa opção teria a grande vantagem de preservar os projetos que ainda não estiverem amadurecidos no debate político – e, portanto, prontos para a votação – para o

momento certo. Neste contexto, o momento ideal de deliberação de cada projeto poderia ocorrer quando um fato notório ou uma notícia relevante sobre o tema do qual trata respectivo projeto ganhasse atenção nacional. O método também teria vulnerabilidades. A mais importante é que, ao ser desmembrado, o pacote perderia força política e poderia ter partes esquecidas ou logo arquivadas nas casas do Congresso Nacional.

## **Conclusão**

**N**a sessão do Conselho de Segurança da ONU sobre as conexões entre corrupção e conflitos, em setembro de 2018, o secretário-geral da ONU, António Guterres, citou dados do Fórum Econômico Mundial, com estimativas de que a corrupção custa, globalmente, US\$ 2,6 trilhões ao ano ou 5% do Produto Interno Bruto mundial, e ressaltou ainda que, segundo dados

do Banco Mundial, empresas e indivíduos pagam anualmente mais de US\$ 1 trilhão em suborno.

Mas, o impacto da corrupção, como se mencionou neste artigo, não se restringe às perdas econômicas. O papel do Estado como regulador e provedor de proteção social fica claramente disfuncional em contextos de corrupção. E toda essa disfuncionalidade, com relevantes perdas econômicas e sociais, afeta profundamente a confiança na democracia, chegando ao limite de fortalecer grupos que flertam abertamente com o autoritarismo.

Assim, a concertação política que vier a conduzir o Brasil a partir de janeiro de 2019 deve ter, na prevenção e no combate à corrupção, uma de suas agendas centrais. Caso mobilize capital político no esforço de aprovação de um pacote de reformas anticorrupção, o novo governo terá apoio popular na empreitada, além de contar com

um conjunto já mobilizado de especialistas e entidades da sociedade civil que poderão fornecer subsídios ao debate no Parlamento. E, caso tenha êxito na aprovação de uma vigorosa reforma para prevenir e sancionar atos de corrupção, o novo governo liberará recursos do Estado e da iniciativa privada para promover a paz social e o desenvolvimento econômico.

A corrupção e seu combate levaram o Brasil a uma situação de profunda crise política e social. A frágil democracia brasileira também vem sofrendo pesadamente por conta dos crimes cometidos contra a administração pública e pelo vigoroso enfrentamento a essa corrupção empreendido por órgãos do sistema de Justiça, desarranjando o sistema político.

A agenda anticorrupção se impõe. Mas, desta vez, o novo governo vale-se da fortuna de ter à sua disposição conhecimentos e ferramentais. Vamos ver se terá a *virtú*.

# Choque Cultural: um Filósofo Desembarca na Corte

(Resenha de R. Janine, “A Pátria Educadora em Colapso”<sup>1</sup>)

.....

CLAUDIO DE MOURA CASTRO

**M**aybury-Lewis meteu-se no Araguaia para estudar os Xavantes. Levi-Strauss, além dos índios, descreveu os intelectuais de São Paulo. Agora é a vez de um intelectual de São Paulo ir à Corte e perpetrar um livro com suas impressões.

Conviveu com a Corte de Brasília por haver sido ministro da Educação, no governo Dilma. É um livro escrito por um intelectual, guindado subitamente a uma posição que não esperava. Levou para lá sua inteligência, sua cultura filosófica e nas humanidades. Mas, embarcou para Brasília ignorante dos bastidores do poder. Independentemente de outros méritos, impõe-se a honestidade e a espontaneidade da sua descrição de como funciona Brasília.

Poucos intelectuais viram ministros. E ainda menos descrevem as surpresas que os

esperam. É mais do que surpresa, é um choque cultural. O livro revela a visão de fora, por quem passou a ser de dentro. É muito diferente de um político velho escrevendo as suas memórias. São olhos que veem coisas diferentes.

Para entender as reações de Janine ao que encontra, é preciso delinear seu perfil político. E, como os assuntos tratados são particularmente delicados, o próprio autor da resenha precisa se explicar, pois não há como comentar sem trair suas persuasões. Sou de centro-direita, pendulando entre o liberalismo e os imperativos de equidade. Mas, desalinhado de partidos e palavras de ordem, tendo mais para o herético. Já nos comentários sobre a economia, revelo a minha formação de base, em uma linha bastante clássica.

Janine se reconhece de esquerda, o que quer que isso signifique. Pelo que conheço dele e pelo que escreve, ser de esquerda é colocar em primeiro plano os temas de equidade. Ou para G. Steiner, uma insatisfação crônica com o *status quo*. O oposto seria um liberal, mais preocupado com liberdades e direitos individuais.

Até aqui, vamos. Mas, ele afirma que sempre votou no PT, embora nunca tenha se filiado. Pergunto, ao depositar o seu voto, qual versão do PT merece a sua lealdade? É o PT USP, íntimo dos grandes

.....  
1 RIBEIRO, Renato Janine. *A Pátria Educadora Em Colapso – Reflexões de um ex-ministro sobre a derrocada de Dilma Rousseff e o futuro da educação no Brasil*. Editora Três Estrelas, 2018.

.....  
CLAUDIO DE MOURA CASTRO é mestre por Yale e Ph.D. em Economia pela Universidade de Vanderbilt. Pesquisador em Educação. Carreira de professor (FGV, PUC/Rio, Universidade de Chicago, UnB e Universidade de Genebra) e na gestão pública (Capes, Ipea, OIT, Banco Mundial e BID). Possui 50 livros e mais de 300 artigos publicados. Articulista da revista *Veja*.

temas da social democracia? É o PT com raízes nas Comunidades Eclesiais de Base e na Teologia da Libertação? É o PT que embarca alguns autoproclamados comunistas? É o PT sindicalista, cuja meta é obter vantagens para seus associados?

Arriscaria dizer que seria um PT da clássica linhagem USP – hoje muito desfalcada. Mas, embora faça críticas sérias ao partido e suas gentes, não consegue esconder uma simpatia genérica pelo movimento. Costuma dar-lhe sempre o benefício da dúvida. Mas, cumpre registrar que não é um livro de memórias sectárias, o bem contra o mal. O autor critica ou elogia ambos os lados, sem quaisquer constrangimentos. Em particular, lança muitas farpas contra a falta de realismo da esquerda.

### **Coragem de descrever peripécias e erros no governo**

**A**o entrar em matéria, o primeiro comentário que se impõe é a honestidade intelectual e a coragem de descrever suas peripécias no governo, bem como seus erros. E não são poucas as suas dificuldades de mover-se em Brasília. Isto não é uma crítica a ele, mas o resultado de haver chegado sem o mapa da mina.

Uma primeira descoberta: ganhar um ministério é mergulhar em um mundo que alimenta os píncaros da vaidade. Há que cuidar-se para não ficar como outros dignitários que encontrava ao longo do dia.

Outra descoberta, de qualquer ministro, é que não adianta dar uma ordem. Se não repetir, se não cobrar teimosamente, se não acompanhar de perto, nada vai acontecer. Nesse particular, ele dá vários exemplos de ordens ignoradas. As que chegam a ser cumpridas são o resultado de muita insistência.

Pela minha percepção, por haver também frequentado os mesmos corredores, não se trata de a máquina ignorar um ministro intelectual. Por tudo que vi, ministro da Educação não manda. Ou melhor dito, pode mandar, mas ninguém obedece. Talvez em outros ministérios mandem mais.

A narrativa acompanha a sua descoberta dos códigos da burocracia e dos caminhos tortuosos do poder. Chega com um raciocínio lógico e linear. Pessoas no poder são dotadas de razão e agirão em linha com ela. Se é uma boa ideia, mando fazer, será feito. Se demonstro a lógica da proposta, será adotada.

Razão possuem seus interlocutores, mas a agenda é outra. Tateando, vai descobrir que o processo decisório nada tem de transparente ou linear. Não é a avenida iluminada da racionalidade, mas caminhos misteriosos e oblíquos. Quem, senão Janine, contaria melhor estas histórias?

Assumi o MEC em um péssimo momento, para ele e para a nação. E, como admite, não teria sido convidado em períodos menos conturbados. Herda uma má vontade generalizada contra o governo. Convive com um clima hostil e um grau elevado de entropia na política. É uma armadilha após a outra. Quem se dizia amigo se revela inimigo.

Descobre também que a verdade não é praticada com frequência ou fervor na capital da República. Lembra o comentário de Millôr Fernandes de que “político é um sujeito que convence todo mundo a fazer uma coisa da qual não tem a menor convicção”. Não obstante, acha que, em tempos de crise, a verdade ainda é a melhor estratégia. Segundo ele, sua franqueza sempre desanuviou o clima.

Janine é benquisto e muito bem recebido pelas duas casas legislativas. Mas, daí a aprovarem o que ele precisa é outra histó-

ria. Os reitores sabem que não há a mínima chance de conseguirem mais dinheiro. Mas, vão lá bradar por mais fundos, envenenando o diálogo. Uma observação sempre repetida é que em Brasília só se pensa em dinheiro. Todos são assim. E como os orçamentos já estavam exauridos ao tomar posse, é um diálogo de surdos.

A greve das universidades, que espoca logo ao tomar posse, é totalmente injustificada. De fato, apesar da crise, os aumentos foram substanciais e acima das outras categorias. Como é possível não entender isso? Essa é uma das suas perplexidades mais constantes. Para o ser racional que ele é, entender a irracionalidade é custoso. Mas, no fundo, não é irracionalidade, mas a cozinha do poder, trazendo outras razões, como conveniência política e interesses pessoais. O encanto do livro são estas pequenas e penosas descobertas.

## Os dois mundos da esquerda

Quando auscultamos a esquerda brasileira, podemos detectar dois mundos diferentes. Há uma esquerda que é zangadamente contra avaliação, contra meritocracia, contra vantagens para quem se sai melhor e contra a cobrança de mensalidades. E, mais importante ainda, contra a ideia de eficiência, qual seja, obter mais resultados com os mesmos recursos. Há também a outra esquerda que aceita isso tudo e aplica na prática. Nesta categoria, citaria Fernando Haddad e Jorge Viana (quando era governador). E também nesta segunda linha está o nosso ministro da Educação. Em vários momentos, ele se queixa da falta de percepção para o fato singular de que, em um momento de penúria, obter mais resultados com os mesmos recursos é o melhor que se pode fazer.

Ao ler a descrição do que tentava fazer, podemos reconstruir a sua agenda no MEC. Com toda franqueza, da minha perspectiva, era uma agenda de temas menores.

O país não consegue alfabetizar em quatro anos, a evasão se acelera a partir de certa idade, a indisciplina e a violência na escola atingiram níveis alarmantes, as famílias, quando existem, não fazem a sua parte e as faculdades de educação são catastróficas. E por aí afora.

Não obstante, gastou enorme energia tentando-se em disputas sobre gênero, orientação sexual e raça. E, como admite, com poucos resultados.

Acreditou que *tablets* poderiam ter grande impacto no ensino e tentou fazer uma imponente iniciativa nessa linha. Por tudo que sei, jamais houve um programa bem-sucedido que fosse alavancado por tecnologia.

Apesar de entender suas limitações, mostrou certa fé no Plano Nacional da Educação. De minha parte, considero um péssimo documento: disperso, sem prioridades, despreocupado com custos e qualidade e tendo como *grand finale* a miragem de gastar 10% do PIB com educação.

Julgo também que acreditou demais nos parâmetros curriculares. Na época, pediu-me que os lesse e comentasse com franqueza. Não tive coragem, pois achei extensos demais, vagos, grandiloquentes, difíceis de entender e oferecendo poucas orientações claras para o ensino.

Na discussão da proposta de lei da “escola sem partido”, seus comentários são oblíquos e evasivos. Sua crítica à proposta é apoiada na ideia de liberdade. Onde iríamos parar, diante de uma tal legislação? Pessoalmente, julgo difícilíssimo formular uma lei que dê os resultados desejados. Mas, não é surpresa para ninguém o alto

grau de doutrinação marxista ou o que lá seja nas nossas escolas. Pelo menos na minha cabeça, o problema existe. Não obstante, um libertário contumaz como Stuart Mills, propunha uma severa limitação ao que se pode ou deve dizer aos jovens, pois não têm ainda a capacidade de julgamento.

### **Comentários sobre Dilma são preciosos**

**O** livro narra conversas com Lula e Dilma, das quais ele sai convencido de que ambos dão imensa prioridade à educação. Sou cético.

Ao contrário de muitos ministros que aterrissaram jejunos de conhecimentos sobre educação, Janine chega com visões essencialmente corretas. Mas, não é um estudioso ou pesquisador desses assuntos. Não conhece os resultados das boas pesquisas e os meandros da implementação.

Embora proponha uma narrativa das suas aventuras na educação, acaba se detendo longamente na Presidência. Seus comentários sobre Dilma são preciosos, embora a este escriba pareçam exsudar demasiada benevolência.

No lado positivo, relata longas conversas sobre os livros que ela leu ou estava lendo. Pelos títulos, encontra as suas leituras de muito bom nível. Leu livros sérios e é capaz de destacar neles aspectos relevantes. Vindo de quem veio, trata-se de um depoimento de peso, negando a percepção comum de que ela não lê e não se interessa por livros.

Como se imaginaria, ele confirma, mais de uma vez, as celebradas grosserias e destemperos da presidente. Nem perdoa e nem acha engraçadinhas. Mas, considera o assunto como menor.

Em contraste, julga que contribuiu para o fim sombrio do governo a sua arrogância

e incapacidade de comunicação com o público e com os figurantes críticos de Brasília. Repetidas vezes são mencionadas situações em que uma aresta foi criada ou não foi aparada pela incapacidade da presidente de conversar corretamente com alguém – ou com a sociedade. Não duvido que tenha sido assim mesmo. Mas, como diz, entre a verba e o verbo, a primeira foi mais decisiva no desfecho.

No substancial espaço devotado à Presidência e suas crises, julgo estarem aí os pontos mais conflitantes com minhas percepções. Simplifico a sua interpretação: sem dinheiro e com péssima comunicação, o inevitável aconteceu. Isso tudo, agravado por uma oposição feroz. A meu ver, não está errado, mas omite outros aspectos até mais decisivos.

Não se pode subestimar a crise econômica, resultado de uma das gestões mais desastradas que se conhece em nossa história. Novamente citando Millôr Fernandes, “nunca se gastou tanto talento e dinheiro para levar o país à bancarrota”. Como justificar que, em meio a uma crise mundial e uma retração doméstica, persiste uma expansão irresponsável e totalmente atabalhoada dos gastos? Nas vésperas das eleições, ela sabia da profundidade da crise e mentiu? Ou o que é pior, não via a crise, demonstrando um erro gravíssimo de julgamento?

Mas, diz Janine: “não questiono se suas políticas agravaram a crise”. Essa frase é quase um resumo da embocadura política do livro. É verdade que não endossa asneiras, mas passa batido em alguns dos aspectos mais desastrados da Presidência.

Os desacertos com Joaquim Levy não são a guerra dos guarda-livros contra os anjos do bem. Simplesmente, as finanças haviam se tornado caóticas e era inevitável o amargor

dos remédios propostos. Nisso, Janine fica em cima do muro. Mas, corretamente denuncia a sabotagem perpetrada pela oposição, inflando ainda mais os gastos.

Nesta época, pipocam notícias acerca do petrolão e outros escândalos. As falhas éticas do governo são fortes responsáveis pelo seu desgaste, tenha a presidente ou não se beneficiado pessoalmente. A denúncia do maior caso de corrupção jamais registrado no país não pode deixar de ter impacto na opinião pública. De fato, no curso do *impeachment*, quase dois terços dos brasileiros eram a favor dele. Sendo assim, não podemos acusar os políticos da oposição de se valerem deste desgaste. Tampouco, altera o quadro se formos psicanalisar os votos do legislativo. Denúncias de corrupção trazem uma degradação da imagem do governo que nada tinha a ver com as crises e os imbróglios dos gabinetes. Eis outro assunto ausente.

### **Atitude generosa para com a presidente**

No que me diz respeito, a parte mais vulnerável do livro é a discussão das políticas econômicas, uma área que não está listada entre as suas competências.

Persiste em minha cabeça o grande mistério da sua atitude sempre generosa para com a presidente – em que pesem muitas críticas. O episódio do lançamento do Pátria Educadora é revelador. O programa é concebido, escrito e lançado por Mangabeira Unger. Participei do evento de lançamento e estranhei a ausência do MEC. Ali

mesmo, preenciei o seu fracasso. De fato, Janine toma conhecimento do assunto pelos jornais. No mínimo, é uma desconsideração – mas ele a releva. Sem tirar o mérito de muitas ideias da proposta, é de profunda ingenuidade achar que o MEC vai comprar um programa feito alhures, imposto de forma truculenta e que anda na contramão dos instintos e cacoetes da casa. Não seria perfilhado nem no regime militar. É inexplicável não criticar a compreensão primária da presidente acerca de como burocracias compram ou não compram ideias.

Antes que o próprio soubesse do fato, alguém leu sua exoneração na internet e ligou para ele. Foi muito mais tarde que recebeu uma chamada do Palácio. É difícil entender a cabeça de uma pessoa que dirige um ministério, é dispensada de uma maneira particularmente descortês e ainda tem palavras gentis para com a autora da grosseria. Revela uma ordem superior de generosidade filosófica.

Grande parte das minhas críticas refletem discrepâncias nas nossas visões de mundo. Não é o certo versus o errado, mas visões diferentes do mesmo problema. Contudo, nosso dissenso não reduz minha admiração pelo livro e pelo autor. Seu maior interesse é a descrição de como funcionam a política e as decisões em Brasília. E no caso, são percepções de primeira mão, narradas por um intelectual honesto, corajoso e de sólida reputação. Deixa a Corte com suas competências gerenciais chamuscadas, mas com sua honra e seriedade consolidadas.







